



Prefeitura Municipal de Pojuca

Prefeitura - Protocolo

Praça Almirante Vasconcelos, S/N, CENTRO - Pojuca/BA - CEP: 48120-000

CNPJ: 13.806.237/0001-06 Telefone: (71) 3645-1147 E-mail: protocolo@pojuca.ba.gov.br

03

Termo de Abertura de Processo

Processo Nº 003183/24

Data de Abertura: 24/04/2024

Requerente

00.000.000/0001-91 | BANCO DO BRASIL S/A

Endereço

TORRE NORTE, QUADRA-05, SAUN - Brasília, /DF - CEP: 70040-912

Contato

E-mail

Atendente

CEAAP - RAIMUNDO FRANÇA DE SOUZA

1ª Previsão

Assunto

ADITIVO

Primeiro Trâmite

ASSESSORIA JURIDICA

Data/Hora do Trâmite

24/04/2024 15:19:09

Processo Administrativo

Descrição Detalhada do Assunto e Relação de Documentos Anexos

Senhor Prefeito,

Nome/Razão Social: Carlos Eduardo Bastos Leite

Requer: De V. Exa. que digne autorizar repartição competente a:

SOLICITO ASSESSORIA JURICO PARECER DO CONTRATO 057/2021

Nestes termos, pede deferimento.

Pojuca, 24 de abril de 2024

BANCO DO BRASIL S/A

Requerente



Processo Nº 003183/24

Requerente: BANCO DO BRASIL S/A

Assunto

SOLICITO ASSESSORIA JURICO PARECER DO CONTRATO 057/2021

Acompanhe o Andamento do Processo pela Internet

Site: <https://pojuca.saatri.com.br/Contribuinte/AcompanharTramites> CPF/CNPJ: 00.000.000/0001-91 Data Protocolo: 24/04/2024

Atendente: CEAAP - RAIMUNDO FRANÇA DE SOUZA Previsão: Valor: Destino: ASSESSORIA JURIDICA



Acompanhe o seu processo no site <https://pojuca.saatri.com.br/Contribuinte/AcompanharTramites>



POJUCA
PREFEITURA MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

CI nº 071/2024

Pojuca, 23 DE ABRIL DE 2024.

Ao
Gabinete do Prefeito

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DO CONTRATO COM O BANCO DO BRASIL

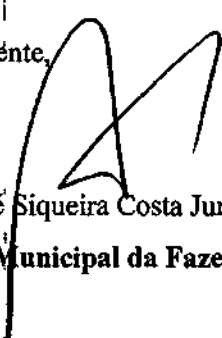
Solicitamos autorização para renovação por igual período do contrato nº 057/2021 do Banco do Brasil no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) que tem como objeto a prestação de serviços bancários de recolhimento de tributos de demais receitas municipais através do DAM em padrão FEBRABAN.

O supracitado contrato tem vigência até 04 de maio de 2024, necessitando assim ser renovado por igual período para que seja mantida a continuação dos bons trabalhos prestados pela contratada.

Em consulta à contratada, esta manifestou o interesse em manter a prestação dos serviços. Assim, apresentamos a seguir as razões que nos levam a entender viável e justificada a prorrogação da vigência do supracitado contrato:

Sem mais para o momento,

Atenciosamente,


Arlindo José Siqueira Costa Junior
Secretário Municipal da Fazenda

AUTORIZADO
Carlos Eduardo Bastos Leite
Prefeito Municipal de Pojuca-Ba

Recebido em: ____/____/2024

Assinatura: _____



POJUCA
PREFEITURA MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

OFÍCIO Nº 012/2024

Pojuca, 23 DE ABRIL DE 2024.

Ao

Banco do Brasil S/A

AGÊNCIA : POJUCA /BA

ASSUNTO : 3º ADITIVO DO CONTRATO

Venho através deste, informar ao Banco do Brasil, agência Pojuca, que o contrato de número 057/2021, referente ao Credenciamento de número 01/2021, vence no dia 04 de maio de 2024, ao tempo que solicito o posicionamento do banco sobre a renovação do mesmo, mantendo as mesmas condições do contrato original .

Sem mais para o momento,

Atenciosamente,

*Prefeitura Mun de Pojuca
Arlindo José Siqueira Costa Jr.
Secretário Municipal da Fazenda*

Arlindo José Siqueira Costa Junior
Secretário Municipal da Fazenda

Recebido em: ____ / ____ /2024

Assinatura: _____

24

BANCO DO BRASIL

Banco do Brasil S.A. – Escritório Municípios Bahia – PNG Alagoinhas 029/2024
Alagoinhas (BA), 24 de abril de 2024

Ao Município de Pojuca (BA)

Para o Sr Secretário Arlindo José Siqueira Costa Júnior

**REF: 3º ADITIVO DO CONTRATO 057/2021 DE ARRECAÇÃO DE TRIBUTOS –
Resposta ao Ofício 012/2024**

Vimos pelo presente informar que manifestamos nosso interesse em renovar o contrato de número 057/2021 de 04/05/2021, referente ao Credenciamento de número 01/2021, e manteremos as mesmas condições vigentes através de aditivo conforme Cláusula Sexta do referido contrato.

Aguardamos a minuta do aditivo de contrato para formalização do aditamento.

Atenciosamente,

**ENVIADO
POR EMAIL**
Prefeitura Mun. de Pojuca
Mara Inês Barbosa dos Santos Neto
chefe do setor de Conciliação
Bancária e Execução Financeira



PROIBIDO PLASTIFICAR

1658734083

BAHIA

ASSISTENTE DE EMISSÃO

UNIDADE DE EMISSÃO DE PASSAPORTE

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

1168831705

04/09/2018

04/09/2018

BAHIA DE SANTANA, BA

Passaporte de Turismo



VALIDA EM 200 O TERRITÓRIO NACIONAL

1658734083

1658734083

04/09/2018

01/08/2014

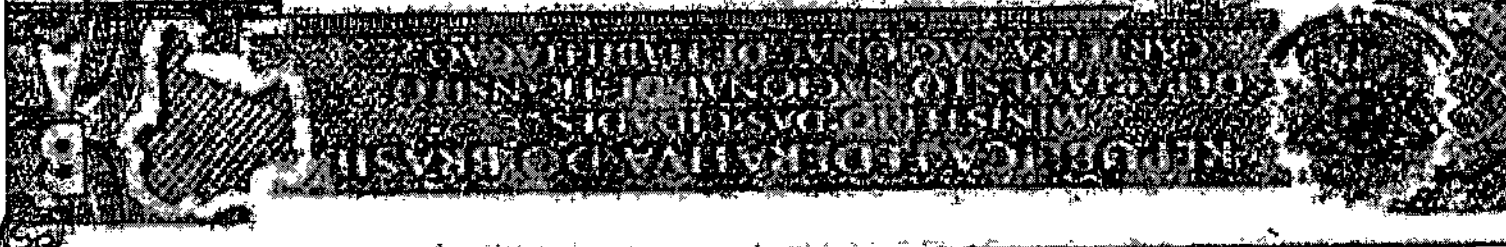


GENESIO BERRERA
RAMONA
ESTORACI MANIA DA SILVA

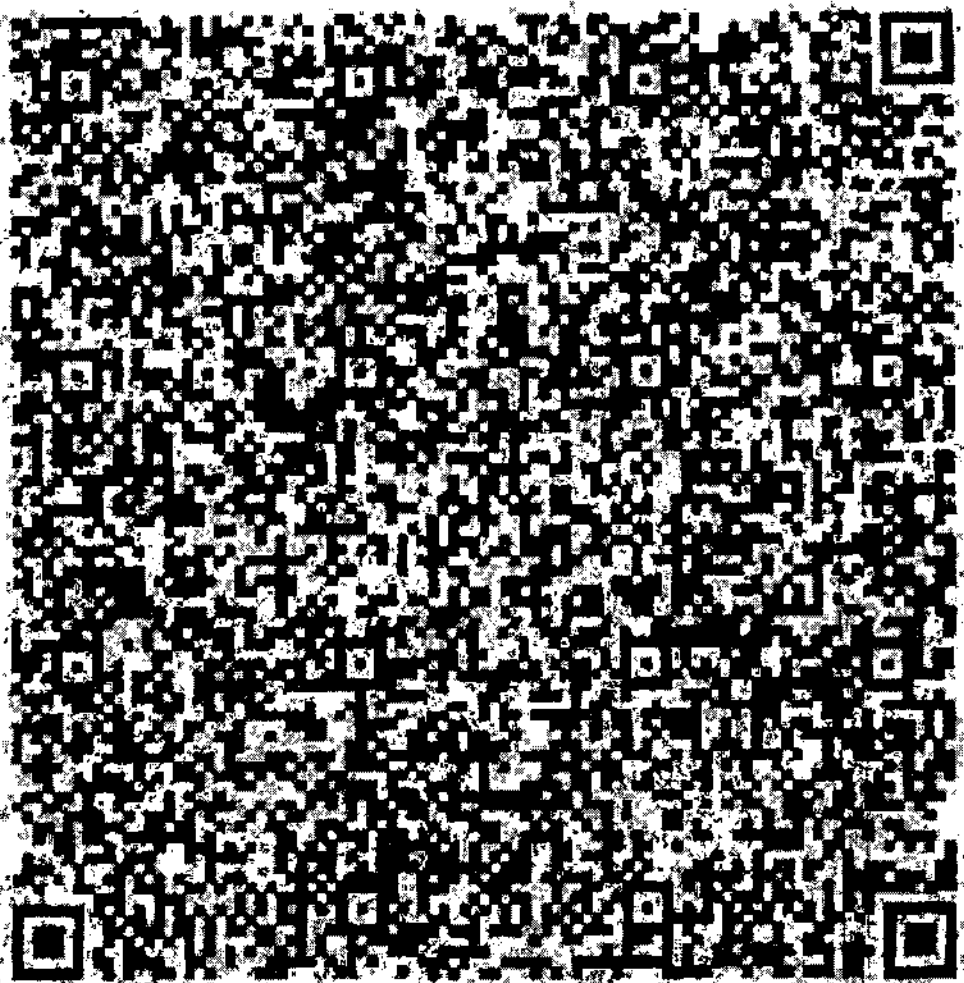
011.914.065-98 01/01/1980

74177100 SSP BA

BAHIA DE SANTANA



Pratiquemos a leitura dos textos e a interpretação dos dados e informações contidas nos textos e imagens.
Via e-mail
Encaminhado





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CARTÓRIO DO 5º OFÍCIO DE NOTAS
DE TAGUATINGA - DF

Ronaldo Ribeiro de Faria - Tabelião

07
Livro : 3336

FLS : 013

Prot : 831204

QNA 04 - LOTES 32/34 - (PRAÇA DO DI) - TAGUATINGA - DF - CEP 72.110-040

FONE: (61) 3961.8900 / 3351.8797

Site: www.cartorio5df.com.br - e-mail: atendimento@cartorio5df.com.br



PRÓCURAÇÃO bastante que faz(em): BANCO DO BRASIL S.A.

aos sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um (07/01/2021) nesta cidade de Taguatinga, Distrito Federal, em Cartório, lavro este instrumento público, em que, comparece(m) como outorgante(s) BANCO DO BRASIL S.A., com sede em Brasília, no Distrito Federal, no Setor de Autarquias Norte, Quadra 05, Lote B, Torre I, Edifício BB, 15º andar, Brasília-DF inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/0001-91, com seu estatuto Social Consolidado registrado na JCDF sob nº 5330000063-8, neste ato representado nos termos do Artigo 27, Parágrafo primeiro, do Estatuto Social, por seu Vice-Presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos CARLOS RENATO BONETTI, brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade nº 18.845.436 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 092.198.248-84, investido na função conforme Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 01/07/2019 e registrada na JCIS sob nº 1307660, em 10/09/2019 e por seu Vice-Presidente de Distribuição de Varejo CARLOS MOTTA DOS SANTOS, brasileiro, casado, bancário, portador da Carteira de Identidade nº 082099037 IFF/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 933876287-49, investido na função conforme Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 01/07/2019 e registrada na JCIS sob nº 1307660, em 10/09/2019, ambos com endereço comercial sito na sede da outorgante no Setor de Autarquias Norte (SAUN), Quadra 05, Lote B, Torre Sul, Edifício BB, 15º andar, Edifício Banco do Brasil S.A., Asa Norte, Brasília-DF; reconhecido(a)(s) como o(a)(s) próprio(a)(s) em face dos documentos que me foram exibidos e de cuja capacidade jurídica dou fé. E por ele(a)(s) me foi dito que, por este público instrumento e na melhor forma de direito, nomeava(m) e constituía(m) seu(ua)(s) procurador(a)(es)(as), JOSE EDUARDO PEREIRA DE LIMA, brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade nº 3362486 - SSP - PE, inscrito no CPF/MF sob nº 687.626.404-10, com endereço comercial na Rua Direita da Piedade, 25, 10º e 11º Andares, Barris, Salvador (BA), (DADOS FORNECIDOS POR DECLARAÇÃO), a quem confere poderes para, na qualidade de Superintendente da SUPER VAREJO-BA, com os deveres declarados no seu Regulamento Interno, administrar os negócios de suas agências com poderes da cláusula *ad negotia* e também com os seguintes: 1) REPRESENTAÇÃO DO OUTORGANTE EXTRAJUDICIALMENTE: 1) Firmar contratos: firmar contratos de abertura de crédito, de adesão a produtos e serviços, de empréstimo, de financiamento e de cessão de crédito, de câmbio, de renegociação, de novação, de assunção de dívidas e assemelhados, por instrumento público ou particular, sempre com obediência às normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil; 2) Garantias: receber garantias reais e fidejussórias e, bem assim, ajustar alienação fiduciária em garantia, em segurança de quaisquer dos créditos do OUTORGANTE, além de autorizar o cancelamento de quaisquer garantias constantes de Registros Públicos; 3) Recibo e quitação: dar recibos ou, quando for o caso, quitação de quantias, valores, títulos ou documentos que receber; 4) Cobrança: proceder à cobrança de quaisquer quantias que lhe sejam devidas, ou a seus comitentes ou mandantes, por força de procuração que estes lhe houverem outorgado, podendo, para tanto, representar o OUTORGANTE perante quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, inclusive órgãos e repartições da administração pública federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, bancos, companhias, associações de qualquer natureza ou espécie, sociedades simples ou empresárias, entidades sindicais, esportivas beneficentes, e praticar todos os atos que se façam necessários ao bom e fiel cumprimento do mandato, podendo, ainda, assinar requerimentos, propostas e outros papéis, endossar e receber títulos, documentos, valores e quantias, passar recibos e dar quitação das importâncias que receber; 5) Direitos próprios e de terceiros: cobrar e receber capitais, juros, dividendos, frutos, rateios

Cartório do 5º Ofício de Notas
Ronaldo Ribeiro de Faria
Tabelião

Encaminhado
via e-mail



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CARTÓRIO DO 5º OFÍCIO DE NOTAS
DE TAGUATINGA - DF;

Ronaldo Ribeiro de Faria - Tabelião

Livro : 3336

FLS : 014

Prot : 831204

88

CNA 04 - LOTES 32/34 - (PRAÇA DO DI) - TAGUATINGA, DF - CEP 72.110-040
FONE: (61) 3961.8900 / 33518787

Site: www.cartorio5df.com.br - e-mail: aijnulminto@cartorio5df.com.br

prestações, valores e objetos que pertençam ao OUTORGANTE ou, por qualquer motivo, sejam-lhe entregues, inclusive o que tiver de receber, em virtude de procurações, sejam simples, irrevogáveis, ou em causa própria, de seus constituintes; 6) Títulos de crédito e outros documentos: assinar documentos e títulos de dívida que envolvam responsabilidade do OUTORGANTE, notadamente a emissão, o aceite e o endosso de letras de câmbio, notas promissórias, cheques ou outros títulos à ordem, por competência delegada do Conselho Diretor; 7) Endosso-mandato: assinar endosso-mandato de títulos para cobrança; 8) Aquisição de valores mobiliários e títulos da dívida pública: a) adquirir e subscrever apólices da dívida pública federal, estadual ou municipal, ações, debêntures e outros valores mobiliários, em virtude de mandatos conferidos por clientes do OUTORGANTE; b) exercer os atos necessários para a participação do Banco nas ofertas públicas e privadas de títulos e valores mobiliários, bem como representar o Banco perante assembleias ou instâncias deliberativas relativas aos papéis da carteira comercial; 9) Alienação de valores mobiliários: promover a venda e a transferência de ações, títulos ou obrigações em custódia ou entregues ao OUTORGANTE para negociação, podendo o mandatário substabelecer estes poderes de venda ou transferência às entidades e órgãos perante os quais se deva processar a alienação; 10) Custódia: retirar lingotes/barras de ouro custodiadas em depositários credenciados pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão de propriedade do OUTORGANTE ou de seus clientes, em virtude de mandato a ele outorgado, podendo firmar recibos, dar quitação e praticar todos os atos que se fizerem necessários ao fiel cumprimento deste mandato; 11) Bens móveis não de uso: alienar bens móveis não de uso, inclusive veículos e linhas telefônicas, vinculados em operações de créditos, retomados por meio de ação judicial ou devolvidos amigavelmente pelos mutuários, podendo, também, transmitir direito, ação, domínio e posse, assinar recibos e dar quitação das referidas vendas; 12) Outros negócios e atos jurídicos: assinar declarações, contratos ou outros documentos por escrituras públicas ou particulares, aceitando e estipulando cláusulas ou condições; 13) Participação em assembleias ou em reuniões entre credores: representar o OUTORGANTE em reuniões entre credores e participar de toda e qualquer assembleia geral, ordinária ou extraordinária, realizada por sociedade anônima de que o OUTORGANTE seja acionista, e ante a qual se deva apresentar, especialmente para, investido dos necessários poderes e cumpridos os deveres legais e estatutários, propor, requerer, discutir e votar, só podendo substabelecer com autorização expressa do OUTORGANTE; 14) Aval, Prestação de Garantia e Confirmação de Garantia Internacional até o valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais): a) avalizar títulos de crédito, em nome do OUTORGANTE, vedado o substabelecimento, exceto nos casos de aval em Cédulas de Produto Rural - CPR, prestação de fiança bancária, garantia e confirmação de garantia internacional; b) avalizar, em nome do OUTORGANTE, Cédulas de Produto Rural - CPR, nas agências de sua jurisdição, podendo tal ato ser substabelecido, nos termos do item "29", alínea "b", abaixo; c) prestar garantia internacional, em nome do OUTORGANTE, nas agências de sua jurisdição, podendo tal ato ser substabelecido, nos termos do item "29", alínea "b", abaixo; d) assinar as Confirmações de Garantias Internacionais emitidas pela GECEX de sua jurisdição, podendo tal ato ser substabelecido, nos termos do item "29", alínea "b", abaixo; 15) Fiança bancária até o valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais): prestar fiança bancária, em nome do OUTORGANTE, nas agências de sua jurisdição, sempre em conjunto com o Gerente Geral da agência proponente do negócio, podendo tal ato ser substabelecido nos termos do item "29", alínea "c"; II) REPRESENTAÇÃO DO OUTORGANTE EM JUÍZO E ADMINISTRATIVAMENTE: 16) Representação geral em Juízo, inclusive em falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, insolvências civis: representar o OUTORGANTE em juízo, podendo receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, desistir, receber, dar quitação, firmar compromissos, celebrar acordos, nomear prepostos e representantes com poderes exigidos em lei, e, especialmente, em nome do OUTORGANTE, requerer falências de devedores; formular e assinar declarações e habilitações de crédito; impugnar créditos; e interpor e responder objeções ao plano de recuperação judicial e extrajudicial; discutir, deliberar e votar sobre quaisquer

Encaminhado
via e-mail

Plano de Recuperação Judicial
Marcelo de Souza dos Santos Neto
Presidente do Conselho de Conciliação
Instituto de Recuperação Financeira



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CARTÓRIO DO 5º OFÍCIO DE NOTAS

DE TAGUATINGA - DF

Ronaldo Ribeiro de Faria - Tabelião

Livro : 3336

FLS : 015

Prot : 831204

QNA 04 - LÔTES 12/34 - (PRAÇA DO DI) - TAGUATINGA - DF - CEP 72.110-040
FONE: (61) 3961.8900 / 3351.8787
Site: www.cartorio5df.com.br - e-mail: atendimento@cartorio5df.com.br

assuntos de interesse geral da massa ou particular do OUTORGANTE; assinar termos de comissário, de administrador e de síndico; representar o OUTORGANTE em Assembleia Geral de Credores e em Comitê de Credores; exercer diretamente esses encargos e praticar os demais atos que necessários forem até o definitivo encerramento da recuperação judicial, ou extrajudicial e da falência; praticar quaisquer outros atos judiciais necessários à salvaguarda dos direitos do OUTORGANTE; 17) Medidas Preventivas: promover medidas preventivas e assecuratórias de direitos e interesses, como protestos, sequestros, arrestos ou embargos; 18) Indicação de bens à penhora e fiel depositário: indicar bens à penhora e firmar compromissos de fiel depositário, em processos de execução face ao OUTORGANTE; 19) Oferecimento de bens em caução: oferecer em caução bens de propriedade do OUTORGANTE em processos de conhecimento, cautelar e execução, em face deste; 20) Licitação em praças ou leilões: a) oferecer lance, em praças ou leilões, e arrematar quaisquer bens imóveis, móveis ou semovíveis, inclusive os que tenham sido penhorados ou, de qualquer forma, gravados em favor do OUTORGANTE, bem como locar espaços para instalação de pontos de atendimentos, podendo, para tanto, oferecer e pagar preço, dar sinais e assinar termos ou autos de arrematação; b) oferecer lance, em praças ou leilões/preços, com finalidade de prestação de serviços concernentes a arrecadação de tributos e/ou outras rendas em órgãos públicos, e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do OUTORGANTE; 21) Adjudicação de bens: pedir adjudicação de bens; 22) Intervenções e liquidações judiciais e extrajudiciais: especialmente, em nome do OUTORGANTE, e nos termos de lei, formular e assinar declarações de crédito, impugnar créditos, discutir, deliberar e votar sobre quaisquer assuntos; exercer diretamente esses encargos e praticar todos os atos que forem necessários até o definitivo encerramento da intervenção ou liquidação judicial e extrajudicial; III) REPRESENTAÇÃO DO OUTORGANTE PERANTE ÓRGÃOS PÚBLICOS: 23) Requerimentos: a) solicitar ou requerer, perante autoridades ou repartições públicas federais, estaduais ou municipais, o que preciso for, inclusive nas hipóteses de arrendamento mercantil e alienação fiduciária de veículos em garantias, ainda que em processos administrativos, e usar dos recursos legais; b) autorizar o arrendatário ou devedor fiduciante a solicitar isenção de imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA nos estados e/ou Distrito Federal que possuam legislação prevendo tal isenção, ainda que em processos administrativos; 24) Firmar contratos e convênios: firmar contratos e convênios, sempre com obediência às normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil. 25) Regulamento Aduaneiro: representar o OUTORGANTE perante a Inspeção da Receita Federal ou outras autoridades alfandegárias, com a finalidade de executar as atividades constantes do art. 808 e 809 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6759, de 05.02.2009 e modificações posteriores; 26) Atuar perante a ICP Brasil: conferir poderes específicos para atuar perante ICP Brasil, pelo Outorgado, aos seus substabelecidos; IV) REPRESENTAÇÃO DO OUTORGANTE COMO OPERADOR E REPRESENTANTE DE FUNDOS: 27) FISET: representar o OUTORGANTE, na qualidade de operador e representante legal do Fundo de Investimentos Setoriais (FISET), como previsto no Decreto-Lei nº 1.376, de 12.12.1974, e também na qualidade de representante legal das pessoas físicas ou jurídicas a que pertençam as quotas expedidas em certificados, destinados à subscrição de ações, com deveres declarados no Regulamento Interno do OUTORGANTE, em todas e quaisquer assembleias gerais, ordinárias e extraordinárias, de todas e quaisquer sociedades anônimas, ante as quais se apresentar e das quais seja acionista o Fundo de Investimentos Setoriais (FISET), especialmente para, investido de todos e quaisquer poderes a tal inerentes, e cumpridos os deveres legais e estatutários, propor, discutir e votar; 28) Fundos e Programas: representar o OUTORGANTE no desempenho de atividades relativas a Fundos e Programas, de interesse da União, nos termos de lei e/ou regulamento, podendo praticar todos os atos ali autorizados; V) SUBSTABELECIMENTO: 29) Condições para o substabelecimento: a) com exceção do item "14", "a", e observados os itens "9", "13", e "14", alíneas "b", "c" e "d", o OUTORGADO poderá substabelecer os demais poderes, com ou sem reserva, a quem for designado para esse fim pelo OUTORGANTE, b) Os poderes

Encaminhado
via e-mail
Data: 05/02/2010 10:00:00
MARCADO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CARTÓRIO DO 5º OFÍCIO DE NOTAS
DE TAGUATINGA - DF

Ronaldo Ribeiro de Faria - Tabelião

Livro : 3336

FLS : 016

Prot : 831204

QNA.04 - LOTES 32/34 - (PRAÇA DO OI) - TAGUATINGA - DF - CEP 72.110-040
FONE: (61) 3961.8900 / 3351.8787
Site: www.cartorio5df.com.br - e-mail: atendimento@cartorio5df.com.br

avaliar Cédulas de Produto Rural - CPR, prestar garantia internacional e assinar confirmação de garantia internacional previstos no item "14", alíneas "b", "c" e "d", poderão ser substabelecidos para os Gerentes vinculados à Superintendência ou para o Gerente Geral da agência proponente do negócio, que prestará o aval sempre em conjunto com o Gerente ou Gerente de Relacionamento; caso a Agência não possua Gerente ou Gerente de Relacionamento, o aval será prestado sempre em conjunto com outro Gerente Geral de agência vinculado à mesma Superintendência. e) o poder de prestar fiança bancária previsto no item "15" poderá ser substabelecido, para o Gerente Geral da Agência proponente no negócio que, em conjunto com o Gerente ou Gerente de Relacionamento vinculado à mesma Agência, assinará Carta de Fiança até o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). d) O poder de designar preposto para representar o OUTORGANTE em audiências judiciais, previsto no item "16", poderá ser substabelecido ao Gerente de Administração vinculado à mesma Superintendência. O substabelecido, por sua vez, poderá substabelecer os poderes recebidos, com reservas, observada a hierarquia ou por designação do OUTORGANTE, a quem for designado para esse fim pelo OUTORGANTE, e assim sucessivamente, observando todos, porém, para a prática dos atos correspondentes aos poderes outorgados, as normas e as instruções do OUTORGANTE. O presente mandato é instituído pelo prazo de 5 (cinco) anos, a contar desta data, ficando ratificados por este instrumento, todos os atos porventura já praticados pelo procurador acima nomeado, no limite de suas respectivas atribuições (LAVRADO SOB MINUTA). Esclareci ao(s) outorgante(s) quanto ao significado deste ato após o que lhe(s) li em voz alta e pausada o presente instrumento que aceitou(aram) e assinou(aram). DISPENSADAS AS TESTEMUNHAS DE ACORDO COM A LEI DOU FÊ. Eu, ELIENE GOMES LIMA SAMPAIO SILVA, Escrevente Autorizada, a lavrei, conferi, li e encerro o presente ato colhend'o as assinaturas. E eu, Tabelião Substituto, dou fé, assino e subscrevo. (aa.) MARCELO ROBERTO DE LIRA, Tabelião Substituto, CARLOS MOTTA DOS SANTOS, CARLOS RENATO BONETTI, nada mais. Traslada em seguida. E eu, *[assinatura]* subscrevo, dou fé, e assino em público e raso. Guia de recolhimento nº 00367034, no valor de R\$ 43,00, referente aos emolumentos cartorários. Sinal Público disponível para consulta no site: "http://www.censéc.org.br" (acesso restrito aos cartórios). Selo Digital nº TJDFT20210100007062GCCF, disponível para consulta no site: "www.tjdfn.jus.br".



EM TESTEMUNHO (*[assinatura]*) DA VERDADE.



10º Tabelionato de Notas - Salvador - BA
Tabelião Rosamery Carvalho Murtz
Av. Adalberto Magalhães de Lencastre, 140 - Centro - Salvador - BA - CEP: 41010-000 - www.tjba.jus.br

Reconheço por Semelhança(s) o Sinal Público de
ELIENE GOMES LIMA SAMPAIO SILVA
Salvador, 22 de Janeiro de 2021
Em Test. *[assinatura]* da Verdade.
RUI CESAR FREITAS CERQUEIRA
ESCREVENTE
Selo: 1696.AD685323-1 - Valor: R\$ 5,40
Consulte em: www.tjba.jus.br/autenticidade

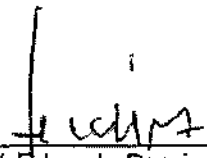


Professora Maura de Sousa
Maura Inês Barbosa dos Santos Melo
Chefe do setor de Conciliação
Educação e Esportes - Trindade
Entregado via e-mail

SUBSTABELECIMENTO


Saibam quantos este instrumento de substabelecimento de procuração virem que aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois (12/12/2022) na cidade de Salvador, no Estado da Bahia, compareceu como outorgante, o Sr. **JOSE EDUARDO PEREIRA DE LIMA**, brasileiro, casado, bancário, matrícula 5.442.299-X, portador da cédula de identidade RG nº. 3362486-SSP-PE, inscrito no CPF/MF sob nº 687.626.404-10, na qualidade de Superintendente da Superintendência Varejo Bahia, do Banco do Brasil S.A., residente e domiciliado nesta capital. E, pelo referido OUTORGANTE, por este instrumento, na melhor forma de Direito, **SUBSTABELECE**, com reservas de iguais poderes para si, à Senhora **LAIANA SILVA MAMONA DE JESUS**, brasileira, casada, bancária, matrícula nº 6.119.954-0, inscrita no CPF/MF sob nº 011.914.065-98, residente e domiciliada em POJUCA/BA, na qualidade de **Gerente Geral**, os poderes que lhe(s) foram outorgados pelo **BANCO DO BRASIL S.A.**, com exceção daqueles descritos na alínea "14.a" e observadas as alíneas "9", "13", "14.b", "14.c" e "14.d", conforme instrumento público de procuração lavrada no CARTÓRIO DO 5º OFÍCIO DE NOTAS DE TAGUATINGA DF, à(s) folha(s) nº 013 a 016, livro 3336 e pela(s) Subsidiária(s) BB ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS S.A., BB ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO S.A., conforme a(s) procuração(ões) lavrada(s) no 3º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS DE BRASÍLIA, à(s) folha(s) nº 147 e 148, livro 3079, no CARTÓRIO DO 5º OFÍCIO DE NOTAS DE TAGUATINGA DF, à(s) folha(s) nº 154, livro 3336, respectivamente, para isoladamente administrar os negócios dessa(s) empresa(s). Poderá, ainda, o outorgado substabelecer os poderes, com reservas, a quem for designado para esse fim pelo outorgante, observando as instruções e normas do Banco. E me foi dito, ainda, que, relativamente ao Banco, o substabelecimento acima previsto será exercido pelo outorgado, para prestação de fiança bancária, em conjunto com um representante do Comitê de Crédito vinculado à mesma agência, observado o limite de R\$ 50.000,00 por fiança. O presente SUBSTABELECIMENTO terá validade até findar o prazo das procurações substabelecidas ou suas renovações, ficando ratificados por este instrumento todos os atos porventura já praticados pelo procurador acima nomeado, no limite de suas atribuições. Dispensadas as testemunhas por vontade das partes.

Salvador, 12 de dezembro de 2022.




José Eduardo Pereira de Lima

10º Tabelionato de Notas - Salvador - BA
Tabelião Notário Cavallino Mendes
R. ...
Reconhecimento por Autenticidade a(s) firma(s)
JOSE EDUARDO PEREIRA DE LIMA
Salvador, 12 de Dezembro de 2022
Em Test. da Verdade
RUI CESAR FREITAS CERQUEIRA
ESCREVENTE
São: 1596.AE00804-7 - Valor: R\$ 6,00
Consulte em: www.tjba.jus.br/autenticidade



Proferida Num. de Pojuca
Marlene Barbosa dos Santos Neto
Chefe do Setor de Funcionário
Bancária e Execução Financeira
**Encaminhado
via e-mail**

 Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa Departamento de Registro Empresarial e Integração		Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)
NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF) 53300000638	Código da Natureza Jurídica 2038	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Nome: **BANCO DO BRASIL S.A.**
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



DFN2199357936

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	017			ATA DE REUNIAO DO CONSELHO ADMINISTRACAO
		219	1	ELEICAO/DESTITUICAO DE DIRETORES

BRASILIA
Local

5 Agosto 2021
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
 Nome: _____
 Assinatura: _____
 Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

<input type="checkbox"/> DECISÃO SINGULAR	<input type="checkbox"/> DECISÃO COLEGIADA
Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s): <input type="checkbox"/> SIM _____ <input type="checkbox"/> NÃO _____	
Data _____ Responsável _____	

Processo em Ordem À decisão

_____/_____/_____
Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
<input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.				

_____/_____/_____
Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
<input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.				

_____/_____/_____
Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Encaminhado via e-mail

Para mais detalhes consulte o site
 Ministério Público do Estado de São Paulo
 Conselho Superior de Conciliação Bancária e Arbitragem Financeira


13

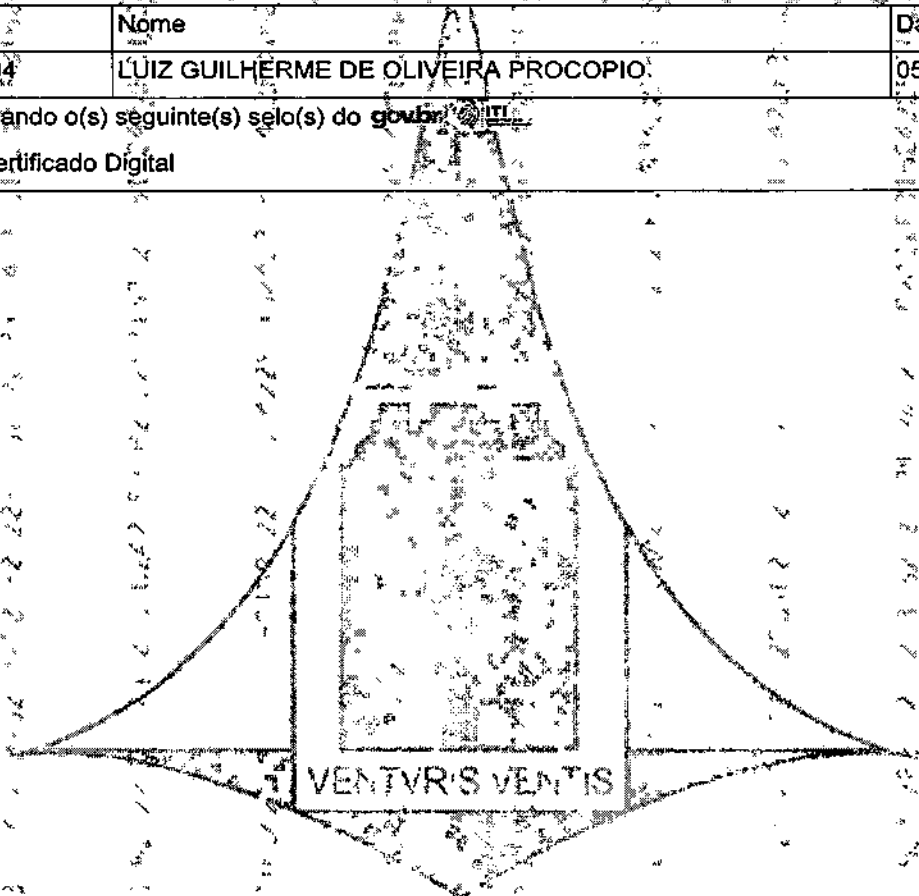
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/098.695-6	DFN2199357936	26/07/2021

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
768.660.926-04	LUIZ GUILHERME DE OLIVEIRA PROCOPIO	05/08/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br: 		
Selo Ouro - Certificado Digital		



Encaminhado via e-mail
 Prefeitura Municipal de Póvoa
 Maria Inês Barbosa dos Santos Mata
 Chefe do Setor de Conciliação
 Bancária e Execução Financeira

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

2021/24

EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM DOIS DE JULHO DE DOIS MIL E VINTE E UM

Em dois de julho de dois mil e vinte e um, às dezesseis horas, realizou-se reunião extraordinária não presencial do Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A. (CNPJ: 00.000.000/0001-91; NIRE: 5330000063-8), secretariada no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lóte B, Torre Sul, 15º andar, Asa Norte - Brasília (DF), CEP 70040-912, sob presidência da Sra. Iêda Aparecida de Moura Cagni e com a participação dos conselheiros Aramis Sá de Andrade, Débora Cristina Fonseca, Fausto de Andrade Ribeiro, Paulo Roberto Evangelista de Lima, Rachel de Oliveira Maia e Walter Eustáquio Ribeiro. Ausente o Sr. Waldery Rodrigues Júnior.

O Conselho de Administração (CA):

1. **ELEIÇÃO/REELEIÇÃO DE MEMBROS PARA A DIRETORIA EXECUTIVA** – elegeu, nos termos do art. 21, X, do Estatuto Social, como membro da Diretoria Executiva do BB, o Sr. Thiago Affonso Borsari, adiante qualificado, e reelegeu, nos mesmos termos, também para a Diretoria Executiva, os membros abaixo qualificados, todos para exercício do mandato 2021-2023, esclarecido que atendem às exigências legais e estatutárias:

Vice-presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos:

Ana Paula Teixeira de Sousa, brasileira, nascida em 02.09.1970, divorciada, bancária, inscrita no CPF/MF sob o nº 536.875.581-34, portadora da Carteira de Identidade nº 1200819, expedida em 28.06.1988, pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Sul, 15º andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF);

Vice-presidente de Governo e Sustentabilidade Empresarial:

Antônio José Barreto de Araújo Júnior, brasileiro, nascido em 28.03.1977, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 273.163.698-09, portador da Carteira de Identidade nº 24737957-8, expedida em 29.05.2010 pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Endereço:

Encaminhado via e-mail
Procurador do Trabalho
Mário José Barbosa dos Santos Neto
Setor de Recursos Humanos
Banco do Brasil S.A. - Setor de Conciliação
Banco e Educação Financeira

SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Sul, 15º andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF);

Vice-Presidente de Negócios de Varejo:

Carlos Motta dos Santos, brasileiro, nascido em 03.09.1970, solteiro, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 933.876.287-49, portador da Carteira de Identidade nº 082099037, expedida em 23.03.1994 pelo Instituto de Identificação Félix Pacheco do Estado do Rio de Janeiro. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Sul, 15º andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF);

Vice-presidente Corporativo:

Enio Mathias Ferreira, brasileiro, nascido em 30.03.1971, casado sob o regime de comunhão universal de bens, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 725.078.106-53, portador da Carteira de Identidade nº 1309413, expedida em 23.04.2009 pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Sul, 15º andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF);

Vice-presidente de Negócios de Atacado:

João Carlos de Nóbrega Pecego, brasileiro, nascido em 12.03.1964, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 052.263.938-06, portador da Carteira de Identidade nº 12471966-1, expedida em 08.09.2005 pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Sul, 15º andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF);

Vice-presidente de Gestão Financeira e de Relações com Investidores:

José Ricardo Fagunde Forni, brasileiro, nascido em 27.02.1971, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 455.261.501-78, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 595174265, expedida em 21.05.2018 pela Departamento Nacional de Trânsito do Distrito Federal. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Sul, 15º andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF);

**Encaminhado
via e-mail**
Mara Inês Campos dos Santos Lima
chefe do setor de Conciliação
Bancária e Excluído Financeira

Vice-presidente de Desenvolvimento de Negócios e Tecnologia:

Marcelo Cavalcante de Oliveira Lima, brasileiro, nascido em 25.10.1966, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 875.177.797-53, portador da Carteira de Identidade nº 06959497-6, expedida em 11.10.2017 pela Secretaria de Estado da Casa Civil do Estado do Rio de Janeiro. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Sul, 15º andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF);

Vice-presidente de Agronegócios:

Renato Luiz Bellinetti Naegele, brasileiro, nascido em 07.10.1962, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro agrônomo, inscrito no CPF/MF sob o nº 308.076.621-00, portador da Carteira de Identidade nº 552950, expedida em 12.11.2018 pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Sul, 15º andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF);

Diretor de Controles Internos:

Adelar Valentim Dias, brasileiro, nascido em 07.10.1959, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 296.062.179-49, portador da Carteira de Identidade nº 14426945, expedida em 14.10.2002, pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Norte, 7º andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF);

Diretor de Agronegócios:

Antonio Carlos Wagner Chiarello, brasileiro, nascido em 03.02.1981, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 956.263.100-10, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 00623245660, expedida em 14.05.2019 pelo Departamento Nacional de Trânsito do Distrito Federal. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Central, 11º andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF);

**Encaminhado
via e-mail**
Mário Tullio de Moraes dos Santos
Chefe do Setor de Conciliação
Bancária e Execução Financeira

Diretora de Clientes Varejo MPE e PF:

Carla Nesi, brasileira, nascida em 19.08.1971, divorciada, bancária, inscrita no CPF/MF sob o nº 101.295.868-03, portadora da Carteira de Identidade nº 19520816-x, expedida em 14.02.2000 pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Central, 3º andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF);

Diretor de Suprimentos, Infraestrutura e Patrimônio:

Eder Luiz Menezes de Faria, brasileiro, nascido em 19.08.1969, casado sob o regime de separação total de bens, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 626.084.106-00, portador da Carteira de Identidade nº 3617452, expedida em 26.10.1995 pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Central, 13º andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF);

Diretor Meios de Pagamentos e Serviços:

Edson Rogério da Costa, brasileiro, nascido em 29.12.1970, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 510.309.260-34, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 01524123140, expedida em 16.12.2017, pelo Departamento Nacional de Trânsito do Estado de São Paulo. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Sul, 2º andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF);

Diretor Contadoria:

Eduardo Cesar Pasa, brasileiro, nascido em 02.09.1970, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, inscrito no CPF/MF sob o nº 541.035.920-87, portador da Carteira de Identidade nº 1044834388, expedida em 28.07.1986 pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Central, 4º andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF);

Prefeitura Municipal de Polízia
Marcelo B. dos Santos Neto
Chefe de Gabinete de Conciliação

Encaminhado
vize-mall

Diretor de Crédito:

Felipe Guimarães Geissler Prince, brasileiro, nascido em 25.05.1978, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 036.435.856-50, portador da Carteira de Identidade nº 7717266, expedida em 06.01.2009 pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Sul, 7º andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF);

Diretor Corporate and Investment Banking:

Francisco Augusto Lassalvia, brasileiro, nascido em 26.10.1979, solteiro, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 288.355.918-05, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 02638356679, expedida em 08.05.2017 pelo Departamento Nacional de Trânsito do Estado do Espírito Santo. Endereço: Avenida Paulista, 1230, Edifício BB São Paulo, 8º andar, Bela Vista, CEP 1310-901- São Paulo (SP);

Diretor Gestão de Riscos:

Gerson Eduardo de Oliveira, brasileiro, nascido em 12.01.1969, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 435.481.620-04, portador da Carteira de Identidade nº 5027284818, expedida em 22.01.1982 pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Norte, 6º andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF);

Diretor Operações:

João Leocir Dal Rosso Frescura, brasileiro, nascido em 03.08.1970, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 488.634.670-72, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 01392271360, expedida em 18.08.2020 pelo Departamento Nacional de Trânsito do Distrito Federal. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Norte, 12º andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF);

Proletura Mun. de Política
Mareia Barbosa de Brito Neto
chefe do Setor de Registro
Bancários e Especiais - Financeira

**Encaminhado
via e-mail**

Diretor de Controladoria:

João Vagner de Moura Silva, brasileiro, nascido em 10.10.1971, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 584.043.411-68, portador da Carteira de Identidade nº 1169742, expedida em 08.05.1987 pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Sul, 4º andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF);

Diretora Jurídica:

Lucinéia Possar, brasileira, nascida em 08.02.1966, solteira, advogada, inscrita no CPF/MF sob o nº 540.309.199-87, portadora da Carteira de Identidade nº 01654419, expedida em 31.03.2009 pela Ordem dos Advogados do Brasil. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Sul, 8º andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF);

Diretor Segurança Institucional:

Luiz Fernando Ferreira Martins, brasileiro, nascido em 17.09.1968, casado sob o regime de separação total de bens, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 843.144.517-34, portador da Carteira de Identidade nº 07578650-9, expedida em 04.09.2002 pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Central, 14º andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF);

Diretor Soluções em Empréstimos e Financiamentos:

Marco Túlio de Oliveira Mendonça, brasileiro, nascido em 30.06.1970, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 749.403.336-04, portador da Carteira de Identidade nº M-4247863, expedida em 02.09.1985 pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Norte, 2º andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF);

Encaminhado
Maximilian
Máximo Carneiro
Diretor de Conciliação
Sistema e Estrutura Fundadora

Diretor Estratégia e Organização:

Márvio Melo Freitas, brasileiro, nascido em 09.11.1977, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 692.983.941-87, portador da Carteira de Identidade nº 1416328, expedida em 21.12.2005 pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Sul, 12º andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF);

Diretor de Finanças:

Maurício Nogueira, brasileiro, nascido em 10.08.1970, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 991.894.537-00, portador da Carteira de Identidade nº 07996270-0, expedida em 10.08.2010 pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Norte, 5º andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF);

Diretora Marketing e Comunicação:

Paula Sayão Carvalho Araujo, brasileira, nascida em 20.06.1975, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, bancária, inscrita no CPF/MF sob o nº 539.989.951-53, portadora da Carteira de Identidade nº 1478696, expedida em 27.09.1991 pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Sul, 6º andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF);

Diretor de Governo:

Paulo Augusto Ferreira Bouças, brasileiro, nascido em 28.10.1971, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 652.066.736-68, portador da Carteira de Identidade nº 4180817, expedida em 20.08.2019 pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Sul, 10º andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF);

**Encaminhado
via e-mail**
Márcia Inês de Azevedo dos Santos Neta
Chefe do Setor de Comunicação
Bancária e Execução Financeira

Diretor Governança de Entidades Ligadas:

Rodrigo Felipe Afonso, brasileiro, nascido em 26.05.1973, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 173.173.698-37, portador da Carteira de Identidade nº 19128425, expedida em 31.08.1984 pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Central, 12º andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF);

Diretor de Reestruturação de Ativos Operacionais:

Ronaldo Simon Ferreira, brasileiro, nascido em 11.06.1972, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 117.685.018-07, portador da Carteira de Identidade nº 19803715-6, expedida em 26.01.2016 pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Norte, 8º andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF);

Diretor Gestão da Cultura e de Pessoas:

Thiago Affonso Borsari, brasileiro, nascido em 07.10.1983, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 305.759.718-19, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 02054050926, expedida em 15.01.2020 pelo Departamento Nacional de Trânsito do Distrito Federal. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Central, 7º andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF);

Diretor Atendimento e Canais:

Thompson Soares Pereira César, brasileiro, nascido em 08.04.1969, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 995.503.187-53, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 00647283518, expedida em 03.10.2017 pelo Departamento Nacional de Trânsito do Estado de São Paulo. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Norte, 3º andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF);

Prefeitura Municipal de Foz de Iguaçu
Secretaria Municipal de Planejamento
Encaminhado via e-mail

2. ELEIÇÃO DE MEMBRO PARA O COMITÊ DE PESSOAS, REMUNERAÇÃO E ELEGIBILIDADE (COREM) - elegeu como membro do Corem, para o mandato 2021/2023, nos termos do art. 21, XVI, do Estatuto Social, na qualidade de membro independente escolhido a critério do Conselho de Administração (art. 3º, §1º, III, do Regimento Interno do Corem), o Sr. Aramis Sá de Andrade, a seguir qualificado, esclarecido que o eleito atende às exigências legais e estatutárias e que, conforme art. 34, §8º, do Estatuto Social, será investido em seu cargo nesta data, independentemente de assinatura do termo de posse:

Aramis Sá de Andrade, brasileiro, nascido em 24.01.1965, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, advogado, inscrito no CPF/MF sob o nº 215.819.592-49, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 02434530902, expedida em 04.11.2019 pelo Departamento Nacional de Trânsito do Distrito Federal. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Norte, 16º andar, Asa Norte, CEP: 70040-912 Brasília (DF);

Foi registrado que o conselheiro Aramis Sá de Andrade se absteve da deliberação de sua própria eleição como membro do Corem, de forma a se elidir qualquer potencial conflito de interesse.

Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual eu, (Ass. Rodrigo Nunes Gurgel), Secretário, mandei lavrar esta ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos conselheiros.

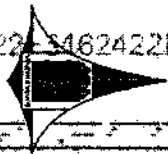
Ass.) Iêda Aparecida de Moura Cagni, Aramis Sá de Andrade, Débora Cristina Fonseca, Fausto de Andrade Ribeiro, Paulo Roberto Evangelista de Lima, Rachel de Oliveira Maja e Walter Eustáquio Ribeiro.

ESTE DOCUMENTO É PARTE TRANSCRITA DO LIVRO 30, PÁGINAS 143 A 152

Iêda Aparecida de Moura Cagni
Presidente do Conselho de Administração

Professora Iêda de Moura
Marta Iêda Barbosa dos Santos Maja
Chefe do setor de Comunicação
Bancária - Educação Bancária

**Encaminhado
via e-mail**

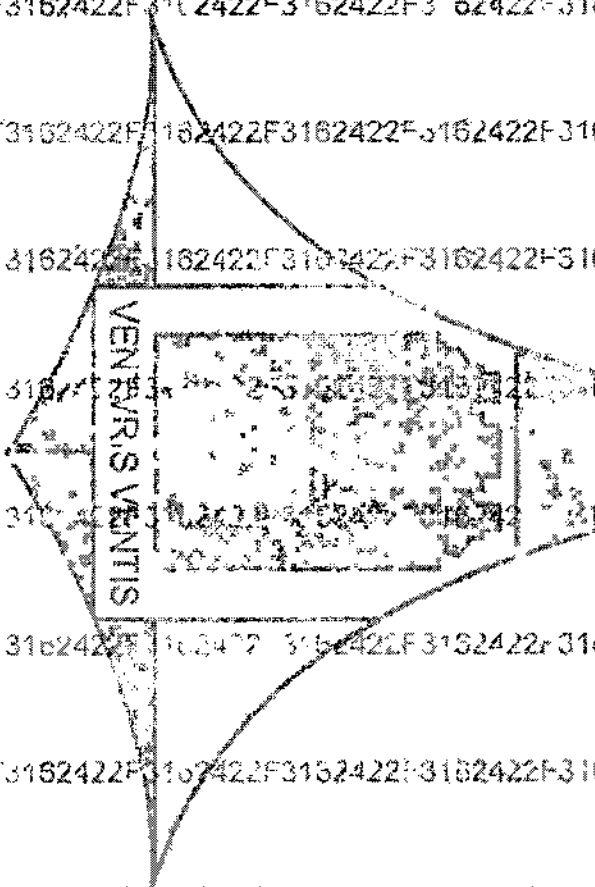


**JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO
DISTRITO FEDERAL**

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo	
Número do Protocolo	DFN2199357936
Identificação do(s) Assinante(s)	Nome
820132.25.172	IEDA APARECIDA DE MOURA CAGNI
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br	Data Assinatura
Selo Ouro - Certificado Digital	06/08/2021
Número do Processo Módulo Integrador	
DFN2199357936	Data
26/07/2021	



Encaminhado via e-mail

Protocolo Man. de Processos
Manual de Procedimentos
de Trabalho
de Atividade e Extinção de Registro

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
 Governo do Distrito Federal
 Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal
 Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa BANCO DO BRASIL S.A., de CNPJ 00.000.000/0001-91 e protocolado sob o número 21/098.695-6 em 04/08/2021, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 1717531, em 09/08/2021. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador THAIZE DOS SANTOS COSTA. Certifica o registro, o Secretário-Geral, Maxmilian Patriota Carneiro. Para sua validação, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucis.df.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo:

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
768.660.926-04	LUIZ GUILHERME DE OLIVEIRA PROCOPIO	05/08/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br		
Selo Duro - Certificado Digital		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
820.332.251-72	IEDA APARECIDA DE MOURA CAGNI	06/08/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br		
Selo Ouro - Certificado Digital		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 05/08/2021



Documento assinado eletronicamente por THAIZE DOS SANTOS COSTA, Servidor(a) Público(a), em 09/08/2021, às 09:51.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da Jucis/DF informando o número do protocolo 21/098.695-6.

Prefeitura Municipal de Brasília
 Mapa Iner Eletrônica do Jucis/DF
 Chave do ato de Autenticação
 6. Encaminhado
 via e-mail

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1717531 em 09/08/2021 da Empresa BANCO DO BRASIL S.A., CNPJ 00000000000191 e protocolo DFN2199357936 - 04/08/2021. Autenticação: EAF198B12D134332EF70AE6D55C9B0C5E9A1C14. Maxmilian Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe o número do protocolo 21/098.695-6 e o código de segurança jWzB Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/08/2021 por Maxmilian Patriota Carneiro - Secretário-Geral.

JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL
Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
702.261.211-00	MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO

Brasília, segunda-feira, 09 de agosto de 2021

Encaminhado via e-mail



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

**CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS
COM EFEITO DE NEGATIVA**

Nome: BANCO DO BRASIL SA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 00.000.000/0001-91

Certidão nº: 62705984/2023

Expedição: 09/11/2023, às 12:53:57

Validade: 07/05/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que BANCO DO BRASIL SA (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 00.000.000/0001-91, CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em face do inadimplemento de obrigações estabelecidas no(s) processo(s) abaixo, com débito garantido ou exigibilidade suspensa:

- 0049300-18.1987.5.01.0006 - TRT 01ª Região * (6ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
- 0135900-19.1999.5.01.0007 - TRT 01ª Região * (7ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
- 0063000-68.2009.5.01.0013 - TRT 01ª Região * (13ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
- 0144300-17.2007.5.01.0015 - TRT 01ª Região * (15ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
- 0011247-47.2015.5.01.0018 - TRT 01ª Região * (18ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
- 0055600-26.2002.5.01.0020 - TRT 01ª Região * (20ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
- 0106300-93.2008.5.01.0020 - TRT 01ª Região * (20ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
- 0001308-42.2012.5.01.0020 - TRT 01ª Região * (20ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
- 0065200-25.1989.5.01.0021 - TRT 01ª Região * (21ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
- 0183300-94.1993.5.01.0021 - TRT 01ª Região * (21ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
- 0194200-68.1995.5.01.0021 - TRT 01ª Região * (21ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
- 0084300-72.2003.5.01.0021 - TRT 01ª Região * (21ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
- 0169300-91.1990.5.01.0022 - TRT 01ª Região * (22ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
- 0010076-65.2014.5.01.0025 - TRT 01ª Região * (26ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)

Dúvidas e sugestões: cndt@tst.jus.br

**Verificado a
autenticidade
da Internet**
Marta Ines Barboza dos Santos Neto
Chefe do setor de Conciliação
Bancária e Execução Financeira



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

DE JANEIRO)	0015660-36	0015.5.01.0026	TRT 01*	Região *	(26)	VARA DO TRABALHO DO RIO
DE JANEIRO)	0130500-05	1995.5.01.0029	TRT 00*	Região *	(29)	VARA DO TRABALHO DO RIO
DE JANEIRO)	0120300-52	2000.5.01.0029	TRT 00*	Região *	(29)	VARA DO TRABALHO DO RIO
DE JANEIRO)	0114600-56	2000.5.01.0042	TRT 00*	Região *	(42)	VARA DO TRABALHO DO RIO
DE JANEIRO)	0085600-64	2007.5.01.0042	TRT 00*	Região *	(42)	VARA DO TRABALHO DO RIO
DE JANEIRO)	0144800-02	2007.5.01.0042	TRT 00*	Região *	(42)	VARA DO TRABALHO DO RIO
DE JANEIRO)	0134700-51	2008.5.01.0042	TRT 01*	Região *	(42)	VARA DO TRABALHO DO RIO
DE JANEIRO)	0000656-81	2011.5.01.0045	TRT 00*	Região *	(45)	VARA DO TRABALHO DO RIO
DE JANEIRO)	0035900-30	2009.5.01.0049	TRT 00*	Região *	(49)	VARA DO TRABALHO DO RIO
DE JANEIRO)	0010208-18	2015.5.01.0061	TRT 00*	Região *	(61)	VARA DO TRABALHO DO RIO
DE JANEIRO)	0010301-78	2015.5.01.0061	TRT 01*	Região *	(61)	VARA DO TRABALHO DO RIO
DE JANEIRO)	0096100-71	2008.5.01.0070	TRT 01*	Região **	(70)	VARA DO TRABALHO DO RIO
DE JANEIRO)	0088600-72	1998.5.01.024	- TRT 01*	Região *	1ª VARA	DO TRABALHO DE
NITERÓI)	0260400-50	1997.5.01.0262	TRT 01*	Região *	(2)	VARA DO TRABALHO DE
GONÇALO)	0000887-45	2013.5.01.030	- TRT 01*	Região *	2ª VARA	DO TRABALHO DE
PETRÓPOLIS)	0097300-77	2000.5.01.030	- TRT 01*	Região **	12ª VARA	DO TRABALHO DE
PETRÓPOLIS)	0100919-19	2017.5.01.030	- TRT 01*	Região *	2ª VARA	DO TRABALHO DE
PETRÓPOLIS)	0124300-16	2007.5.01.030	- TRT 01*	Região *	2ª VARA	DO TRABALHO DE
PETRÓPOLIS)	0010088-02	2015.5.01.034	- TRT 01*	Região *	3ª VARA	DO TRABALHO DE
VOLTA REDONDA)	0014185-02	2015.5.01.034	- TRT 01*	Região *	3ª VARA	DO TRABALHO DE
VOLTA REDONDA)	0014238-80	2015.5.01.034	- TRT 01*	Região *	3ª VARA	DO TRABALHO DE

Dúvidas e sugestões: cndt@tst.jus

Verificado a autenticidade da assinatura
do(a) Juiz(a) de Direito
Petrópolis, 12 de maio de 2023.
Juiz(a) de Direito: [Assinatura]



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

VOLTA REDONDA)	001382-54/2015.5.01.034	- TRT 01ª Região *	3ª VARA DO TRABALHO DE
VOLTA REDONDA)	0100385-88/2016.5.01.034	- TRT 01ª Região *	3ª VARA DO TRABALHO DE
VOLTA REDONDA)	0000418-94/2013.5.01.0432	TRT 01ª Região *	(2ª VARA DO TRABALHO DE CASO
FRIBO)	0166000-05/1990.5.01.048	- TRT 01ª Região *	1ª VARA DO TRABALHO DE
MACAÉ)	0000456-67/2014.5.01.0511	TRT 01ª Região *	(1ª VARA DO TRABALHO DE NOVA
FRIBURGO)	0110000-56/1992.5.01.0511	TRT 01ª Região *	(1ª VARA DO TRABALHO DE NOVA
FRIBURGO)	0029900-33/2003.5.01.053	- TRT 01ª Região *	1ª VARA DO TRABALHO DE
TERESÓPOLIS)	0058500-12/1993.5.02.0006	TRT 02ª Região *	(6ª VARA DO TRABALHO DE SAO
PAULO)	0025100-15/2009.5.02.0016	TRT 02ª Região *	(16ª VARA DO TRABALHO DE SAO
PAULO)	0000536-64/2012.5.02.0016	TRT 02ª Região *	(16ª VARA DO TRABALHO DE SAO
PAULO)	0156800-84/2004.5.02.0018	TRT 02ª Região **	(18ª VARA DO TRABALHO DE SAO
PAULO)	0199200-31/1986.5.02.0023	TRT 02ª Região *	(23ª VARA DO TRABALHO DE SAO
PAULO)	0132500-02/1988.5.02.0024	TRT 02ª Região *	(24ª VARA DO TRABALHO DE SAO
PAULO)	0007200-63/2007.5.02.0024	TRT 02ª Região *	(24ª VARA DO TRABALHO DE SAO
PAULO)	0110500-34/1985.5.02.0025	TRT 02ª Região **	(25ª VARA DO TRABALHO DE SAO
PAULO)	0397800-15/1979.5.02.0032	TRT 02ª Região *	(32ª VARA DO TRABALHO DE SAO
PAULO)	0303400-86/1991.5.02.0032	TRT 02ª Região *	(32ª VARA DO TRABALHO DE SAO
PAULO)	0194600-85/1996.5.02.0032	TRT 02ª Região *	(32ª VARA DO TRABALHO DE SAO
PAULO)	0275500-64/2002.5.02.0032	TRT 02ª Região **	(32ª VARA DO TRABALHO DE SAO
PAULO)	0068600-33/2008.5.02.0034	TRT 02ª Região **	(34ª VARA DO TRABALHO DE SAO
PAULO)	0197900-29/2008.5.02.0034	TRT 02ª Região *	(34ª VARA DO TRABALHO DE SAO

Dúvidas e sugestões: cnd@tst.jus

Verificado e autenticado pela Internet

Manoel Antônio de Paula
Chefe de Serviço de Conciliação
Sanctus e Securus Evangelium

28



PODERA JUDICIAL
JUSTIA DO TRABALHO

PAULO)	01201400-79	007.5.00046	TRT 02	Região *	(46)	VARA DO	TRABALHO DE	SAO
PAULO)	0001489-35	012.5.00046	TRT 02	Região *	(46)	VARA DO	TRABALHO DE	SAO
PAULO)	0131000-27	093.5.00051	TRT 02	Região *	(51)	VARA DO	TRABALHO DE	SAO
PAULO)	0161200-58	004.5.00051	TRT 02	Região *	(51)	VARA DO	TRABALHO DE	SAO
PAULO)	0221100-22	008.5.00051	TRT 02	Região *	(51)	VARA DO	TRABALHO DE	SAO
PAULO)	0041000-84	099.5.00052	TRT 02	Região *	(52)	VARA DO	TRABALHO DE	SAO
PAULO)	0191400-52	006.5.00054	TRT 02	Região *	(54)	VARA DO	TRABALHO DE	SAO
PAULO)	0251700-50	093.5.00057	TRT 02	Região **	(57)	VARA DO	TRABALHO DE	SAO
PAULO)	0051800-05	098.5.00059	TRT 02	Região *	(59)	VARA DO	TRABALHO DE	SAO
PAULO)	0171500-92	098.5.00059	TRT 02	Região *	(59)	VARA DO	TRABALHO DE	SAO
PAULO)	0171800-89	098.5.00059	TRT 02	Região *	(59)	VARA DO	TRABALHO DE	SAO
PAULO)	0281600-20	001.5.00059	TRT 02	Região *	(59)	VARA DO	TRABALHO DE	SAO
PAULO)	0231500-71	004.5.00063	TRT 02	Região **	(63)	VARA DO	TRABALHO DE	SAO
PAULO)	0001726-17	011.5.00063	TRT 02	Região **	(63)	VARA DO	TRABALHO DE	SAO
PAULO)	0191400-33	009.5.00064	TRT 02	Região **	(64)	VARA DO	TRABALHO DE	SAO
PAULO)	0091500-02	095.5.00069	TRT 02	Região *	(69)	VARA DO	TRABALHO DE	SAO
PAULO)	0201300-43	009.5.00072	TRT 02	Região **	(72)	VARA DO	TRABALHO DE	SAO
PAULO)	0301000-28	099.5.00079	TRT 02	Região *	(79)	VARA DO	TRABALHO DE	SAO
PAULO)	0101300-70	004.5.00079	TRT 02	Região *	(79)	VARA DO	TRABALHO DE	SAO
PAULO)	0531000-74	006.5.00081	TRT 02	Região *	(81)	VARA DO	TRABALHO DE	SAO
PAULO)	0031900-48	008.5.00084	TRT 02	Região *	(84)	VARA DO	TRABALHO DE	SAO

Dúvidas e sugestões: cnd@tst.jus

Verificado e autenticado da Inteiro

Manoel Inácio de Jesus, Juiz de Direito, São Paulo, SP, 03/08/2023.

Banking e Comércio Exterior

29



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

PAULO)	0000918-10	011.5.00087	TRT 02 Região **	(87)	VARA DO TRABALHO DE SAO PAULO)
PAULO)	0208200-19	007.5.00088	TRT 02 Região **	(88)	VARA DO TRABALHO DE SAO PAULO)
PAULO)	0011800-61	009.5.00088	TRT 02 Região **	(88)	VARA DO TRABALHO DE SAO PAULO)
SANTO ANDRE)	0001011-65	2014.5.02.043	TRT 02 Região **	1ª VARA DO TRABALHO DE SAO SANTO ANDRE)	
SANTO ANDRE)	0071100-05	1988.5.02.043	TRT 02 Região **	2ª VARA DO TRABALHO DE SAO SANTO ANDRE)	
SANTOS)	0088100-82	2003.5.02.044	TRT 02 Região **	1ª VARA DO TRABALHO DE SAO SANTOS)	
SANTOS)	0027900-86	2006.5.02.044	TRT 02 Região *	7ª VARA DO TRABALHO DE SAO SANTOS)	
GOVERNADOR VALADARES)	1008552-04	2013.5.02.0521	TRT 02 Região *	(VARA DO TRABALHO DE ARUJÁ)	
GOVERNADOR VALADARES)	0008700-77	2005.5.03.013	TRT 03 Região *	3ª VARA DO TRABALHO DE GOVERNADOR VALADARES)	
GOVERNADOR VALADARES)	0118400-67	2006.5.03.013	TRT 03 Região *	3ª VARA DO TRABALHO DE GOVERNADOR VALADARES)	
PORTO ALEGRE)	0021801-26	1997.5.04.000	TRT 04 Região *	6ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE)	
PORTO ALEGRE)	0031500-21	2008.5.04.002	TRT 04 Região *	10ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE)	
PELOTAS)	0061600-88	2009.5.04.010	TRT 04 Região *	4ª VARA DO TRABALHO DE PELOTAS)	
PELOTAS)	0091700-07	2009.5.04.010	TRT 04 Região *	4ª VARA DO TRABALHO DE PELOTAS)	
PELOTAS)	0000975-77	2014.5.04.010	TRT 04 Região *	4ª VARA DO TRABALHO DE PELOTAS)	
CAMAQUÃ)	0010142-75	2012.5.04.01	TRT 04 Região *	(VARA DO TRABALHO DE CAMAQUÃ)	
GUAÍBA)	0151001-15	2005.5.04.0221	TRT 04 Região **	(VARA DO TRABALHO DE GUAÍBA)	
OSÓRIO)	0011571-41	2013.5.04.0271	TRT 04 Região *	(VARA DO TRABALHO DE OSÓRIO)	
NOVO HAMBURGO)	0020914-17	2017.5.04.0305	TRT 04 Região *	(5ª VARA DO TRABALHO DE NOVO HAMBURGO)	
GRAMADO)	0000338-06	2010.5.04.035	TRT 04 Região *	1ª VARA DO TRABALHO DE GRAMADO)	
GRAMADO)	0074100-89	2009.5.04.035	TRT 04 Região *	1ª VARA DO TRABALHO DE GRAMADO)	
CAXIAS DO SUL)	0000049-06	2013.5.04.040	TRT 04 Região *	4ª VARA DO TRABALHO DE CAXIAS DO SUL)	

Dúvidas e sugestões: cnd@tst.jus

Verificado e autenticado na Internet
Bancaria Eletrônica

30



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0001584-38	2011.5	04.0404	-	TRT 04ª	Região	*	VARA DO TRABALHO DE
CAXIAS DO SUL)							
0001644-11	2011.5	04.0404	-	TRT 04ª	Região	*	VARA DO TRABALHO DE
CAXIAS DO SUL)							
0020833-04	2013.5	04.0404	-	TRT 04ª	Região	*	VARA DO TRABALHO DE
CAXIAS DO SUL)							
0061100-37	2008.5	04.0404	-	TRT 04ª	Região	*	VARA DO TRABALHO DE
CAXIAS DO SUL)							
0129300-52	2007.5	04.0404	-	TRT 04ª	Região	*	VARA DO TRABALHO DE
CAXIAS DO SUL)							
0164500-58	2007.5	04.0404	-	TRT 04ª	Região	*	VARA DO TRABALHO DE
CAXIAS DO SUL)							
0189900-59	2008.5	04.0404	-	TRT 04ª	Região	*	VARA DO TRABALHO DE
CAXIAS DO SUL)							
0019100-08	2008.5	04.0451	-	TRT 04ª	Região	*	VARA DO TRABALHO DE SAO
JERONIMO)							
0009260-06	2011.5	04.0471	-	TRT 04ª	Região	*	(VARA DO TRABALHO DE LAGOA
VERMELHA)							
0000350-14	2011.5	04.0471	-	TRT 04ª	Região	*	(VARA DO TRABALHO DE LAGOA
VERMELHA)							
0000378-79	2011.5	04.0471	-	TRT 04ª	Região	*	(VARA DO TRABALHO DE LAGOA
VERMELHA)							
0000399-21	2012.5	04.0471	-	TRT 04ª	Região	*	(VARA DO TRABALHO DE LAGOA
VERMELHA)							
0172200-16	2007.5	04.0471	-	TRT 04ª	Região	*	(VARA DO TRABALHO DE LAGOA
VERMELHA)							
0010135-06	2013.5	04.0511	-	TRT 04ª	Região	*	VARA DO TRABALHO DE
BENTO GONCALVES)							
0020583-67	2015.5	04.0511	-	TRT 04ª	Região	*	VARA DO TRABALHO DE
BENTO GONCALVES)							
0089900-31	2002.5	04.0511	-	TRT 04ª	Região	*	VARA DO TRABALHO DE
BENTO GONCALVES)							
0099900-81	1996.5	04.0511	-	TRT 04ª	Região	*	VARA DO TRABALHO DE
BENTO GONCALVES)							
0146600-66	2009.5	04.0511	-	TRT 04ª	Região	*	VARA DO TRABALHO DE
BENTO GONCALVES)							
0089500-78	2004.5	04.0521	-	TRT 04ª	Região	*	VARA DO TRABALHO DE
ERESHIM)							
0000070-55	2011.5	04.0661	-	TRT 04ª	Região	*	VARA DO TRABALHO DE
PASSO FUNDO)							
0000140-69	2011.5	04.0661	-	TRT 04ª	Região	*	VARA DO TRABALHO DE
PASSO FUNDO)							

Dúvidas e sugestões: cnd@tst.jus

**Verificado a
autenticidade
da Internet**
Maurício Mun de Popoca
Mestre Barbosa dos Santos
Chefe do setor de Conciliação
Bancada Especializada
F3709

31

F3102612F3109822F31098212F31098202F31098192F31098182F31098172F31098162F31098152F31098142F31098132F31098122F31098112F31098102F31098092F31098082F31098072F31098062F31098052F31098042F31098032F31098022F31098012F31098002

F3109622F31096212F31096202F31096192F31096182F31096172F31096162F31096152F31096142F31096132F31096122F31096112F31096102F31096092F31096082F31096072F31096062F31096052F31096042F31096032F31096022F31096012

F3102412F31024112F31024102F31024092F31024082F31024072F31024062F31024052F31024042F31024032F31024022F31024012

F3102212F31022112F31022102F31022092F31022082F31022072F31022062F31022052F31022042F31022032F31022022F31022012

F3102012F31020112F31020102F31020092F31020082F31020072F31020062F31020052F31020042F31020032F31020022F31020012

F3101812F31018112F31018102F31018092F31018082F31018072F31018062F31018052F31018042F31018032F31018022F31018012

F3101612F31016112F31016102F31016092F31016082F31016072F31016062F31016052F31016042F31016032F31016022F31016012

F3101412F31014112F31014102F31014092F31014082F31014072F31014062F31014052F31014042F31014032F31014022F31014012

F3101212F31012112F31012102F31012092F31012082F31012072F31012062F31012052F31012042F31012032F31012022F31012012

F3101012F31010112F31010102F31010092F31010082F31010072F31010062F31010052F31010042F31010032F31010022F31010012

F3100812F31008112F31008102F31008092F31008082F31008072F31008062F31008052F31008042F31008032F31008022F31008012

Verificabilidade da Internet
Neste link você pode verificar a autenticidade das informações aqui publicadas e evitar fraudes.
www.tjmg.jus.br

Dúvidas e sugestões: cnd@tjmg.jus.br

PODERE JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO



33



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0000015-17	2012.5	05.002	- TRT	05ª	Região *	23ª	VARA DO TRABALHO DE
SALVADOR)							
0000437-55	2013.5	05.002	- TRT	05ª	Região *	23ª	VARA DO TRABALHO DE
SALVADOR)							
0000472-73	2017.5	05.002	- TRT	05ª	Região *	23ª	VARA DO TRABALHO DE
SALVADOR)							
0032700-44	2007.5	05.002	- TRT	05ª	Região *	26ª	VARA DO TRABALHO DE
SALVADOR)							
0149000-86	2007.5	05.002	- TRT	05ª	Região *	27ª	VARA DO TRABALHO DE
SALVADOR)							
0000500-62	2008.5	05.002	- TRT	05ª	Região *	29ª	VARA DO TRABALHO DE
SALVADOR)							
0000200-56	2008.5	05.003	- TRT	05ª	Região *	2ª	VARA DO TRABALHO DE
SALVADOR)							
0090500-49	2009.5	05.003	- TRT	05ª	Região *	2ª	VARA DO TRABALHO DE
SALVADOR)							
0000057-70	2011.5	05.003	- TRT	05ª	Região *	3ª	VARA DO TRABALHO DE
SALVADOR)							
0010113-94	2013.5	05.003	- TRT	05ª	Região *	3ª	VARA DO TRABALHO DE
SALVADOR)							
0020900-90	2008.5	05.003	- TRT	05ª	Região *	3ª	VARA DO TRABALHO DE
SALVADOR)							
0090200-56	2009.5	05.003	- TRT	05ª	Região *	6ª	VARA DO TRABALHO DE
SALVADOR)							
0000732-58	2010.5	05.003	- TRT	05ª	Região *	6ª	VARA DO TRABALHO DE
SALVADOR)							
0000900-83	2012.5	05.003	- TRT	05ª	Região *	8ª	VARA DO TRABALHO DE
SALVADOR)							
0000222-35	2014.5	05.003	- TRT	05ª	Região *	8ª	VARA DO TRABALHO DE
SALVADOR)							
0060900-85	2008.5	05.003	- TRT	05ª	Região *	9ª	VARA DO TRABALHO DE
SALVADOR)							
0150200-63	2006.5	05.012	- TRT	05ª	Região *	1ª	VARA DO TRABALHO DE
CANDEIAS)							
0245000-11	1988.5	05.019	- TRT	05ª	Região *	1ª	VARA DO TRABALHO DE
FEDRA DE SANTANA)							
0147900-25	2009.5	05.022	- TRT	05ª	Região *	2ª	VARA DO TRABALHO DE
ALAGOINHAS)							
0006400-49	2007.5	05.025	- TRT	05ª	Região	(VARA	DO TRABALHO DE
CONCEIÇÃO DO COQUE)							
0000317-40	2017.5	05.027	- TRT	05ª	Região	(VARA	DO TRABALHO DE
EUCALIDES DA CUNHA)							

Dúvidas e sugestões: cnd@tst.jus

Verificado a autenticidade da Internet
Município de São Paulo
Estado de São Paulo
Secretaria de Justiça
Salvador - Bahia

39



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0001111-58	2012.5	05.05	- TR	05*	Região	(VARA DO TRABALHO DE
EUNAPOLIS						
0016300-5	2009.5	05.05	- TR	05*	Região	(VARA DO TRABALHO DE
EUNAPOLIS						
0038200-04	2001.5	05.05	- TR	05*	Região	(VARA DO TRABALHO DE
EUNAPOLIS						
0052500-68	2001.5	05.05	- TR	05*	Região	(VARA DO TRABALHO DE
EUNAPOLIS						
0143000-84	2002.5	05.05	- TR	05*	Região	(VARA DO TRABALHO DE
EUNAPOLIS						
0173701-38	1996.5	05.05	- TR	05*	Região	(VARA DO TRABALHO DE
EUNAPOLIS						
0206800-92	2000.5	05.05	- TR	05*	Região	(VARA DO TRABALHO DE
EUNAPOLIS						
0055400-6	2000.5	05.05	- TR	05*	Região	(VARA DO TRABALHO DE
ITAMARAJU						
0105900-29	2004.5	05.053	- TRT	05*	Região *	1ª VARA DO TRABALHO DE
TEIXEIRA DE FREITAS						
0279300-45	2008.5	05.053	- TRT	05*	Região *	1ª VARA DO TRABALHO DE
TEIXEIRA DE FREITAS						
0000180-27	2015.5	05.0551	TRT	05*	Região *	(VARA DO TRABALHO DE JEQUIE)
0000296-33	2015.5	05.0551	TRT	05*	Região *	(VARA DO TRABALHO DE JEQUIE)
0000298-03	2015.5	05.0551	TRT	05*	Região *	(VARA DO TRABALHO DE JEQUIE)
0001435-54	2014.5	05.0551	TRT	05*	Região *	(VARA DO TRABALHO DE JEQUIE)
0001524-14	2013.5	05.0551	TRT	05*	Região *	(VARA DO TRABALHO DE JEQUIE)
0002018-73	2013.5	05.0551	TRT	05*	Região *	(VARA DO TRABALHO DE JEQUIE)
0126400-56	2004.5	05.0551	TRT	05*	Região *	(VARA DO TRABALHO DE JEQUIE)
0000137-26	2016.5	05.0561	TRT	05*	Região *	(VARA DO TRABALHO DE PORTO
SEGURO)						
0000154-62	2016.5	05.0561	TRT	05*	Região *	(VARA DO TRABALHO DE PORTO
SEGURO)						
0000278-45	2016.5	05.0561	TRT	05*	Região *	(VARA DO TRABALHO DE PORTO
SEGURO)						
0000136-15	2015.5	05.0581	TRT	05*	Região *	(VARA DO TRABALHO DE IPIAÚ)
0000147-16	2014.5	05.0581	TRT	05*	Região *	(VARA DO TRABALHO DE IPIAÚ)
0059700-47	2000.5	05.0581	TRT	05*	Região *	(VARA DO TRABALHO DE IPIAÚ)
0091200-92	2004.5	05.0581	TRT	05*	Região *	(VARA DO TRABALHO DE IPIAÚ)
011100-96	2008.5	05.061	- TRT	05*	Região *	2ª VARA DO TRABALHO DE
VITORIA DA CONQUISTA)						
0080800-35	2000.5	05.06	- TR	05*	Região	(VARA DO TRABALHO DE
ITAPETINGA						
0041900-93	2000.5	05.06	- TR	05*	Região	(VARA DO TRABALHO DE

Dúvidas e sugestões: chf@tst.jus

Verificado a autenticidade da internet

Procuradoria Regional de Trabalho
Município de São José do Rio Preto
Bancaria Especializada em Trabalho

30



PODERE JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

PARANAÍ	0250200-85	2009.5	09.00	- TRT	09ª	Região	(VARA DO TRABALHO DE
PARANAÍ	000252-12	2011.5	09.00	- TRT	09ª	Região	(VARA DO TRABALHO DE
PARANAÍ	000300-34	2012.5	09.00	- TRT	09ª	Região	(VARA DO TRABALHO DE
PARANAÍ	0004124-50	2015.5	09.00	- TRT	09ª	Região	(VARA DO TRABALHO DE
PARANAÍ	0000867-15	2021.5	09.00	- TRT	09ª	Região	(VARA DO TRABALHO DE
PARANAÍ	0000979-87	2012.5	09.0026	- TRT	09ª	Região *	(VARA DO TRABALHO DE UNIAO
DA VITÓRIA	1029600-27	2006.5	09.0029	- TRT	09ª	Região **	20ª VARA DO TRABALHO DE
CURITIBA)	2100100-84	2008.5	09.002	- TRT	09ª	Região *	20ª VARA DO TRABALHO DE
CURITIBA)	0068800-26	2005.5	09.006	- TRT	09ª	Região **	1ª VARA DO TRABALHO DE
TOLDO)	0000026-82	2012.5	09.0072	- TRT	09ª	Região *	(1ª VARA DO TRABALHO DE PAO
BRANCO)	0069100-46	2000.5	09.007	- TRT	09ª	Região	(VARA DO TRABALHO DE
IVAPORÁ)	0019700-41	1989.5	09.0091	- TRT	09ª	Região *	(VARA DO TRABALHO DE CAMPO
MOURO)	0059800-26	1993.5	09.0091	- TRT	09ª	Região *	(VARA DO TRABALHO DE CAMPO
MOURO)	0014200-25	2001.5	09.0091	- TRT	09ª	Região *	(VARA DO TRABALHO DE CAMPO
MOURO)	0044600-33	2009.5	09.0091	- TRT	09ª	Região *	(VARA DO TRABALHO DE CAMPO
MOURO)	0092800-72	1992.5	09.00	- TRT	09ª	Região	(VARA DO TRABALHO DE
CIANORTE)	020000-24	2007.5	09.00	- TRT	09ª	Região	(VARA DO TRABALHO DE
CIANORTE)	0029300-09	2004.5	09.009	- TRT	09ª	Região *	1ª VARA DO TRABALHO DE
CORNÉLIO PROCÓPIO	0039200-10	2006.5	09.009	- TRT	09ª	Região *	1ª VARA DO TRABALHO DE
CORNÉLIO PROCÓPIO	0016700-73	2006.5	09.009	- TRT	09ª	Região *	1ª VARA DO TRABALHO DE
GUARAPUAVA	0000251-30	2012.5	09.009	- TRT	09ª	Região *	1ª VARA DO TRABALHO DE

Dúvidas e sugestões: cnd@tst.jus.br

Verificado a autenticidade da Internet

Maria Helena Barbosa dos Santos Neto
Chefe do Setor de Publicação Bancária e Extrajudicial

5



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

GUARAPUAVA)	0000673-68	2013.5	09.0096	- TRT 09ª Região *	1ª VARA	DO TRABALHO DE
GUARAPUAVA)	0000261-63	2021.5	09.0127	- TRT 09ª Região *	2ª VARA	DO TRABALHO DE
CORNÉLIO PROCÓPIO)	0000267-70	2021.5	09.0127	- TRT 09ª Região *	2ª VARA	DO TRABALHO DE
CORNÉLIO PROCÓPIO)	0000252-67	2022.5	09.0127	- TRT 09ª Região *	2ª VARA	DO TRABALHO DE
CORNÉLIO PROCÓPIO)	0000254-37	2022.5	09.0127	- TRT 09ª Região *	2ª VARA	DO TRABALHO DE
CORNÉLIO PROCÓPIO)	0000085-26	2011.5	09.0195	- TRT 09ª Região *	3ª VARA	DO TRABALHO DE
CASCAVEL)	0001630-32	2011.5	09.0325	- TRT 09ª Região *	2ª VARA	DO TRABALHO DE
UMUARAMA)	0001865-28	2013.5	09.0325	- TRT 09ª Região *	2ª VARA	DO TRABALHO DE
UMUARAMA)	0000454-31	2014.5	09.0513	- TRT 09ª Região *	3ª VARA	DO TRABALHO DE
LONDRINA)	2720600-33	2007.5	09.0652	- TRT 09ª Região *	18ª VARA	DO TRABALHO DE
CURITIBA)	0123500-98	2009.5	09.0653	- TRT 09ª Região *	(VARA	DO TRABALHO DE
ARAUCÁRIA)	0145800-66	2000.5	09.0654	- TRT 09ª Região *	(VARA	DO TRABALHO DE
ARAUCÁRIA)	0172700-86	2005.5	09.0662	- TRT 09ª Região *	4ª VARA	DO TRABALHO DE
MARINGÁ)	0209000-08	2009.5	09.0662	- TRT 09ª Região *	4ª VARA	DO TRABALHO DE
MARINGÁ)	0284000-47	2007.5	09.0662	- TRT 09ª Região *	4ª VARA	DO TRABALHO DE
MARINGÁ)	0439800-06	2007.5	09.0662	- TRT 09ª Região *	4ª VARA	DO TRABALHO DE
MARINGÁ)	0001862-39	2007.5	09.0663	- TRT 09ª Região *	4ª VARA	DO TRABALHO DE
LONDRINA)	0424500-66	2005.5	09.0664	- TRT 09ª Região *	5ª VARA	DO TRABALHO DE
LONDRINA)	0026100-24	2004.5	09.0665	TRT 09ª Região *	(VARA	DO TRABALHO DE IRATI
MARCHEL CANDIDO RONDON)	0033900-06	2005.5	09.0668	- TRT 09ª Região *	(VARA	DO TRABALHO DE
MARCHEL CANDIDO RONDON)	0046400-61	2005.5	09.0668	- TRT 09ª Região *	(VARA	DO TRABALHO DE

Verificado a
autenticidade
da Internet

41



PODERA JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

00001433-14	2010.5	09.0679	- TRT 09ª Região	(VARA DO TRABALHO DE ROLIMANDIA)
0000143-88	2013.5	09.0670	TRT 09ª Região *	(1ª VARA DO TRABALHO DE SAO JOSE DOS PINHAIS)
0150600-32	2008.5	09.0671	- TRT 09ª Região	(VARA DO TRABALHO DE TELHMACO BORBA)
9950400-74	2006.5	09.0672	- TRT 09ª Região	(VARA DO TRABALHO DE WENCESLAU BRAZ)
0000636-05	2012.5	09.0869	- TRT 09ª Região *	7ª VARA DO TRABALHO DE LONDRINA)
0090200-55	2009.5	10.0011	- TRT 10ª Região *	12ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - (DF)
0100000-91	2009.5	10.0011	- TRT 10ª Região *	12ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - (DF)
0110700-29	2009.5	10.0011	- TRT 10ª Região *	12ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - (DF)
0000407-21	2011.5	10.0012	- TRT 10ª Região *	12ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - (DF)
0000568-66	2011.5	10.0021	- TRT 10ª Região *	1ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - (DF)
0000060-86	2012.5	10.0021	- TRT 10ª Região *	1ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - (DF)
0190900-41	2008.5	12.0011	TRT 12ª Região *	(1ª VARA DO TRABALHO DE DO SUL)
0600300-62	2008.5	12.0030	- TRT 12ª Região *	4ª VARA DO TRABALHO DE JOINVILLE)
0580900-36	2009.5	12.0030	- TRT 12ª Região *	4ª VARA DO TRABALHO DE JOINVILLE)
0000982-37	2012.5	12.0033	- TRT 12ª Região	(VARA DO TRABALHO DE INDAIAL)
0000661-14	2011.5	12.0034	- TRT 12ª Região *	4ª VARA DO TRABALHO DE FLORIANÓPOLIS)
0370100-69	2009.5	12.0034	- TRT 12ª Região *	5ª VARA DO TRABALHO DE FLORIANÓPOLIS)
0090100-89	2014.5	13.0003	TRT 13ª Região *	(3ª VARA DO TRABALHO DE JOAO PESSOA)
0130393-32	2015.5	13.0003	TRT 13ª Região *	(3ª VARA DO TRABALHO DE JOAO PESSOA)
0080000-10	2014.5	13.0004	TRT 13ª Região *	(4ª VARA DO TRABALHO DE JOAO PESSOA)
0130040-80	2015.5	13.0006	TRT 13ª Região *	(6ª VARA DO TRABALHO DE JOAO PESSOA)

Dúvidas e sugestões: cnd@tst.jus

Verificada e Autenticada da Internet

Princípio de Segurança Pública
Para mais informações consulte o Site
do TST em: www.tst.jus.br
Banco e Agência Financeira

92



PODERA JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0133359-48	015.5.13.0006	TRT 1ª Região **	(6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA)
0001055-53	2018.5.13.0006	TRT 1ª Região **	(6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA)
0000261-50	2023.5.13.0008	- TRT 13ª Região *	2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE)
0000078-08	2016.5.13.0014	- TRT 13ª Região *	(6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE)
0170700-55	2014.5.13.0026	TRT 13ª Região *	(9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA)
0131220-36	2015.5.13.0026	TRT 1ª Região *	(9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA)
0000351-14	2017.5.13.0026	TRT 13ª Região *	(9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA)
0000436-72	2023.5.13.0031	- TRT 13ª Região *	2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA)
0083100-57	2004.5.15.0004	- TRT 15ª Região **	1ª VARA DO TRABALHO DE RIBEIRÃO PRETO)
0120400-53	2004.5.15.0004	- TRT 15ª Região *	1ª VARA DO TRABALHO DE RIBEIRÃO PRETO)
0069400-40	2006.5.15.0009	- TRT 15ª Região *	1ª VARA DO TRABALHO DE BAURU)
0208400-86	2005.5.15.0009	- TRT 15ª Região *	1ª VARA DO TRABALHO DE ARARAQUARA)
0131900-92	1990.5.15.0009	- TRT 15ª Região *	1ª VARA DO TRABALHO DE TAUBATÉ)
0026600-29	1999.5.15.0009	- TRT 15ª Região *	1ª VARA DO TRABALHO DE TAUBATÉ)
0146100-13	2004.5.15.0010	- TRT 15ª Região *	(VARA DO TRABALHO DE RIO CLARO)
0151100-54	2005.5.15.0011	- TRT 15ª Região *	(VARA DO TRABALHO DE BARRETOS)
0181000-90	2005.5.15.0011	- TRT 15ª Região *	(VARA DO TRABALHO DE BARRETOS)
0194200-59	2005.5.15.0011	- TRT 15ª Região *	(VARA DO TRABALHO DE BARRETOS)
0235000-27	2008.5.15.0011	- TRT 15ª Região *	(VARA DO TRABALHO DE BARRETOS)
0299200-43	2008.5.15.0011	- TRT 15ª Região *	(VARA DO TRABALHO DE BARRETOS)
0001981-09	2011.5.15.0011	- TRT 15ª Região *	(VARA DO TRABALHO DE BARRETOS)

Dúvidas e sugestões: cnd@tst.jus

Verificado a autenticidade da internet

Marilene Mun de Poppe
Marta Inês Barbosa dos Santos Neto
Chefe do setor de Conciliação Bancária e Execução Função

43



PODERA JUDICIAL
JUSTIA DO TRABALHO

01651900+0611990.515.0014	- TRT 15ª Região **	1ª VARA DO TRABALHO DE LIMBEIRA)
01984400-1811996.515.0014	- TRT 15ª Região **	1ª VARA DO TRABALHO DE LIMBEIRA)
0151500-1612000.515.0014	- TRT 15ª Região **	1ª VARA DO TRABALHO DE LIMBEIRA)
0181800-3812004.515.0014	- TRT 15ª Região **	1ª VARA DO TRABALHO DE LIMBEIRA)
0139100-2812004.515.0014	- TRT 15ª Região *	1ª VARA DO TRABALHO DE FRANCA)
0070600+4511989.515.0016	- TRT 15ª Região *	2ª VARA DO TRABALHO DE SOROCABA)
0118300-7511993.515.0016	- TRT 15ª Região *	2ª VARA DO TRABALHO DE SOROCABA)
0001616-3712011.515.0017	- TRT 15ª Região *	2ª VARA DO TRABALHO DE SOROCABA)
0175800-1312004.515.0017	TRT 15ª Região *	(1ª VARA DO TRABALHO DE JOSE DO RIO PRETO)
0115600-3512007.515.0017	TRT 15ª Região *	(1ª VARA DO TRABALHO DE JOSE DO RIO PRETO)
0185800-3312008.515.0017	TRT 15ª Região *	(1ª VARA DO TRABALHO DE JOSE DO RIO PRETO)
0001725-0212012.515.0021	- TRT 15ª Região *	2ª VARA DO TRABALHO DE JUNDIAÍ)
0023400-5612005.515.0024	TRT 15ª Região *	(1ª VARA DO TRABALHO DE JAO)
0150800-7912008.515.0024	TRT 15ª Região *	(1ª VARA DO TRABALHO DE JAO)
0118000-7612009.515.0024	TRT 15ª Região *	(1ª VARA DO TRABALHO DE JAO)
000299-7712011.515.0024	TRT 15ª Região **	(1ª VARA DO TRABALHO DE JAO)
0000595-3112013.515.0024	TRT 15ª Região **	(1ª VARA DO TRABALHO DE JAO)
0000800-8812012.515.0026	- TRT 15ª Região *	(1ª VARA DO TRABALHO DE PRESIDENTE PRUDENTE)
0000716-5512010.515.0027	- TRT 15ª Região *	(VARA DO TRABALHO DE VOTUPORANGA)
0151700-5612008.515.0030	- TRT 15ª Região *	(VARA DO TRABALHO DE OURENHOS)
0098800-7912008.515.0033	- TRT 15ª Região *	1ª VARA DO TRABALHO DE MARLIA)
0128900-3612008.515.0033	- TRT 15ª Região *	1ª VARA DO TRABALHO DE MARLIA)
0048800-0612009.515.0033	- TRT 15ª Região **	1ª VARA DO TRABALHO DE MARLIA)
0042200-6611991.515.0034	- TRT 15ª Região *	VARA DO TRABALHO DE SAO

Dúvidas e sugestões: cnd@tst.jus

Verificado e autenticado pela Internet

Procurador Mun. de Pousa
Antonio Barbosa dos Santos Neto
Chefe do setor de Conciliação
Litigância e Execução Financeira

44



PODERO JUDICIARIO JUSTICA DO TRABALHO

JOÃO DA BOA VISTA)	0162200-89	2005.5	15.004	- TRT	15ª Região	(VARA DO TRABALHO DE
ITABETININGA)	0004300-80	2010.5	15.004	- TRT	15ª Região	(VARA DO TRABALHO DE
ITABETININGA)	0162300-97	2005.5	15.004	- TRT	15ª Região *	2ª VARA DO TRABALHO DE
RIBEIRÃO (PRETO)	0176000-89	2005.5	15.004	- TRT	15ª Região *	2ª VARA DO TRABALHO DE
RIBEIRÃO (PRETO)	0088000-25	1988.5	15.004	- TRT	15ª Região *	3ª VARA DO TRABALHO DE
CAMPINAS)	0129200-79	2006.5	15.004	- TRT	15ª Região *	3ª VARA DO TRABALHO DE
CAMPINAS)	0000002-73	2012.5	15.004	TRT	15ª Região *	(2 VARA DO TRABALHO DE SAO
JOSÉ DO RIO PRETO)	0000397-65	2012.5	15.004	TRT	15ª Região *	(2 VARA DO TRABALHO DE SAO
JOSÉ DO RIO PRETO)	0231800-51	1998.5	15.004	TRT	15ª Região *	(VARA DO TRABALHO DE ARARAS)
0187400-79	1997.5	15.004	TRT	15ª Região **	(VARA DO TRABALHO DE PORTO	
FERREIRA)	0124000-25	1996.5	15.004	- TRT	15ª Região	(VARA DO TRABALHO DE
ITABOLIS)	0158400-94	1998.5	15.004	- TRT	15ª Região	(VARA DO TRABALHO DE
ITABOLIS)	0271100-20	1998.5	15.004	- TRT	15ª Região	(VARA DO TRABALHO DE
ITUVERAVA)	0000549-60	2010.5	15.004	- TRT	15ª Região	(VARA DO TRABALHO DE
ITUVERAVA)	0070800-69	2002.5	15.005	- TRT	15ª Região	(VARA DO TRABALHO DE
PRESIDENTE VENCESLAU)	0072100-66	2002.5	15.005	- TRT	15ª Região	(VARA DO TRABALHO DE
PRESIDENTE VENCESLAU)	0072200-21	2002.5	15.005	- TRT	15ª Região	(VARA DO TRABALHO DE
PRESIDENTE VENCESLAU)	0072800-50	2002.5	15.005	- TRT	15ª Região	(VARA DO TRABALHO DE
PRESIDENTE VENCESLAU)	0106800-26	2006.5	15.005	- TRT	15ª Região	(VARA DO TRABALHO DE
BEBEDOURO)	0022300-57	2009.5	15.005	- TRT	15ª Região	(VARA DO TRABALHO DE
BEBEDOURO)	0000341-24	2011.5	15.005	- TRT	15ª Região	(VARA DO TRABALHO DE
BEBEDOURO)						

Dúvidas e sugestões: cnd@tst.jus

Verificado a autenticidade da Internet

Procurador Mm. de Popua
Maurício Barbosa dos Santos Neto
Chefe do Setor de Conciliação
Bancária e Execução Financeira

65



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0011197-42/2014.5.15.0058	- TRT 15ª Região	(VARA DO TRABALHO DE BEM DOURÓ)
0022000-51/2009.5.15.0061	- TRT 15ª Região *	2ª VARA DO TRABALHO DE ARARAQUARA)
0252600-34/1997.5.15.0062	TRT 15ª Região *	(VARA DO TRABALHO DE LINS)
0072300-31/2005.5.15.0063	- TRT 15ª Região	(VARA DO TRABALHO DE CARAGUATUBA)
0022200-67/1990.5.15.0064	- TRT 15ª Região	(VARA DO TRABALHO DE ITANHAE M)
0102400-89/2005.5.15.0065	- TRT 15ª Região **	4ª VARA DO TRABALHO DE RIBEIRÃO PRETO)
0010111-98/2017.5.15.0066	- TRT 15ª Região	(VARA DO TRABALHO DE ADAMANTINA)
0000824-43/2010.5.15.0073	- TRT 15ª Região	(VARA DO TRABALHO DE BIRIGUI)
0001108-33/2010.5.15.0079	- TRT 15ª Região *	2ª VARA DO TRABALHO DE ARARAQUARA)
0000217-75/2011.5.15.0079	- TRT 15ª Região *	2ª VARA DO TRABALHO DE ARARAQUARA)
0000792-15/2013.5.15.0079	- TRT 15ª Região *	2ª VARA DO TRABALHO DE ARARAQUARA)
0000139-76/2014.5.15.0079	- TRT 15ª Região *	2ª VARA DO TRABALHO DE ARARAQUARA)
0012677-20/2015.5.15.0079	- TRT 15ª Região *	2ª VARA DO TRABALHO DE ARARAQUARA)
0012487-86/2017.5.15.0079	- TRT 15ª Região *	2ª VARA DO TRABALHO DE ARARAQUARA)
0000626-82/2010.5.15.0080	TRT 15ª Região *	(VARA DO TRABALHO DE JALES)
0002179-27/2011.5.15.0082	TRT 15ª Região *	(3ª VARA DO TRABALHO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO)
0069100-38/2006.5.15.0083	TRT 15ª Região *	(3ª VARA DO TRABALHO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS)
0072500-23/2004.5.15.0091	- TRT 15ª Região *	4ª VARA DO TRABALHO DE BAURU)
0082300-69/2006.5.15.0091	- TRT 15ª Região *	4ª VARA DO TRABALHO DE BAURU)
0152300-60/2007.5.15.0091	- TRT 15ª Região *	4ª VARA DO TRABALHO DE BAURU)
0082800-51/2008.5.15.0091	- TRT 15ª Região *	4ª VARA DO TRABALHO DE BAURU)
0162800-74/2005.5.15.0091	- TRT 15ª Região *	8ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS)

Dúvidas e sugestões: cnd@trst.jus

Verificado a autenticidade da Internet

Procurador Municipal
Mário Inês Barbosa dos Santos Neto
Chefe do Setor de Conciliação
Bancária e Execução Financeira

26



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

01606600-75	2008.5.15.009	- TRT 15ª Região *	4ª VARA DO TRABALHO DE JUNDIAÍ)
0010544-17	2014.5.15.0098	TRT 15ª Região *	(VARA DO TRABALHO DE GARÇA
0146500-42	2004.5.15.010	- TRT 15ª Região *	2ª VARA DO TRABALHO DE TAUBATÉ)
0067300-77	2004.5.15.0104	TRT 15ª Região *	(VARA DO TRABALHO DE TANAB
0057300-73	2005.5.15.0104	TRT 15ª Região *	(VARA DO TRABALHO DE TANAB
0063700-14	2005.5.15.0104	TRT 15ª Região *	(VARA DO TRABALHO DE TANAB
0006000-46	2006.5.15.0104	TRT 15ª Região *	(VARA DO TRABALHO DE TANAB
0012400-42	2007.5.15.0104	TRT 15ª Região **	(VARA DO TRABALHO DE TANAB
0112200-09	2008.5.15.0104	TRT 15ª Região *	(VARA DO TRABALHO DE TANAB
0077200-11	2009.5.15.0104	TRT 15ª Região *	(VARA DO TRABALHO DE TANAB
0126500-04	2009.5.15.0104	TRT 15ª Região *	(VARA DO TRABALHO DE TANAB
0127900-88	2009.5.15.0104	TRT 15ª Região *	(VARA DO TRABALHO DE TANAB
0007813-84	2010.5.15.0104	TRT 15ª Região *	(VARA DO TRABALHO DE TANAB
0000317-18	2012.5.15.0104	TRT 15ª Região *	(VARA DO TRABALHO DE TANAB
0004769-29	2013.5.15.0104	TRT 15ª Região *	(VARA DO TRABALHO DE TANAB
0080700-50	2007.5.15.0106	TRT 15ª Região *	(2ª VARA DO TRABALHO DE SÃO CARLOS)
0004473-98	2013.5.15.0106	TRT 15ª Região *	(2ª VARA DO TRABALHO DE SÃO CARLOS)
0004703-43	2013.5.15.0106	TRT 15ª Região *	(2ª VARA DO TRABALHO DE SÃO CARLOS)
0004721-64	2013.5.15.0106	TRT 15ª Região *	(2ª VARA DO TRABALHO DE SÃO CARLOS)
0010264-51	2016.5.15.0106	TRT 15ª Região *	(2ª VARA DO TRABALHO DE SÃO CARLOS)
0015060-08	2017.5.15.0106	TRT 15ª Região *	(2ª VARA DO TRABALHO DE SÃO CARLOS)
0211800-16	2009.5.15.010	- TRT 15ª Região *	3ª VARA DO TRABALHO DE SOROCABA)
0079700-32	2009.5.15.0110	- TRT 15ª Região *	(VARA DO TRABALHO DE JOSÉ BONIFÁCIO)
0111200-54	2009.5.15.0110	- TRT 15ª Região *	(VARA DO TRABALHO DE JOSÉ BONIFÁCIO)
0080700-28	2003.5.15.0111	TRT 15ª Região *	(VARA DO TRABALHO DE TIETÊ)
0094300-95	2006.5.15.0111	TRT 15ª Região *	(VARA DO TRABALHO DE TIETÊ)
0010200-41	2007.5.15.0111	TRT 15ª Região *	(VARA DO TRABALHO DE TIETÊ)
0089400-94	2007.5.15.0112	TRT 15ª Região *	(VARA DO TRABALHO DE CAJURU)
0094500-54	2005.5.15.0115	- TRT 15ª Região *	2ª VARA DO TRABALHO DE PRESIDENTE PRUDENTE)
0000957-56	2010.5.15.0115	- TRT 15ª Região *	2ª VARA DO TRABALHO DE

Dúvidas e sugestões: cndstat@ju

Verificado a autenticidade da Internet

Comissão de Verificação de Autenticidade da Internet
 Presidente: Ministro de Positivo
 Membro: Roberto dos Santos Neto
 Membro: Paulo de Condição
 Bancário e Educação Financeira

47



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0225800-66-2008.5	15.0117	- TRT 15ª Região *	(VARA DO TRABALHO DE SÃO JOAQUIM DA BARRA)
0000125-80-2011.5	15.0117	- TRT 15ª Região *	(VARA DO TRABALHO DE SÃO JOAQUIM DA BARRA)
0079700-91-1998.5	15.0118	- TRT 15ª Região	(VARA DO TRABALHO DE ITAPIRA)
0124100-04-2009.5	15.0126	- TRT 15ª Região **	(2ª VARA DO TRABALHO DE JABOTICABAS)
0165700-84-2007.5	15.0126	- TRT 15ª Região *	(2ª VARA DO TRABALHO DE LIMZEIRA)
0027500-25-2008.5	15.0129	- TRT 15ª Região *	(10ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS)
0054300-95-2005.5	15.0129	- TRT 15ª Região *	(10ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS)
0131900-49-2006.5	15.0133	TRT 15ª Região *	(4ª VARA DO TRABALHO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO)
0345000-24-2005.5	15.0133	TRT 15ª Região *	(4ª VARA DO TRABALHO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO)
0211200-64-2005.5	15.0134	TRT 15ª Região **	(VARA DO TRABALHO DE LEME)
0870500-11-2005.5	15.0141	TRT 15ª Região *	(VARA DO TRABALHO DE MOCOCA)
0164900-70-2007.5	15.0144	- TRT 15ª Região	(VARA DO TRABALHO DE PEDERNEIRAS)
0000753-19-2010.5	15.0145	- TRT 15ª Região	(VARA DO TRABALHO DE ITATIBA)
0012245-32-2015.5	15.0145	- TRT 15ª Região	(VARA DO TRABALHO DE ITATIBA)
0033300-20-2007.5	15.0145	- TRT 15ª Região	(VARA DO TRABALHO DE ITATIBA)
0097200-06-2009.5	15.0145	- TRT 15ª Região	(VARA DO TRABALHO DE ITATIBA)
0103100-04-2008.5	15.0145	- TRT 15ª Região	(VARA DO TRABALHO DE ITATIBA)
0001423-20-2011.5	15.0146	- TRT 15ª Região	(VARA DO TRABALHO DE ORLANDIA)
0256400-93-2007.5	15.0159	- TRT 15ª Região *	(6ª VARA DO TRABALHO DE RIBEIRÃO PRETO)
0523300-19-2006.5	15.0159	- TRT 15ª Região **	(6ª VARA DO TRABALHO DE RIBEIRÃO PRETO)
0001713-79-2017.5	17.0012	- TRT 17ª Região *	(13ª VARA DO TRABALHO DE VITORIA)
0058900-23-2000.5	19.0000	- TRT 19ª Região *	(1ª VARA DO TRABALHO DE ...)

Dúvidas e sugestões: cnd@tst.jus.br

Verificado a autenticidade da Informação

Assinatura eletrônica do Juiz de Direito
 Dr. ...
 Banco e Estabelecimento Financeiro

48



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

MACIÓ)	0149100-19	2008.5	19.000	-	TRT	19ª	Região	*	3ª	VARA	DO	TRABALHO	DE
MACIÓ)	0121700-66	2009.5	19.000	-	TRT	19ª	Região	*	3ª	VARA	DO	TRABALHO	DE
MACIÓ)	0121500-94	2009.5	19.000	-	TRT	19ª	Região	*	3ª	VARA	DO	TRABALHO	DE
MACIÓ)	0006984-87	2021.5	19.000	-	TRT	19ª	Região	*	3ª	VARA	DO	TRABALHO	DE
MACIÓ)	0161100-36	2003.5	19.000	-	TRT	19ª	Região	*	6ª	VARA	DO	TRABALHO	DE
MACIÓ)	0057400-45	2007.5	20.000	-	TRT	20ª	Região	*	1ª	VARA	DO	TRABALHO	DE
ARACAJU)	0032200-04	2005.5	20.000	-	TRT	20ª	Região	*	2ª	VARA	DO	TRABALHO	DE
ARACAJU)	0039700-78	2005.5	20.000	-	TRT	20ª	Região	*	2ª	VARA	DO	TRABALHO	DE
ARACAJU)	0038300-72	2005.5	20.000	-	TRT	20ª	Região	*	2ª	VARA	DO	TRABALHO	DE
ARACAJU)	0190700-03	2007.5	20.000	-	TRT	20ª	Região	*	2ª	VARA	DO	TRABALHO	DE
ARACAJU)	0039600-50	2005.5	20.000	-	TRT	20ª	Região	*	3ª	VARA	DO	TRABALHO	DE
ARACAJU)	0039700-48	2005.5	20.000	-	TRT	20ª	Região	*	3ª	VARA	DO	TRABALHO	DE
ARACAJU)	0150400-30	2006.5	20.000	-	TRT	20ª	Região	*	3ª	VARA	DO	TRABALHO	DE
ARACAJU)	0135085-46	2004.5	20.000	-	TRT	20ª	Região	*	4ª	VARA	DO	TRABALHO	DE
ARACAJU)	0006700-24	2005.5	20.000	-	TRT	20ª	Região	*	5ª	VARA	DO	TRABALHO	DE
ARACAJU)	0039200-11	2005.5	20.000	-	TRT	20ª	Região	*	5ª	VARA	DO	TRABALHO	DE
ARACAJU)	0041000-47	2005.5	20.000	-	TRT	20ª	Região	*	5ª	VARA	DO	TRABALHO	DE
ARACAJU)	0028900-10	2006.5	20.000	-	TRT	20ª	Região	*	5ª	VARA	DO	TRABALHO	DE
ARACAJU)	0101700-96	2007.5	20.000	-	TRT	20ª	Região	*	5ª	VARA	DO	TRABALHO	DE
ARACAJU)	0001786-33	2013.5	20.000	-	TRT	20ª	Região	*	5ª	VARA	DO	TRABALHO	DE
ARACAJU)	0001787-18	2013.5	20.000	-	TRT	20ª	Região	*	5ª	VARA	DO	TRABALHO	DE

Dúvidas e sugestões: cnd@tst.jus

Verificado e autenticado na Internet

Maria Inês de Paula
Juiz(a) de Direito do Poder Judiciário
Juiz(a) de Direito do Trabalho
Juiz(a) de Direito do Trabalho

19



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

00001103-32	2016.5	21.000	- TRT 21ª Região **	33ª VARA	DO TRABALHO DE
00001539-89	2017.5	21.000	- TRT 21ª Região *	33ª VARA	DO TRABALHO DE
00001185-57	2016.5	21.000	- TRT 21ª Região *	35ª VARA	DO TRABALHO DE
00001413-83	2017.5	21.000	- TRT 21ª Região *	39ª VARA	DO TRABALHO DE
01011200-73	2006.5	21.000	- TRT 21ª Região	(VARA)	DO TRABALHO DE
00201200-09	1997.5	21.0021	TRT 21ª Região *		
00001081-55	2011.5	22.000	- TRT 22ª Região *	33ª VARA	DO TRABALHO DE
00101000-75	2007.5	24.000	- TRT 24ª Região *	31ª VARA	DO TRABALHO DE
00001639-66	2010.5	24.0004	- TRT 24ª Região *	34ª VARA	DO TRABALHO DE
00001552+45	2010.5	24.0005	- TRT 24ª Região *	35ª VARA	DO TRABALHO DE
00001393-97	2013.5	24.0005	- TRT 24ª Região *	35ª VARA	DO TRABALHO DE

* Débito garantido por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes.
 ** Débito com exigibilidade suspensa.

Total de processos: 551

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.470/2011 e 13.667/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa e relação a todos os seus estabelecimentos, agências e filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho a Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

A Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da negativa (art. 642-A, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho) atesta a existência de registro de CNPJ da

Verificação de autenticidade da Internet
 Prefeitura Municipal de Santos
 Maria Inês Machado de Paula
 Chefe de Gabinete
 Bancária - Contabilidade Financeira

50



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **BANCO DO BRASIL SA**
CNPJ: **00.000.000/0001-91**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 17:31:32 do dia 13/03/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 09/09/2024.
Código de controle da certidão: **B58B.A7F1.E683.B00F**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

**Verificado a
autenticidade
da Internet**
Prestador Min. de Popula
Mant. nos Municípios dos Santos Neta
Chanceler de Conciliação
Bancária e Educação Financeira



CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS COM EFEITO DE NEGATIVA

CERTIDÃO Nº: 087026632192024
NOME: BANCO DO BRASIL S.A.
ENDEREÇO: SUAN QUADRA 5 LOTE B S/N ANDAR 15
CIDADE: ASA NORTE
CNPJ: 00.000.000/0001-91
CF/DF: 0809427800174
FINALIDADE: LICITACAO

CERTIFICAMOS QUE


HA DEBITOS VINCENDOS DE IPTU.
HA DEBITOS VINCENDOS DE TLP.
HA DEBITOS VINCENDOS DE IPVA / 2024 .
HA DEBITOS VINCENDOS DE ITBI - 2024 .
HA DEBITOS VINCENDOS. LANCAMENTO: 2024
CONSTA(M) DEBITO(S) SUSPENSO(S) DE OUTROS NA DIVIDA ATIVA POR RECURSO JUDICIAL.

Pelos débitos acima responde solidariamente o adquirente, com base no art. 130 da Lei 5.172/66 – CTN.
Certidão Positiva com Efeito de Negativa, com base no art. 151 combinado com o art. 206 da Lei 5.172/66 – CTN.
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.
Esta certidão abrange consulta a todos os débitos, inclusive os relativos à Dívida Ativa.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.
Válida até 10 de junho de 2024. *

Verificado a
autenticidade
da internet
Prefeitura Municipal de Pombal
Mana Ines Barboza de Souza Santos Neto
Diretor do Departamento de Construção
Bancária e Seleção Financeira

55

 Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa Departamento de Registro Empresarial e Integração		Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)
NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF) 53300000638	Código da Natureza Jurídica 2038	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A) SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Nome: **BANCO DO BRASIL S.A.**
(da Empresa) ou do Agente Auxiliar do Comércio



requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	019			ESTATUTO SOCIAL

BRASILIA
Local

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

27 Junho 2023
Data

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

DECISÃO SINGULAR DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> SIM	Processo em Ordem À decisão / / / Data _____ Responsável
_____	_____	
_____	_____	
<input type="checkbox"/> NÃO / / / Data	<input type="checkbox"/> NÃO / / / Data	_____ Responsável

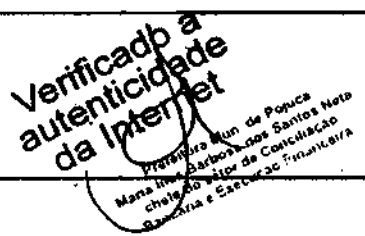
DECISÃO SINGULAR

<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
<input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.				
			/ / / Data	_____ Responsável

DECISÃO COLEGIADA

<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
<input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.				
/ / / Data	_____ Vogal	_____ Vogal	_____ Vogal	
	Presidente da _____ Turma			


OBSERVAÇÕES



JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/075.914-9	DFE2300131850	27/06/2023
Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
768.660.926-04	LUIZ GUILHERME DE OLIVEIRA PROCOPIO	27/06/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas 		

VENI VENIS VENIIS

Verificação e autenticação da Internet

Polícia de Polícia
Mariana Alves Brito dos Santos Nery
chefe do setor de Certificação
Bancária e Educação Financeira

56

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Oficio 15269/2023 - BCB/Deorf/Difin

PR 237355

Brasília, 19 de junho de 2023

Ao

Banco do Brasil S.A.

A/C do Senhor Thiago Affonso Borsari - Diretor

Assunto: Comunicação de deferimento de pleito.

Prezado Senhor,

Comunicamos que o Banco Central do Brasil, por despacho de 19 de junho de 2023, autorizou a alteração do estatuto social dessa sociedade, deliberada na Assembleia Geral Extraordinária de 27 de abril de 2023.

Atenciosamente,

André Ricardo Moncao Zanon

Tatiana Maria Carvalho de Paula

Chefe de Subunidade

Coordenadora

Proteção Municipal de Direitos Neta
Mara Ines Barbosa de Brito
Chefe do setor de Comunicação
Bancária e Externas
Verificado a autenticidade da internet

Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf)
Gerência-Técnica em Brasília (DIFIN)
E-mail: difin.deorf@bcb.gov.br

57

ESTATUTO SOCIAL

Aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10.3.1942, arquivada no Registro do Comércio, sob o número 17.298, em 7.4.1942; e modificado pelas seguintes Assembleias Gerais com seus respectivos registros: 24.6.1952 (23.896 de 15.07.52), 19.4.1956 (43.281 de 29.05.56), 03.08.1959 (68.010 de 09.10.1959), 15.05.1961 (122 de 14.07.61), 06.11.1961 (205 de 15.12.61), 25.4.1962 (291 de 27.06.62), 26.4.1963 (439 de 29.05.63), 03.08.1964 (675 de 10.09.64), 01.02.1965 (836 de 18.03.65), 04.02.1966 (1.162 de 29.03.66), 08.07.1966 (1.305 de 18.08.66), 20.04.1967 (1.513 de 06.09.67), 15.08.1967 (1644 de 11.10.67), 25.02.1969 (2.028 de 22.05.69), 18.12.1969 (2.360 de 19.02.70), 31.07.1970 (2.638 de 06.10.70), 24.11.1971 (3.241 de 28.12.71), 17.04.1972 (3.466 de 11.07.72), 01.09.1972 (3.648 de 21.11.72), 18.09.1973 (4.320 de 18.10.73), 09.10.1974 (5.121 de 12.11.74), 15.04.1975 (5.429 de 22.04.75), 23.10.1975 (5.853 de 25.11.75), 02.04.1976 (6.279 de 15.06.76), 08.11.1976 (6.689 de 02.12.76), 18.04.1977 (7.078 de 19.05.77), 10.11.1977 (7.535 de 09.12.77), 12.03.1979 (8.591 de 08.05.79), 23.04.1980 (93.925.4 de 09.05.80), 28.04.1981 (53.1002.9 de 01.06.81), 31.03.1982 (53.1.2908 de 03.06.82), 27.04.1983 (53.13670 de 25.07.83), 29.03.1984 (53.1.4194 de 21.05.84), 31.07.1984 (53.1.4440 de 21.09.84), 05.03.1985 (53.1.4723 de 06.04.85), 23.12.1985 (15361 de 16.04.86), 07.04.1986 (15420 de 15.05.86), 27.04.1987 (16075 de 04.06.87), 05.08.1987 (16267 de 10.09.87), 20.04.1988 (16681 de 26.05.88), 15.02.1989 (531711.0 de 10.03.89), 19.04.1989 (531719.1 de 22.05.89), 08.03.1990 (531712.4 de 24.04.90), 14.05.1990 (531727.8 de 02.07.90), 29.06.1990 (531735.6 de 01.08.90), 24.04.1991 (531780.2 de 31.05.91), 12.13.1991 (539724.2 de 06.12.91), 29.04.1992 (5310645.4 de 22.05.92), 10.12.1992 (5312340.0 de 01.02.93), 30.12.1992 (5312485.0 de 01.03.93), 30.04.1993 (5313236.6 de 24.06.93), 05.10.1993 (5314578.8 de 07.12.93), 27.12.1993 (5314948.6 de 28.01.94), 27.01.1994 (5312357.1 de 10.03.94), 28.04.1994 (5315254.1 de 20.07.94), 25.04.1995 (5317742.5 de 14.09.95), 14.11.1995 (5318223.1 de 13.12.95), 29.03.1996 (5318902.9 de 09.05.96), 23.04.1996 (5319068.7 de 12.06.96), 17.06.1996 (5319241.0 de 05.07.96), 25.09.1996 (960476369 de 13.11.96), 23.04.1997 (970343256 de 20.06.97), 13.10.1997 (970662831 de 13.11.97), 24.04.1998 (980316612 de 02.07.98), 29.09.1998 (980531535 de 09.11.98), 30.04.1999 (990263655 de 15.06.99), 25.04.2000 (000288004 de 26.05.2000), 30.04.2001 (20010388893 de 13.07.2001), 27.08.2001 (20010578382 de 8.10.2001), 29.11.2001 (20020253346 de 10.5.2002), 07.06.2002 (20020425961 de 30.07.2002), 22.04.2003 (20030387515 de 18.07.2003), 12.11.2003 (20030709806 de 11.12.2003), 22.12.2004 (20050003739 de 04.01.2005), 26.04.2005 (20050420810 de 11.07.2005), 28.04.2006 (20060339098 de 07.08.2006), 22.05.2006 (20060339101 de 07.08.2006), 24.08.2006 (20060482842 de 05.10.2006), 28.12.2006 (20070117900 de 05.04.2007), 25.04.2007 (2007034397 de 14.06.2007), 12.07.2007 (20070517410 de 16.08.2007), 23.10.2007 (20070819807 de 19.12.2007), 24.01.2008 (20080389414 de 19.05.2008), 17.04.2008 (20080635695 de 14.08.2008), 23.04.2009 (20091057000 de 10.12.2009), 18.08.2009 (20091057477 de 10.12.2009), 30.11.2009 (20100284574 de 22.04.2010), 13.04.2010 (20100628060 de 12.08.2010), 05.08.2010 (20100696040 de 02.09.2010), 06.09.2011 (20110895207 de 31.01.2012), 26.04.2012 (20120445450 de 28.06.2012), 19.09.2012 (20120907496 de 20.11.2012), 18.12.2012 (20130248410 de 12.03.2013), 19.12.2013 (20140228632 de 01.04.2014), 29.04.2014 (20140529101 de 07.07.2014), 28.04.2015 (20150701756 de 26.08.2015), 27.04.2017 (20170701468 de 05.12.2017), 25.04.2018 (1106583 de 10.10.2018), 26.04.2019 (1368788 de 12.03.2020), 27.11.2019 (1603197 de 19.08.2020), 30.07.2020 (1627387 de 17.11.2020), 09.12.2020 (1696287 de 10.06.2021), 12.11.2021 (1794937 de 25.01.2022), 27.04.2022 (1880418 de 08.08.2022) e 27.04.2023 (a registrar).

**Encaminhado
via e-mail**

Capítulo I - Denominação, características e natureza do Banco

Art. 1º. O Banco do Brasil S.A., pessoa jurídica de direito privado, sociedade anônima aberta, de economia mista, que explora atividade econômica, na forma do artigo 173 da Constituição Federal, organizado sob a forma de banco múltiplo, está sujeito ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários, sendo regido por este Estatuto, pelas Leis nº 4.595/1964, nº 6.404/1976, nº 13.303/2016 e seu respectivo Decreto regulamentador, e demais normas aplicáveis.

§1º O prazo de duração da sociedade é indeterminado.
§2º O Banco tem domicílio e sede em Brasília, podendo criar e suprimir sucursais, filiais ou agências, escritórios, dependências e outros pontos de atendimento nas demais praças do País e no exterior.

§3º Com a admissão do Banco do Brasil no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3), o Banco, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal sujeitam-se às disposições do Regulamento do Novo Mercado da B3.

§4º As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas nos artigos 60 e 61 deste Estatuto.

Capítulo II - Objeto Social

Seção I - Objeto social e vedações

Objeto social

Art. 2º. O Banco tem por objeto a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, inclusive por meio de plataformas digitais.

§1º O Banco poderá, também, atuar na comercialização de produtos agropecuários, além de promover a circulação de bens e serviços em geral.

§2º Compete-lhe, ainda, como instrumento de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, exercer as funções que lhe são atribuídas em lei, especialmente aquelas previstas no artigo 19 da Lei nº 4.595/1964, observado o disposto nos artigos 5º e 6º deste Estatuto.

Art. 3º. A administração de recursos de terceiros será realizada:

- I. pelo Banco, observado o estabelecido no artigo 32, Inciso III, deste Estatuto e demais normas aplicáveis; ou
- II. mediante a contratação de sociedade subsidiária, controlada ou coligada do Banco.

Vedações

Art. 4º. Ao Banco é vedado, além das proibições fixadas em lei:

- I. realizar operações com garantia exclusiva de ações de outras instituições financeiras;
- II. comprar ou vender bens de qualquer natureza a membros do Conselho de Administração e dos comitês a ele vinculados, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;
- III. realizar transferências de recursos, serviços ou outras obrigações entre o Banco e suas Partes Relacionadas em desconformidade com sua Política de Transações com Partes Relacionadas;
- IV. emitir ações preferenciais ou de fruição, debêntures e partes beneficiárias;
- V. participar do capital de outras sociedades, salvo em:
 - a) sociedades das quais o Banco participe na data da aprovação do presente Estatuto;
 - b) instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;

**Encaminhado
via e-mail**

c) entidades de previdência privada, sociedades de capitalização, de seguros ou de corretagem, financeiras, promotoras de vendas, sociedades de processamento de serviços de suporte operacional e de processamento de cartões, desde que conexas às atividades bancárias;

d) câmaras de compensação e liquidação e demais sociedades ou associações que integram o sistema de pagamentos;

e) sociedades ou associações de prestação de serviços de cobrança e reestruturação de ativos, ou de apoio administrativo ou operacional ao próprio Banco;

f) associações ou sociedades sem fins lucrativos;

g) sociedades em que a participação decorra de dispositivo legal ou de operações de renegociação ou recuperação de créditos, tais comoação em pagamento, arrematação ou adjudicação judicial e conversão de debêntures em ações; e

h) outras sociedades, mediante aprovação do Conselho de Administração.

§1º As participações de que trata a alínea "g", do inciso V, deste artigo, decorrentes de operações de renegociação ou recuperação de créditos, deverão ser alienadas no prazo fixado pelo Conselho de Administração.

§2º É permitido ao Banco constituir controladas, inclusive na modalidade de subsidiárias integrais ou sociedades de propósito específico, que tenham por objeto social participar, direta ou indiretamente, inclusive minoritariamente e por meio de outras empresas de participação, dos entes listados no inciso V.

Seção II - Relações com a União

Art. 5º. O Banco contratará, na forma da lei ou regulamento, diretamente com a União ou com a sua intervenção:

I. a execução dos encargos e serviços pertinentes à função de agente financeiro do Tesouro Nacional e às demais funções que lhe forem atribuídas por lei;

II. a realização de financiamentos de interesse governamental e a execução de programas oficiais mediante aplicação de recursos da União ou de fundos de qualquer natureza; e

III. a concessão de garantia em favor da União.

Parágrafo único. A contratação de que trata este artigo fica condicionada, conforme o caso:

I. à colocação dos recursos correspondentes à disposição do Banco e ao estabelecimento da devida remuneração;

II. à prévia e formal definição dos prazos e da adequada remuneração dos recursos a serem aplicados em caso de equalização de encargos financeiros;

III. à prévia e formal definição dos prazos e da assunção dos riscos e da remuneração, nunca inferior aos custos dos serviços a serem prestados; e

IV. à prévia e formal definição do prazo para o adimplemento das obrigações e das penalidades por seu descumprimento.

Seção III - Relações com o Banco Central do Brasil

Art. 6º. O Banco poderá contratar a execução de encargos, serviços e operações de competência do Banco Central do Brasil, desde que observado o disposto no parágrafo único do artigo 5º deste Estatuto.

Capítulo III - Capital e Ações

Capital social e ações ordinárias

Art. 7º. O capital social é de R\$ 120.000.000.000,00 (cento e vinte bilhões de reais), dividido em 2.865.417.020 (dois bilhões, oitocentos e sessenta e cinco milhões, quatrocentos e dezessete mil e vinte) ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal.

Encaminhado via e-mail
Professora Maira de Políca
Maira dos Santos
Chefe do Setor de Conciliação
Bancária de Execução Financeira



BANCO DO BRASIL

Estatuto Social

#Pública

§1º Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito de um voto nas deliberações da Assembleia Geral de Acionistas, salvo na hipótese de adoção do voto múltiplo para a eleição de Conselheiros de Administração.

§2º As ações escriturais permanecerão em depósito neste Banco, em nome dos seus titulares, sem emissão de certificados, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração prevista em lei.

§3º O Banco poderá adquirir as próprias ações, mediante autorização do Conselho de Administração, a fim de cancelá-las ou mantê-las em tesouraria para posterior alienação.

§4º O capital social poderá ser alterado nas hipóteses previstas em lei, vedada a capitalização direta do lucro sem trâmite pela conta de reservas.

Capital autorizado

Art. 8º. O Banco poderá, independentemente de reforma estatutária, por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas e nas condições determinadas por aquele órgão, aumentar o capital social até o limite de R\$ 120.000.000.000,00 (cento e vinte bilhões de reais), mediante a emissão de ações ordinárias, concedendo-se aos acionistas preferência para a subscrição do aumento de capital, na proporção do número de ações que possuem.

Parágrafo único. A emissão de ações, até o limite do capital autorizado, para venda em Bolsas de Valores ou subscrição pública, ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, poderá ser efetuada sem a observância do direito de preferência aos antigos acionistas, ou com redução do prazo para o exercício desse direito, observado o disposto no inciso I do artigo 10 deste Estatuto.

Capítulo IV - Assembleias Gerais de Acionistas

Convocação e funcionamento

Art. 9º. As Assembleias Gerais de Acionistas realizar-se-ão:

- I. ordinariamente, 1 (uma) vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, para deliberação das matérias previstas em lei; e
- II. extraordinariamente, sempre que os interesses sociais, a legislação ou as disposições deste Estatuto Social exigirem.

§1º As Assembleias Gerais de Acionistas serão convocadas com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência, por deliberação do Conselho de Administração, ou, nas hipóteses admitidas em lei, pelo Conselho Diretor, pelo Conselho Fiscal, por grupo de acionistas ou por acionista isoladamente.

§2º Os trabalhos das Assembleias Gerais de Acionistas serão dirigidos pelo Presidente do Conselho de Administração, por seu substituto ou, na ausência ou impedimento de ambos, por um dos acionistas ou administradores do Banco presentes, escolhido pelos acionistas.

§3º O presidente da mesa convidará dois acionistas ou administradores do Banco para atuarem como secretários da Assembleia Geral.

§4º Nas Assembleias Gerais de Acionistas, tratar-se-á, exclusivamente, do objeto declarado nos editais de convocação, não se admitindo a inclusão, na pauta da Assembleia, de assuntos gerais.

§5º Observadas as exceções previstas em lei e neste Estatuto, as deliberações da Assembleia Geral de Acionistas serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos nulos e em branco.

§6º As atas das Assembleias Gerais de Acionistas serão lavradas de forma sumária no que se refere aos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, e conterão a transcrição apenas das deliberações tomadas, observadas as disposições legais.

Competência

Art. 10. Compete à Assembleia Geral de Acionistas, dentre outras atribuições previstas na Lei nº 6.404/1976 e demais normas aplicáveis, deliberar sobre:

- I. alienação, no todo ou em parte, de ações do capital social do Banco ou de suas controladas,

Proferida pelo Conselho de Administração
 Marilene Barboza de Sá
 chefe do setor de Circulação
 e Arquivo - Escritório Executivo
 Encaminhado
 via e-mail

abertura do capital, aumento do capital social por subscrição de novas ações, renúncia a direitos de subscrição de ações ou debêntures conversíveis em ações de empresas controladas, venda de debêntures conversíveis em ações de titularidade do Banco, de emissão de empresas controladas, ou, ainda, emissão de quaisquer outros títulos ou valores mobiliários, no País ou no exterior;

II. transformação, fusão, incorporação, cisão, dissolução e liquidação da empresa;

III. permuta de ações ou outros valores mobiliários;

IV. práticas diferenciadas de governança corporativa e celebração de contrato para essa finalidade com bolsa de valores;

V. celebração de transações com Partes Relacionadas, alienação ou contribuição para outra empresa de ativos, caso o valor da operação corresponda a mais de 50% (cinquenta por cento) do valor dos ativos totais do Banco constantes do último balanço aprovado;

§1º A escolha da instituição ou empresa especializada para apuração do preço justo do Banco, nas hipóteses previstas nos artigos 60 e 61 deste Estatuto, é de competência privativa da Assembleia Geral de Acionistas, mediante apresentação de lista tríplice pelo Conselho de Administração, e deverá ser deliberada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das ações em circulação, presentes na respectiva Assembleia Geral, não computados os votos nulos e em branco.

§2º A Assembleia Geral de Acionistas que irá deliberar sobre a escolha prevista no §1º deste artigo, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total das ações em circulação ou, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes dessas ações.

Capítulo V - Administração e organização do Banco

Seção I - Normas comuns aos órgãos de administração

Requisitos

Art. 11. São órgãos de administração do Banco:

I. o Conselho de Administração; e

II. a Diretoria Executiva, composta pelo Conselho Diretor e pelos demais Diretores, na forma estabelecida no artigo 24 deste Estatuto.

§1º O Conselho de Administração tem, na forma prevista em lei e neste Estatuto, atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e fiscalizadoras, não abrangendo funções operacionais ou executivas.

§2º A representação do Banco é privativa da Diretoria Executiva, na estrita conformidade das competências administrativas estabelecidas neste Estatuto.

§3º Os cargos de Presidente e de Vice-Presidente do Conselho de Administração não poderão ser acumulados com o de Presidente do Banco, ainda que interinamente.

§4º Os órgãos de administração do Banco serão integrados por brasileiros, todos residentes no país, dotados de notórios conhecimentos, inclusive sobre as melhores práticas de governança corporativa, *compliance*, integridade e responsabilização corporativas, experiência, idoneidade moral, reputação ilibada e capacidade técnica compatível com o cargo, observados os requisitos impostos pela Lei nº 6.404/1976, Lei nº 13.303/2016 e seu respectivo Decreto regulamentador, demais normas aplicáveis, e pela Política de Indicação e Sucessão de Administradores do Banco.

§5º Sempre que a Política de Indicação e Sucessão de Administradores pretender impor requisitos adicionais àqueles constantes da legislação aplicável para os Conselheiros de Administração e para os Conselheiros Fiscais, tais requisitos deverão ser encaminhados para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Investidura

Procuradora
Marta Inês Barbosa dos Santos Neto
Chefe do Serviço de Conciliação
Bancária e Extrajudicial

**Encaminhado
via e-mail**

BANCO DO BRASIL

Estatuto Social

Art. 12. Os membros dos órgãos de administração serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termos de posse, no livro de atas do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva ou do Conselho Diretor, conforme o caso, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da eleição ou nomeação.

§1º Os eleitos para os órgãos de administração tomarão posse independentemente da prestação de caução.

§2º O termo de posse mencionado no caput contemplará sujeição à cláusula arbitral referida no artigo 55 deste Estatuto, em conformidade com o Regulamento do Novo Mercado da B3.

Impedimentos e vedações

Art. 13. Não podem ingressar ou permanecer nos órgãos de administração, bem assim nos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, os impedidos ou vedados pela Lei nº 6.404/1976, Lei nº 13.303/2016 e seu respectivo Decreto regulamentador, demais normas aplicáveis, pela Política de Indicação e Sucessão de Administradores do Banco e, também:

I. os que estiverem inadimplentes com o Banco ou que lhe tenham causado prejuízo ainda não ressarcido;

II. os que detenham controle ou participação relevante no capital social de pessoa jurídica inadimplente com o Banco ou que lhe tenha causado prejuízo ainda não ressarcido, estendendo-se esse impedimento aos que tenham ocupado cargo de administração em pessoa jurídica nessa situação, no exercício social imediatamente anterior à data da eleição ou nomeação;

III. os que estiverem impedidos por lei especial ou houverem sido condenados por crime falimentar, de sonegação fiscal, de prevaricação, de corrupção, de concussão, de peculato, contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o Sistema Financeiro Nacional, de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, contra a administração pública ou contra a licitação, por atos de improbidade administrativa, ou condenados a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos;

IV. os que sejam ou tenham sido sócios ou acionistas controladores ou participantes do controle ou com influência significativa no controle, administradores ou representantes de pessoa jurídica condenada, civil ou administrativamente, por atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, referente aos fatos ocorridos no período de sua participação e sujeitos ao seu âmbito de atuação;

V. os declarados inabilitados para cargos de administração em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou em outras instituições sujeitas à autorização, controle e fiscalização de órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta, incluídas as entidades de previdência privada, as sociedades seguradoras, as sociedades de capitalização e as companhias abertas;

VI. os que estiverem respondendo pessoalmente, como controlador ou administrador de pessoa jurídica, por pendências relativas a protesto de títulos, cobranças judiciais, emissão de cheques sem fundos, inadimplimento de obrigações e outras ocorrências ou circunstâncias análogas;

VII. os declarados falidos ou insolventes;

VIII. os que detiveram o controle ou participaram da administração de pessoa jurídica em recuperação judicial ou extrajudicial, falida ou insolvente, no período de 5 (cinco) anos anteriores à data da eleição ou nomeação, salvo na condição de síndico, comissário ou administrador judicial;

IX. sócio, ascendente, descendente ou parente colateral ou afim, até o terceiro grau, cônjuge ou companheiro de membro do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva;

X. os que ocuparem cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal, ou em comitês vinculados ao Conselho de Administração, e os que tiverem interesse conflitante com o Banco;

§1º É incompatível com a participação nos órgãos de administração do Banco a candidatura a mandato público eletivo, devendo o interessado requerer seu afastamento, sob pena de perda do cargo, a partir do momento em que tornar pública sua pretensão à candidatura.

Encaminhado via e-mail
Mariana Lima de Moraes
Chefe do Setor de Comunicação
Banco do Brasil - Diretoria Executiva

§2º Durante o período de afastamento não será devida qualquer remuneração ao membro do órgão de administração, o qual perderá o cargo a partir da data do registro da candidatura.

Art. 14. Aos integrantes dos órgãos de administração é vedado intervir no estudo, deferimento, controle ou liquidação de qualquer operação em que:

I. sejam interessadas, direta ou indiretamente, sociedades de que detenham, ou que seus cônjuges ou parentes consanguíneos ou afins até terceiro grau detenham, o controle ou participação igual ou superior a 10% (dez por cento) do capital social;

II. tenham interesse conflitante com o do Banco.

Parágrafo único. O impedimento de que trata o inciso I deste artigo se aplica, ainda, quando se tratar de empresa em que ocupem, ou tenham ocupado, cargo de administração nos 6 (seis) meses anteriores à investidura no Banco.

Perda do cargo

Art. 15. Perderá o cargo:

I. salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o membro do Conselho de Administração que deixar de comparecer, com ou sem justificativa, a 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 4 (quatro) reuniões ordinárias alternadas durante o prazo de gestão; e

II. o membro da Diretoria Executiva que se afastar, sem autorização, por mais de 30 (trinta) dias.

Remuneração

Art. 16. A remuneração dos integrantes dos órgãos de Administração será fixada anualmente pela Assembleia Geral de Acionistas, observadas as disposições da legislação e das demais normas aplicáveis.

§1º A Assembleia Geral de Acionistas, nos exercícios em que forem pagos o dividendo obrigatório aos acionistas e a participação nos lucros aos empregados, poderá atribuir participação nos lucros do Banco aos membros da Diretoria Executiva, desde que o total não ultrapasse a remuneração anual dos membros da Diretoria Executiva e nem um décimo dos lucros (artigo 152, §1º, da Lei nº 6.404/1976), prevalecendo o limite que for menor.

§2º A proposta de remuneração dos integrantes dos órgãos de administração seguirá os princípios estabelecidos pela Política de Remuneração de Administradores do Banco do Brasil e atenderá aos interesses da companhia.

Dever de informar e outras obrigações

Art. 17. Sem prejuízo das vedações e dos procedimentos de autorregulação previstos nas normas e regulamentos aplicáveis, bem como na política específica do Banco sobre negociação dos valores mobiliários de sua emissão, os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária deverão:

I. comunicar ao Banco e à Comissão de Valores Mobiliários - CVM:

a) até o primeiro dia útil após a investidura no cargo, a quantidade e as características dos valores mobiliários ou derivativos de que sejam titulares, direta ou indiretamente, de emissão do Banco e de suas controladas, além daqueles de titularidade de seus respectivos cônjuges do qual não estejam separados judicial ou extrajudicialmente, de companheiros e de quaisquer dependentes incluídos na declaração anual do imposto de renda;

b) as negociações com os valores mobiliários de que trata a alínea "a" deste inciso, até o quinto dia após a negociação.

II. restringir suas negociações com os valores mobiliários de que trata a alínea "a" do inciso I deste artigo de acordo com as exigências da política específica do Banco sobre negociação dos valores mobiliários de sua emissão.

Seção II - Conselho de Administração

Composição e prazo de gestão

Encaminhado via e-mail
Prefeitura Municipal de Santo Helena
Chefe do Serviço de Comunicação
Bancária e Empresarial



BANCO DO BRASIL

Estatuto Social

Pública

Art. 18. O Conselho de Administração, órgão independente de decisão colegiada, será composto por pessoas naturais, eleitas pela Assembleia Geral e por ela destituíveis, e terá 8 (oito) membros, com prazo de gestão unificado de 2 (dois) anos, dentre os quais 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente, sendo permitidas até 3 (três) reconduções consecutivas.

§1º O prazo de gestão estender-se-á até a investidura dos novos membros.

§2º É assegurado aos acionistas minoritários o direito de eleger ao menos 2 (dois) conselheiros de administração, se maior número não lhes couber pelo processo de voto múltiplo.

§3º A União indicará, à deliberação da Assembleia Geral, para o preenchimento de 6 (seis) vagas no Conselho de Administração:

- I. o Presidente do Banco;
- II. 4 (quatro) representantes indicados pelo Ministro de Estado da Economia;
- III. 1 (um) representante eleito pelos empregados do Banco do Brasil S.A., na forma do §4º deste artigo;

§4º O representante dos empregados será escolhido pelo voto direto de seus pares, dentre os empregados ativos da empresa, em eleição organizada e regulamentada pelo Banco, em conjunto com as entidades sindicais que os representam, observadas as exigências e procedimentos previstos na legislação e o disposto nos parágrafos 5º e 6º deste artigo.

§5º Para o exercício do cargo, o conselheiro representante dos empregados está sujeito a todos os critérios, exigências, requisitos, impedimentos e vedações previstos em lei, regulamento e neste Estatuto.

§6º Sem prejuízo dos impedimentos e vedações previstos nos artigos 13 e 14 deste Estatuto, o conselheiro representante dos empregados não participará das discussões e deliberações sobre assuntos que envolvam relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, inclusive matérias de previdência complementar e assistenciais, bem como nas demais hipóteses em que ficar configurado o conflito de interesses.

§7º Na composição do Conselho de Administração, observar-se-ão, ainda, as seguintes regras:

I. no mínimo 30% (trinta por cento) dos membros do Conselho de Administração deverão ser Conselheiros Independentes, assim definidos na legislação e no Regulamento do Novo Mercado da B3, estando nessa condição os conselheiros eleitos nos termos do §2º deste artigo;

II. a condição de Conselheiro Independente será deliberada na Assembleia Geral de Acionistas que o eleger, observado o disposto no Regulamento do Novo Mercado da B3 e na legislação em vigor;

III. quando, em decorrência da observância do percentual referido no inciso I deste parágrafo, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento, conforme a seguir:

- a) para o número inteiro imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos); e
- b) para o número inteiro imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos).

IV. O Ministro de Estado da Economia deverá indicar os membros independentes do Conselho de Administração, caso os demais acionistas não o façam, de forma a garantir o atingimento do percentual de que trata o inciso I deste parágrafo.

§8º Na hipótese de adoção do processo de voto múltiplo previsto no §2º deste artigo, não será considerada a vaga destinada ao representante dos empregados.

§9º Atingido o prazo máximo a que se refere o caput, o retorno do membro ao Conselho de Administração só poderá ser efetuado após decorrido período equivalente a um prazo de gestão.

§10º O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração serão escolhidos pelo próprio Conselho, na forma da legislação vigente, observado o previsto no §3º do artigo 11º deste Estatuto.

Encaminhado via e-mail
Prefeitura Municipal de Pombal
Maria Inês Barbosa dos Santos Neto
Chefe de Gabinete de Comunicação
Banco do Brasil - Educação Financeira



Voto múltiplo.

Art. 19. É facultado aos acionistas, observado o percentual mínimo estabelecido pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, solicitar, em até 48 horas antes da Assembleia Geral de Acionistas, mediante requerimento escrito dirigido ao Presidente do Conselho de Administração do Banco, a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração, de acordo com o disposto neste artigo.

§1º Caberá à mesa que dirigir os trabalhos da Assembleia Geral de Acionistas informar previamente aos acionistas, a vista do "Livro de Presença", o número de votos necessários para a eleição de cada membro do Conselho.

§2º Adotado o voto múltiplo, em substituição às prerrogativas previstas no §2º do artigo 18 deste Estatuto, os acionistas que representem, pelo menos, 15% (quinze por cento) do total das ações em circulação, com direito a voto, terão direito de eleger e destituir um membro do Conselho de Administração, em votação em separado na Assembleia Geral de Acionistas, excluído o acionista controlador.

§3º Somente poderão exercer o direito previsto no §2º acima os acionistas que comprovarem a titularidade ininterrupta da participação acionária ali exigida durante o período de 3 (três) meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização da Assembleia Geral de Acionistas.

§4º Será mantido registro com a identificação dos acionistas que exercem a prerrogativa a que se refere o §2º deste artigo.

Vacância e substituições

Art. 20. Excetuada a hipótese de destituição de membro do Conselho de Administração eleito pelo processo de voto múltiplo, no caso de vacância do cargo de conselheiro, os membros remanescentes no Colegiado nomearão substituto para servir até a próxima Assembleia Geral de Acionistas, observados os requisitos, impedimentos, vedações e composição previstos nos artigos 11, 13 e 18 deste Estatuto. Se houver a vacância da maioria dos cargos, estejam ou não ocupados por substitutos nomeados, a Assembleia Geral de Acionistas será convocada para proceder a uma nova eleição.

Parágrafo único. O Presidente do Conselho será substituído pelo Vice-Presidente e, nas ausências deste, por outro conselheiro indicado pelo Presidente. No caso de vacância, a substituição dar-se-á até a escolha do novo titular do Conselho, o que deverá ocorrer na primeira reunião do Conselho de Administração subsequente.

Atribuições

Art. 21. Compete ao Conselho de Administração, dentre outras atribuições previstas na Lei nº 6.404/1976, na Lei nº 13.303/2016 e seu Decreto regulamentador, nas demais normas aplicáveis e no seu Regimento Interno:

I. aprovar as Políticas, o Código de Ética, a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, o Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa, o Regulamento de Licitações, a Estratégia Corporativa, o Plano de Investimentos, o Plano Diretor, o Orçamento Geral do Banco, o Relatório da Administração e o Programa de *Compliance*;

II. deliberar sobre:

- a) distribuição de dividendos intermediários, inclusive à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral;
- b) pagamento de juros sobre o capital próprio;
- c) aquisição das próprias ações, em caráter não permanente;
- d) participações do Banco em sociedades, no País e no exterior;
- e) captações por meio de instrumentos elegíveis ao capital principal; e
- f) alteração dos valores estabelecidos nos incisos I e II do artigo 29 da Lei nº 13.303/2016.

III. aprovar, ao menos trimestralmente, as demonstrações contábeis e demais demonstrações

Proferida em nome do Populo
 Maria Inez Barbosa dos Santos Neto
 Chefe do setor de Atendimento
 Balcões e Execução Financeira

**Encaminhado
 via e-mail**



BANCO DO BRASIL

Estatuto Social

67
Pública

- financieiras, sem prejuízo da atuação do Conselho Fiscal;
- IV. manifestar-se sobre as propostas a serem submetidas à deliberação dos acionistas em Assembleia;
- V. supervisionar os sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos;
- VI. definir os assuntos e valores para sua alçada decisória e dos membros da Diretoria Executiva, por proposta do Conselho Diretor;
- VII. identificar a existência de ativos não de uso próprio do Banco e avaliar a necessidade de mantê-los, de acordo com as informações prestadas pelo Conselho Diretor;
- VIII. definir as atribuições da Auditoria Interna, regulamentar o seu funcionamento, bem como nomear e dispensar o seu titular;
- IX. escolher e destituir os auditores independentes, cujos nomes poderão ser objeto de veto, devidamente fundamentado, pelo Conselheiro eleito na forma do §2º do artigo 19 deste Estatuto, se houver;
- X. fixar o número, eleger os membros da Diretoria Executiva, definir suas atribuições e fiscalizar sua gestão, observado o artigo 24 deste Estatuto e o disposto no artigo 21 da Lei nº 4.595/1964;
- XI. aprovar o seu Regimento Interno e decidir sobre a criação, a extinção e o funcionamento de comitês de assessoramento não estatutários no âmbito do próprio Conselho de Administração;
- XII. aprovar os Regimentos Internos dos comitês de assessoramento a ele vinculados;
- XIII. decidir sobre a participação dos empregados nos lucros ou resultados do Banco;
- XIV. apresentar à Assembleia Geral de Acionistas lista tripla de empresas especializadas para determinação do preço justo da companhia, para as finalidades previstas no §1º do artigo 10;
- XV. estabelecer meta de rentabilidade que assegure a adequada remuneração do capital próprio;
- XVI. eleger e destituir os membros dos comitês constituídos no âmbito do próprio Conselho;
- XVII. avaliar formalmente, ao término de cada ano, o seu próprio desempenho, o da Diretoria Executiva, da Secretaria Executiva, dos comitês a ele vinculados e do Auditor Geral e, ao final de cada semestre, o desempenho do Presidente do Banco;
- XVIII. manifestar-se formalmente quando da realização de ofertas públicas de aquisição de ações de emissão do Banco;
- XIX. deliberar sobre os casos omissos neste Estatuto Social, limitado a questões de natureza estratégica de sua competência; e
- XX. aprovar os termos e condições dos Contratos de Indenidade que vierem a ser firmados pelo Banco, observado o disposto no artigo 58 deste Estatuto.

§1º A Estratégia Corporativa do Banco será fixada para um período de 5 (cinco) anos, devendo ser revista anualmente. O Plano de Investimentos será fixado para o exercício anual seguinte.

§2º Para assessorar a deliberação do Conselho de Administração, as propostas de fixação das atribuições e de regulamentação do funcionamento da Auditoria Interna, referidas no inciso VIII, deverão conter parecer prévio das áreas técnicas envolvidas e do Comitê de Auditoria.

§3º A fiscalização da gestão dos membros da Diretoria Executiva, de que trata o inciso X deste artigo, poderá ser exercida isoladamente por qualquer conselheiro, o qual terá acesso aos livros e papéis do Banco e às informações sobre os contratos celebrados ou em via de celebração e quaisquer outros atos que considere necessários ao desempenho de suas funções, assegurada a disponibilização dos documentos e informações aos demais membros do Conselho. As providências daí decorrentes, inclusive propostas para contratação de profissionais externos, serão submetidas à deliberação do Conselho de Administração.

§4º A manifestação formal, favorável ou contrária, de que trata o inciso XVIII, realizar-se-á mediante parecer prévio fundamentado, que tenha por objeto as ações de emissão do Banco, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de ações, abordando, pelo menos:

**Encaminhado
Via e-mail**

Profª Maria Inês de Paula
Marta Inês de Paula dos Santos Mata
Chefe do Setor de Conciliação
Bancária e Execução Financeira



BANCO DO BRASIL

estatuto Social

- I. a conveniência e a oportunidade da oferta pública de ações quanto ao interesse do Banco e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos, para a liquidez das ações;
- II. as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses do Banco;
- III. os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação ao Banco;
- IV. as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado;
- V. outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM;
- VI. alerta aos acionistas de que são responsáveis pela decisão final sobre a aceitação da oferta pública de aquisição de ações.

§5º O processo de avaliação de desempenho, citado no inciso XVII, deste artigo, no caso de administradores e dos membros de comitês, será realizado de forma individual e coletiva, conforme procedimentos previamente definidos pelo próprio Conselho de Administração, devendo ser avaliados na forma prevista na legislação.

Funcionamento

Art. 22. O Conselho de Administração reunir-se-á com a presença de, no mínimo, a maioria dos seus membros em exercício:

- I. ordinariamente, pelo menos 8 (oito) vezes por ano; e
- II. extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente, ou a pedido de, no mínimo, 2 (dois) conselheiros.

§1º As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo seu Presidente.

§2º A reunião extraordinária solicitada pelos conselheiros, na forma do inciso II deste artigo, deverá ser convocada pelo Presidente nos 7 (sete) dias que se seguirem ao pedido. Esgotado esse prazo sem que o Presidente a tenha convocado, qualquer conselheiro poderá fazê-lo.

§3º O Conselho de Administração delibera por maioria de votos, sendo necessário:

- I. o voto favorável de 5 (cinco) conselheiros para a aprovação das matérias de que tratam os incisos I, VIII, IX e XI do artigo 21; ou
- II. o voto favorável da maioria dos conselheiros presentes para a aprovação das demais matérias, prevalecendo, em caso de empate, o voto do Presidente do Conselho, ou do seu substituto no exercício das funções.

§4º Fica facultada eventual participação dos conselheiros na reunião, por telefone, videoconferência, ou outro meio de comunicação que possa assegurar a participação efetiva e a autenticidade do seu voto, que será considerado válido para todos os efeitos legais e incorporado à ata da referida reunião.

§5º Nas reuniões do Conselho de Administração, anteriormente à deliberação, o membro que não seja independente em relação à matéria em discussão deve manifestar seu conflito de interesses ou interesse particular, retirando-se da reunião.

§6º Caso o estabelecido no parágrafo anterior não seja observado, qualquer outra pessoa presente à reunião poderá manifestar o conflito, caso dele tenha ciência, devendo o Conselho de Administração deliberar sobre a ocorrência conforme seu Regimento Interno e a legislação aplicável.

Avaliação

Art. 23. O Conselho de Administração realizará anualmente uma avaliação formal do seu desempenho.

§1º O processo de avaliação citado no caput deste artigo será realizado conforme procedimentos previamente definidos pelo próprio Conselho de Administração e que deverão estar descritos em seu Regimento Interno.

Professora Mery de Moraes
Mery de Moraes
Chefe do setor de Comunicação
Bancária e Participações
**Encaminhado
via e-mail**

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 2116164 em 27/06/2023 da Empresa BANCO DO BRASIL S.A., CNPJ 00000000000191 e protocolo DFE2300131850-27/06/2023. Autenticação: f3DC9C958BF4E63CAF8FB7BA66E88808EB483D6. Anna Cláudia Leite Mesquita Garcia - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://juicj.df.gov.br> e informe nº do protocolo 23/075.914-9 e o código de segurança HTIN Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/06/2023 por Anna Cláudia Leite Mesquita Garcia - Secretária-Geral.



BANCO DO BRASIL

Estatuto Social

§2º Caberá ao Presidente do Conselho conduzir o processo de avaliação.

Seção III - Diretoria Executiva

Composição e prazo de gestão

Art. 24. A administração do Banco competirá à Diretoria Executiva, que terá entre 10 (dez) e 37 (trinta e sete) membros, sendo:

- I. o Presidente, nomeado e demissível *ad nutum* pelo Presidente da República, na forma da lei;
- II. até 9 (nove) Vice-Presidentes, eleitos na forma da lei;
- III. até 27 (vinte e sete) Diretores, eleitos na forma da lei.

§1º No âmbito da Diretoria Executiva, o Presidente e os Vice-Presidentes formarão o Conselho Diretor.

§2º O cargo de Diretor é privativo de empregados da ativa do Banco.

§3º Os eleitos para a Diretoria Executiva terão prazo de gestão unificado de 2 (dois) anos, sendo permitidas até 3 (três) reconduções consecutivas, observado, além do disposto na legislação, e nas demais normas aplicáveis, que:

- I. não é considerada recondução a eleição de membro para atuar em outra área da Diretoria Executiva;
- II. uma vez realizada a eleição, o prazo de gestão estender-se-á até a investidura dos novos membros;
- III. em se atingindo o prazo máximo a que se refere este §3º, o retorno do membro à mesma área da Diretoria Executiva só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a um prazo de gestão.

§4º Além dos requisitos previstos nos artigos 11 e 13 deste Estatuto, é condição para o exercício de cargos na Diretoria Executiva do Banco ser graduado em curso superior e ter exercido nos últimos 5 (cinco) anos, por pelo menos 2 (dois) anos, cargo de direção ou gestão superior em:

- I. sociedade empresária integrante do Sistema Financeiro Nacional; ou
- II. sociedade empresária cujas atividades sejam reguladas ou fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil, pela Comissão de Valores Mobiliários ou pela Superintendência de Seguros Privados; ou
- III. entidades ligadas ao Banco do Brasil S.A., compreendendo suas controladas e coligadas, direta ou indiretamente administradas, patrocinadas e fundações; ou
- IV. sociedade empresária, em atividades que guardem afinidade com as atribuições do cargo para o qual se deu a indicação; ou
- V. órgão ou entidade da administração pública cujas atividades guardem afinidade com as atribuições do cargo para o qual se deu a indicação.

§5º Para as hipóteses objeto dos incisos I, II e IV do §4º deste artigo, a sociedade empresária deverá apresentar capital social igual ou superior a 1% (um por cento) do capital social do Banco do Brasil S.A.

§6º Ressalvam-se em relação às condições previstas nos incisos I a V do §4º deste artigo os:

- I. membros da Diretoria Executiva em exercício no Banco; ou
- II. ex-administradores que tenham exercido por mais de 5 (cinco) anos cargo de diretor estatutário ou de sócio-gerente em outras instituições do Sistema Financeiro Nacional, observado o que dispõe o §5º deste artigo.

§7º Após o término da gestão, os ex-membros da Diretoria Executiva ficam impedidos, por um período de 6 (seis) meses, contados do término da gestão, se maior prazo não for fixado nas normas regulamentares, de:

- I. exercer atividades ou prestar qualquer serviço a sociedades ou entidades concorrentes das sociedades integrantes do Conglomerado Banco do Brasil;
- II. aceitar cargo de administrador ou conselheiro, ou estabelecer vínculo profissional com pessoa física ou jurídica com a qual tenham mantido relacionamento oficial direto e relevante nos 6 (seis) meses

Prefeitura Municipal de Pombal
 Maria Inês Barbosa de Sá Salgueiro
 chefe do setor de Conciliação
 Bancária - Conselho Municipal
Encaminhado
via e-mail

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 2116164 em 27/06/2023 da Empresa BANCO DO BRASIL S.A., CNPJ 00000000000191 e protocolo DFE2300131850 - 27/06/2023. Autenticação: 63DC9C958BFF4E63CAFA8FB7BA66E8808EB483D6 - Anna Cláudia Leite Mesquita Garcia - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://juccis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 23/075.914-9 e o código de segurança H11N Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/06/2023 por Anna Cláudia Leite Mesquita Garcia - Secretária-Geral.

anteriores ao término da gestão, se maior prazo não for fixado nas normas regulamentares; e

III. patrocinar, direta ou indiretamente, interesse de pessoa física ou jurídica, perante órgão ou entidade da Administração Pública Federal com que tenha tido relacionamento oficial direto e relevante nos 6 (seis) meses anteriores ao término da gestão, se maior prazo não for fixado nas normas regulamentares;

§8º Durante o período de impedimento de que trata o §7º deste artigo, os ex-membros da Diretoria Executiva fazem jus à remuneração compensatória equivalente à da função que ocupavam nesse órgão, observado o disposto no §9º deste artigo.

§9º Não terão direito à remuneração compensatória de que trata o §8º deste artigo os ex-membros do Conselho Diretor não oriundos do quadro de empregados do Banco que, respeitado o §7º deste artigo, optarem pelo retorno, antes do término do período de impedimento, ao desempenho da função ou cargo efetivo ou superior, que, anteriormente à sua investidura, ocupavam na administração pública ou privada.

§10 Finda a gestão, os ex-membros da Diretoria Executiva oriundos do quadro de funcionários do Banco sujeitam-se às normas internas aplicáveis a todos os empregados, observado o disposto no §8º deste artigo.

§11 Salvo dispensa do Conselho de Administração, na forma do §13, o descumprimento da obrigação de que trata o §7º implica, além da perda da remuneração compensatória prevista no §8º, a devolução do valor já recebido a esse título e o pagamento de multa de 20% (vinte por cento) sobre o total da remuneração compensatória que seria devida no período, sem prejuízo do ressarcimento das perdas e danos a que eventualmente der causa.

§12 A configuração da situação de impedimento dependerá de prévia manifestação da Comissão de Ética Pública da Presidência da República.

§13 O Conselho de Administração pode, a requerimento do ex-membro da Diretoria Executiva, dispensá-lo do cumprimento da obrigação prevista no §7º, sem prejuízo das demais obrigações legais a que esteja sujeito. Nessa hipótese, não é devido o pagamento da remuneração compensatória a que alude o §8º, a partir da data em que o requerimento for recebido.

Vedações

Art. 25. A investidura em cargo da Diretoria Executiva requer dedicação integral, sendo vedado a qualquer de seus membros, sob pena de perda do cargo, o exercício de atividades em outras sociedades com fim lucrativo, salvo:

I. em sociedades subsidiárias ou controladas do Banco, ou em sociedades das quais este participe, direta ou indiretamente, observado o §1º deste artigo; ou

II. em outras sociedades, por designação do Presidente da República, ou por autorização prévia e expressa do Conselho de Administração.

§1º É vedado, ainda, a qualquer membro da Diretoria Executiva, o exercício de atividade em instituição ou empresa ligada ao Banco que tenha por objeto a administração de recursos de terceiros, exceto na qualidade de membro de Conselho de Administração.

§2º Para efeito do disposto no parágrafo anterior, consideram-se ligadas ao Banco as instituições ou empresas assim definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Vacância e substituições

Art. 26. Sem prejuízo de outras autorizações cabíveis, nos termos da legislação aplicável, serão concedidos afastamentos de até 30 (trinta) dias:

I. aos Vice-Presidentes e Diretores, pelo Presidente do Banco; e

II. ao Presidente do Banco, pelo Conselho de Administração.

§1º As atribuições individuais do Presidente do Banco serão exercidas, durante seus afastamentos:


**Encaminhado
via e-mail**



BANCO DO BRASIL

Estatuto Social

71
Pública

- I. de até 30 (trinta) dias consecutivos, por um dos Vice-Presidentes por ele designado; e
 - II. superiores a 30 (trinta) dias consecutivos, por quem, na forma da lei, for nomeado interinamente pelo Presidente da República.
- §2º No caso de vacância, o cargo de Presidente será ocupado, até a posse do seu sucessor, por Vice-Presidente indicado pelo Conselho de Administração.
- §3º As atribuições individuais dos Vice-Presidentes e dos Diretores serão exercidas em caráter temporário por outro Vice-Presidente ou Diretor, respectivamente, nos casos de afastamentos, bem como no caso de vacância mediante designação do Presidente.
- §4º A temporariedade de que trata o §3º deste artigo será exercida até a data de retorno do membro da Diretoria Executiva ausente, nos casos de afastamentos, ou até a eleição de novo membro pelo Conselho de Administração nos casos de vacância.
- §5º Nas hipóteses previstas nos §§1º a 4º deste artigo, o Vice-Presidente ou Diretor acumulará suas funções com as do Presidente, do Vice-Presidente ou do Diretor, conforme for designado, sem acréscimo de remuneração.
- §6º O acúmulo de funções pelo Vice-Presidente ou Diretor não implica acúmulo do direito de voto nas decisões dos órgãos colegiados de que participe.

Representação e constituição de mandatários

Art. 27. A representação judicial e extrajudicial e a constituição de mandatários do Banco competem, isoladamente, ao Presidente ou a qualquer dos Vice-Presidentes e, nos limites de suas atribuições e poderes, aos Diretores. A outorga de mandato judicial compete ao Presidente, aos Vice-Presidentes e ao Diretor Jurídico.

§1º Os instrumentos de mandato devem especificar os atos ou as operações que poderão ser praticados e a duração do mandato, podendo ser outorgados, isoladamente, por qualquer membro da Diretoria Executiva, observada a hipótese do §2º do artigo 29 deste Estatuto. O mandato judicial poderá ser por prazo indeterminado.

§2º Os instrumentos de mandato serão válidos ainda que o seu signatário deixe de integrar a Diretoria Executiva do Banco, salvo se o mandato for expressamente revogado.

Atribuições da Diretoria Executiva

Art. 28. Cabe à Diretoria Executiva cumprir e fazer cumprir este Estatuto, as deliberações da Assembleia Geral de Acionistas e do Conselho de Administração e exercer as atribuições que lhe forem definidas por esse Conselho, observando os princípios de boa técnica bancária e de boas práticas de governança corporativa, e também, o disposto na Lei nº 6.404/1976, Lei nº 13.303/2016 e seu respectivo Decreto regulamentador, demais normas aplicáveis e em seu Regimento Interno.

Competências do Conselho Diretor

Art. 29. São competências do Conselho Diretor:

- I. submeter ao Conselho de Administração as propostas à sua deliberação, em especial sobre as matérias relacionadas nos incisos I, II, XII e XIII do artigo 21 deste Estatuto;
- II. fazer executar as Políticas, a Estratégia Corporativa, o Plano de Investimentos, o Plano Diretor e o Orçamento Geral do Banco;
- III. aprovar e fazer executar o Acordo de Trabalho;
- IV. aprovar e fazer executar a alocação de recursos para atividades operacionais e para investimentos;
- V. autorizar a alienação de bens do ativo não circulante, a constituição de ônus reais, a prestação de garantias a obrigações de terceiros, a renúncia de direitos, a transação e o abatimento negocial, facultada a outorga desses poderes com limitação expressa;
- VI. decidir sobre os planos de cargos, salários, vantagens e benefícios e aprovar o Regulamento de Pessoal do Banco, observada a legislação vigente;

Encaminhado via e-mail

Assinatura em nome do Banco do Brasil
 Assinatura em nome do Banco do Brasil
 Assinatura em nome do Banco do Brasil
 Assinatura em nome do Banco do Brasil



BANCO DO BRASIL

Estatuto Social

72
Pública

VII. distribuir e aplicar os lucros apurados, na forma da deliberação da Assembleia Geral de Acionistas ou do Conselho de Administração, observada a legislação vigente;

VIII. decidir sobre a criação, instalação e supressão de sucursais, filiais ou agências, escritórios, dependências e outros pontos de atendimento no País e no exterior, facultada a outorga desses poderes com limitação expressa;

IX. aprovar o seu Regimento Interno e o da Diretoria Executiva;

X. decidir sobre a organização interna do Banco, a estrutura administrativa das diretorias e das demais unidades e a criação, extinção e funcionamento de comitês no âmbito da Diretoria Executiva;

XI. fixar as atribuições e alçadas dos comitês e das unidades administrativas, dos órgãos regionais, das redes de distribuição e dos demais órgãos da estrutura interna, bem como dos empregados do Banco, facultada a outorga desses poderes com limitação expressa;

XII. autorizar, verificada previamente a segurança e a adequada remuneração em cada caso, a concessão de créditos a entidades assistenciais e a empresas de comunicação, bem como o financiamento de obras de utilidade pública, facultada a outorga desses poderes com limitação expressa;

XIII. decidir sobre a concessão, a fundações criadas pelo Banco, de contribuições para a consecução de seus objetivos sociais, limitadas, em cada exercício, a 5% (cinco por cento) do resultado operacional;

XIV. aprovar os critérios de seleção e a indicação de conselheiros, diretores e membros de comitês, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis, para integrarem os conselhos, as diretorias e os comitês de empresas e instituições das quais o Banco, suas subsidiárias, controladas ou ligadas participem ou tenham direito de indicar representante; e

XV. decidir sobre situações não compreendidas nas atribuições de outro órgão de administração e sobre casos extraordinários, no âmbito de sua competência.

§1º As decisões do Conselho Diretor obrigam toda a Diretoria Executiva.

§2º As outorgas de poderes previstas nos incisos V, VIII, X e XI deste artigo, quando destinadas a produzir efeitos perante terceiros, serão formalizadas por meio de instrumento de mandato assinado pelo Presidente e 1 (um) Vice-Presidente ou por 2 (dois) Vice-Presidentes.

Atribuições Individuais dos membros da Diretoria Executiva

Art. 30. Cabe a cada um dos membros da Diretoria Executiva cumprir e fazer cumprir este Estatuto, as deliberações da Assembleia Geral de Acionistas e do Conselho de Administração, as decisões colegiadas do Conselho Diretor e os direcionamentos da Diretoria Executiva, bem como avaliar as recomendações do Conselho Fiscal, observando os princípios de boa técnica bancária e de boas práticas de governança corporativa, e também, o disposto na Lei nº 6.404/1976, Lei nº 13.303/2016 e seu respectivo Decreto regulamentador, demais normas aplicáveis e em seu Regimento Interno. Além disso, são atribuições:

I. do Presidente:

a) convocar e presidir as reuniões do Conselho Diretor e da Diretoria Executiva e supervisionar a sua atuação;

b) propor, ao Conselho de Administração, o número de membros da Diretoria Executiva, indicando-lhe, para eleição, os nomes dos Vice-Presidentes e dos Diretores;

c) propor ao Conselho de Administração as atribuições dos Vice-Presidentes e dos Diretores, bem como eventual remanejamento;

d) supervisionar e coordenar a atuação dos Vice-Presidentes, dos Diretores e titulares de unidades que estiverem sob sua supervisão direta;

e) nomear, remover, ceder, promover, comissionar, punir e demitir empregados, podendo outorgar esses poderes com limitação expressa;

Professora Maria de Fátima
Machado Barreto dos Santos Neto
Diretor de Serviços de Conciliação
Gabinete Executivo
**Encaminhado
via e-mail**



f) indicar, dentre os Vice-Presidentes, o coordenador com a finalidade de convocar e presidir, em suas ausências ou impedimentos, as reuniões do Conselho Diretor e da Diretoria Executiva;

g) autorizar afastamentos de até 30 dias aos Vice-Presidentes e Diretores, bem como definir o responsável pelo exercício temporário das atribuições do membro afastado, podendo outorgar esses poderes com limitação expressa.

II. de cada Vice-Presidente:

a) administrar, supervisionar e coordenar as áreas que lhe forem atribuídas e a atuação dos Diretores e dos titulares das unidades que estiverem sob sua supervisão direta;

b) coordenar as reuniões do Conselho Diretor e da Diretoria Executiva, quando designado pelo Presidente.

III. de cada Diretor:

a) administrar, supervisionar e coordenar as atividades da diretoria e unidades sob sua responsabilidade;

b) prestar assessoria aos trabalhos do Conselho Diretor no âmbito das respectivas atribuições;

c) executar outras tarefas que lhe forem atribuídas pelo membro do Conselho Diretor ao qual estiver vinculado.

§1º O Coordenador designado pelo Presidente para convocar e presidir as reuniões do Conselho Diretor e da Diretoria Executiva não proferirá voto de qualidade no exercício dessa função.

Funcionamento

Art. 31. O funcionamento da Diretoria Executiva e do Conselho Diretor será disciplinado por meio dos seus Regimentos Internos, observado o disposto neste artigo.

§1º A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, 1ª (uma) vez a cada 3 (três) meses e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente do Banco ou pelo Coordenador por este designado.

§2º O Conselho Diretor:

I. é órgão de deliberação colegiada, devendo reunir-se, ordinariamente, pelo menos 2 (duas) vezes por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pelo Coordenador por este designado, sendo necessária, em qualquer caso, a presença de, no mínimo, a maioria de seus membros;

II. as deliberações exigem, no mínimo, aprovação da maioria dos membros presentes; em caso de empate, prevalecerá o voto do Presidente; e

III. uma vez tomada a decisão, cabe aos membros do Conselho Diretor a adoção das providências para sua implementação.

§3º O Conselho Diretor será assessorado por 1ª (uma) Secretária Executiva, cabendo ao Presidente designar o seu titular.

§4º Nas reuniões do Conselho Diretor e da Diretoria Executiva, anteriormente à deliberação, o membro que não seja independente em relação à matéria em discussão deve manifestar seu conflito de interesses ou interesse particular, retirando-se da reunião.

§5º Caso o estabelecido no parágrafo anterior não seja observado, qualquer outra pessoa presente à reunião poderá manifestar o conflito, caso dele tenha ciência, devendo o Conselho Diretor ou a Diretoria Executiva, conforme o caso, deliberar sobre o conflito conforme seu Regimento Interno e a legislação aplicável.

Seção IV - Segregação de funções

Art. 32. Os órgãos de administração devem, no âmbito das respectivas atribuições, observar as seguintes regras de segregação de funções:

I. as diretorias ou unidades responsáveis por funções relativas à gestão de riscos e controles internos

Préfeta Municipal de Petrópolis
Maira Ines D'Almeida de Santos Melo
Chefe do Serviço de Conciliação
Enviado via e-mail

74

República



BANCO DO BRASIL

Estatuto Social

não podem ficar sob a supervisão direta de Vice-Presidente a que estiverem vinculadas diretorias ou unidades responsáveis por atividades negociais.

II. as diretorias ou unidades responsáveis pelas atividades de análise de risco de crédito não podem ficar sob a supervisão direta de Vice-Presidente a que estiverem vinculadas diretorias ou unidades responsáveis por atividades de concessão de créditos ou de garantias, exceto nos casos de recuperação de créditos; e

III. os Vice-Presidentes, Diretores ou quaisquer responsáveis pela administração de recursos próprios do Banco não podem administrar recursos de terceiros.

Seção V - Comitês vinculados ao Conselho de Administração

Comitê de Auditoria

Art. 33. O Comitê de Auditoria, com as prerrogativas, atribuições e encargos previstos na Lei nº 13.303/2016 e seu respectivo Decreto regulamentador, demais normas aplicáveis e no seu Regimento Interno, será composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, em sua maioria independentes, e com mandato de 3 (três) anos não coincidente para cada membro.

§1º É permitida 1 (uma) única reeleição, observadas as seguintes condições:

I. até 1/3 (um terço) dos membros do Comitê de Auditoria poderá ser reeleito para o mandato de 3 (três) anos;

II. os demais membros do Comitê de Auditoria poderão ser reeleitos para o mandato de 2 (dois) anos.

§2º Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos pelo Conselho de Administração e obedecerão às condições mínimas de elegibilidade e as vedações para o exercício da função dispostas na Política de Indicação e Sucessão de Administradores do Banco e nas normas aplicáveis, bem como ao disposto neste Estatuto e em seu Regimento Interno, e, adicionalmente, aos seguintes critérios:

I. ao menos 1 (um) membro será escolhido dentre os indicados pelos Conselheiros de Administração eleitos pelos acionistas minoritários;

II. os demais membros serão escolhidos pelos Conselheiros de Administração indicados pela União;

III. pelo menos 1 (um) membro deverá possuir comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade societária e auditoria;

IV. pelo menos 1 (um) membro será um Conselheiro de Administração independente, assim definido no artigo 18, §7º, inc. I, deste Estatuto.

§3º O mesmo membro pode acumular as características referidas nos incisos III e IV do §2º deste artigo.

§4º O membro do Comitê de Auditoria somente poderá voltar a integrar tal órgão após decorridos, no mínimo, 3 (três) anos do final de seu mandato anterior, observado o disposto no §1º deste artigo.

§5º É indelegável a função de membro do Comitê de Auditoria.

§6º Perderá o cargo o membro do Comitê de Auditoria que deixar de comparecer, com ou sem justificativa, a 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 4 (quatro) reuniões alternadas durante o período de 12 (doze) meses, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, e, a qualquer tempo, por decisão do Conselho de Administração.

§7º O Comitê de Auditoria é um órgão de caráter permanente, ao qual compete assessorar o Conselho de Administração no que concerne ao exercício de suas funções de auditoria e fiscalização.

§8º Cabe ao Comitê de Auditoria supervisionar permanentemente as atividades e avaliar os trabalhos da auditoria independente, bem como exercer suas atribuições e responsabilidades junto às sociedades controladas que adotarem o regime de Comitê de Auditoria único.

§9º Cabe, ainda, ao Comitê de Auditoria acompanhar e avaliar as atividades de auditoria interna, avaliar e monitorar, em cooperação com o Comitê de Riscos e de Capital, as exposições de risco do Banco, acompanhar as práticas contábeis e de transparência das informações, bem como assessorar o Conselho de Administração nas deliberações sobre as matérias de sua competência, notadamente

Prefeitura Municipal de
Maricopa - Estado do Paraná
Comissão de Licitação
Bancas e Edital nº 001/2023

Encaminhado
via e-mail



aquelas relacionadas com a fiscalização da gestão do Banco e a rigorosa observância dos princípios e regras de conformidade, responsabilização corporativa e governança.

§10 O funcionamento do Comitê de Auditoria será regulado por meio do seu Regimento Interno, observado que:

I. reunir-se-á, no mínimo, trimestralmente com o Conselho Diretor, com a Auditoria Interna e com a Auditoria Independente, em conjunto ou separadamente, a seu critério; e com o Conselho de Administração ou Conselho Fiscal, sempre que por estes solicitado, com vistas a discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências, e de modo que as informações contábeis sejam sempre apreciadas antes de sua divulgação;

II. o Comitê de Auditoria deverá realizar, no mínimo, 4 (quatro) reuniões mensais, podendo convidar para participar, sem direito a voto:

- a) membros do Conselho Fiscal e do Comitê de Riscos e de Capital;
- b) o titular e outros representantes da Auditoria Interna; e
- c) quaisquer membros da Diretoria Executiva ou empregados do Banco.

§11 A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria, a ser definida pela Assembleia Geral de Acionistas, será compatível com o plano de trabalho aprovado pelo Conselho de Administração, observado que:

I. a remuneração dos membros do Comitê não será superior ao honorário médio percebido pelos Diretores;

II. no caso de servidores públicos, a sua remuneração pela participação no Comitê de Auditoria ficará sujeita às disposições estabelecidas na legislação e regulamento pertinentes;

III. os integrantes do Comitê de Auditoria que também forem membros do Conselho de Administração, deverão receber remuneração apenas do Comitê de Auditoria;

§12 Ao término do mandato, os ex-membros do Comitê de Auditoria sujeitam-se ao impedimento previsto no §7º do artigo 24 deste Estatuto, observados, no que couber, os §§8º a 13 do mesmo artigo.

§13 O Comitê de Auditoria disporá de meios para receber denúncias, inclusive sigilosas, internas e externas ao Banco, em matérias relacionadas ao escopo de suas atividades, conforme vier a ser estabelecido em instrumento adequado.

§14 Os membros do Comitê de Auditoria serão investidos em seus cargos independentemente da assinatura de termo de posse, desde a data da respectiva eleição.

Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade

Art. 34. O Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade, com as prerrogativas, atribuições e encargos previstos na Lei nº 13.303/2016 e seu respectivo Decreto regulamentador, demais normas e regulamentos aplicáveis e no seu Regimento Interno, será formado por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, com mandato de 2 (dois) anos, sendo permitidas no máximo 3 (três) reconduções, nos termos das normas vigentes.

§1º Os membros do Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade serão eleitos pelo Conselho de Administração, obedecendo as condições mínimas de elegibilidade e as vedações para o exercício da função dispostas na Política de Indicação e Sucessão de Administradores do Banco e nas normas aplicáveis, bem como ao disposto neste Estatuto e em seu Regimento Interno.

§2º Pelo menos um dos integrantes do Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade não deverá ser membro do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva.

§3º Os integrantes do Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade deverão possuir a qualificação e a experiência necessárias para avaliar de forma independente as políticas de: gestão de pessoas; remuneração de administradores; e indicação e sucessão.

§4º Perderá o cargo o membro do Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade que deixar de comparecer, com ou sem justificativa, a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 4 (quatro) reuniões alternadas durante o período de 12 (doze) meses, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, e, a

Prefeitura Municipal de Piquetá
 Maria Inês Barbosa de Sousa Santos Neto
 Chefe do setor de Comunicação
 Bancária e Executiva - Piquetá - MG

Encaminhado via e-mail

76
Pública

BANCO DO BRASIL

Estatuto Social

qualquer tempo, por decisão do Conselho de Administração.

§5º Os membros somente poderão voltar a integrar o Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade depois de decorridos, no mínimo, 3 (três) anos do final do seu mandato anterior.

§6º São atribuições do Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade, além de outras previstas na legislação própria:

- I. avaliar políticas e práticas de gestão de pessoas do Banco;
- II. assessorar o Conselho de Administração no estabelecimento da Política de Gestão de Pessoas, da Política de Remuneração de Administradores e da Política de Indicação e Sucessão de Administradores do Banco do Brasil;
- III. exercer suas atribuições e responsabilidades relacionadas à remuneração de administradores junto às sociedades controladas pelo Banco do Brasil que adotarem o regime de Comitê de Remuneração único;
- IV. opinar, de modo a auxiliar os acionistas na indicação de administradores, dos membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração e Conselheiros Fiscais, sobre o preenchimento dos requisitos e a ausência de vedações para as respectivas eleições;
- V. verificar a conformidade dos processos de indicação e avaliação dos administradores, dos membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, dos Conselheiros Fiscais, do Auditor Geral e do Ouvidor.

§7º O funcionamento do Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade será regulado por meio de Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração, observado que o Comitê reunir-se-á:

- I. no mínimo semestralmente para avaliar e propor ao Conselho de Administração a remuneração fixa e variável dos administradores do Banco e de suas controladas que adotarem o regime de Comitê de Remuneração único;
- II. nos 3 (três) primeiros meses do ano para avaliar e propor o montante global anual de remuneração a ser fixado para os membros dos órgãos de administração, a ser submetido às Assembleias Gerais de Acionistas do Banco e das sociedades que adotarem o regime de Comitê de Remuneração único;
- III. por convocação do coordenador, para opinar sobre o preenchimento dos requisitos e a ausência de vedações dos indicados para cargos nos órgãos de administração, no Conselho Fiscal, nos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, de Auditor Geral e de Ouvidor;
- IV. por convocação do coordenador, sempre que julgado necessário por qualquer um de seus membros ou por solicitação do Conselho de Administração do Banco.

§8º Os membros do Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade que também forem integrantes de outros comitês de assessoramento ao CA, empregados do Banco ou membros da Diretoria Executiva ou do Conselho de Administração, não receberão remuneração adicional.

§9º Os membros do Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade serão investidos em seus cargos independentemente da assinatura de termo de posse, desde a data da respectiva eleição.

Comitê de Riscos e de Capital

Art. 35. O Comitê de Riscos e de Capital, com as prerrogativas, atribuições e encargos previstos nas normas e regulamentos aplicáveis e no seu Regimento Interno, será formado por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, com mandato de 2 (dois) anos, admitidas até 3 (três) reconduções consecutivas, nos termos das normas vigentes.

§1º Os membros do Comitê de Riscos e de Capital serão eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração, obedecendo as condições mínimas de elegibilidade e as vedações para o exercício da função dispostas na Política de Indicação e Sucessão de Administradores do Banco e nas normas aplicáveis, bem como ao disposto neste Estatuto e em seu Regimento Interno.

§2º São atribuições do Comitê de Riscos e de Capital, além de outras previstas na legislação aplicável e no seu Regimento Interno:

- I. assessorar o Conselho de Administração na gestão de riscos e de capital; e

Proteriana Maranhão
 Marilene Barbosa dos Santos Neta
 Diretora de Assessoria
 Bancária e Executiva Financeira

Encaminhado via e-mail

II. avaliar e reportar ao Conselho de Administração relatórios que tratem de processos de gestão de riscos e de capital.

§3º Os membros do Comitê de Riscos e de Capital serão investidos em seus cargos independentemente da assinatura de termo de posse, desde a data da respectiva eleição.

§4º Ao término do mandato os ex-membros do Comitê de Riscos e de Capital sujeitam-se aos mesmos impedimentos previstos para a Diretoria Executiva, no §7º do artigo 24 do Estatuto Social, observados, no que couber, os §§8º a 13º do mesmo artigo.

§5º Os membros do Comitê de Riscos e de Capital que forem empregados do Banco ou membros da Diretoria Executiva não receberão remuneração adicional.

§6º Os membros do Comitê de Riscos e de Capital que forem apenas membros do Conselho de Administração ou de outro comitê de assessoramento ao CA deverão optar pela remuneração relativa a somente um dos cargos.

Comitê de Tecnologia e Inovação

Art. 36. O Comitê de Tecnologia e Inovação, com as prerrogativas, atribuições e encargos previstos nas normas e regulamentos aplicáveis e no seu Regimento Interno, será formado por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, não remunerados, com mandato de 2 (dois) anos, admitidas até 3 (três) reconduções consecutivas, nos termos das normas vigentes.

§1º Os membros do Comitê de Tecnologia e Inovação serão eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração, obedecendo as condições mínimas de elegibilidade e as vedações para o exercício da função dispostas na Política de Indicação e Sucessão de Administradores do Banco e nas normas aplicáveis, bem como ao disposto neste Estatuto e em seu Regimento Interno.

§2º São atribuições do Comitê de Tecnologia e Inovação, além de outras previstas na legislação aplicável e no seu Regimento Interno:

- I. avaliar cenários, tendências tecnológicas e novos modelos de negócios, bem como seus impactos sobre o comportamento do consumidor e sobre os negócios do Banco do Brasil;
- II. apoiar o Conselho de Administração nas discussões sobre as estratégias de tecnologia e inovação e emitir pareceres e recomendações para subsidiar as decisões daquele Conselho;
- III. avaliar projetos, iniciativas e propostas de investimentos em tecnologia e inovação, emitindo recomendações ao Conselho de Administração; e
- IV. monitorar a performance de indicadores e ações estratégicas relacionadas a iniciativas de tecnologia e inovação.

§3º Os membros do Comitê de Tecnologia e Inovação serão investidos em seus cargos independentemente da assinatura de termo de posse, desde a data da respectiva eleição.

Comitê de Sustentabilidade Empresarial

Art. 37. O Comitê de Sustentabilidade Empresarial, com as prerrogativas, atribuições e encargos previstos nas normas e regulamentos aplicáveis e no seu Regimento Interno, será formado por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, não remunerados, com mandato de 2 (dois) anos, admitidas até 3 (três) reconduções consecutivas.

§1º Os membros do Comitê de Sustentabilidade Empresarial serão eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração, obedecendo as condições mínimas de elegibilidade e as vedações para o exercício da função dispostas na Política de Indicação e Sucessão de Administradores do Banco e nas normas aplicáveis, bem como ao disposto neste Estatuto e em seu Regimento Interno.

§2º São atribuições do Comitê de Sustentabilidade Empresarial, além de outras previstas no seu Regimento Interno:

- I. assessorar o Conselho de Administração na incorporação da sustentabilidade na estratégia dos negócios e nas práticas administrativas da empresa e monitorar a sua evolução;
- II. propor e acompanhar a execução de iniciativas que melhorem o desempenho socioambiental do Banco; e

Professora M. In. de Souza
 Maria Inês Barbosa de Santos Neto
 Bacharel e Escrivão em Direito
**Encaminhado
 via e-mail**

III. avaliar e acompanhar o desempenho sustentável do Banco e a efetividade das ações previstas no Plano de Sustentabilidade do Banco do Brasil.

§3º Os membros do Comitê de Sustentabilidade Empresarial serão investidos em seus cargos independentemente da assinatura de termo de posse, desde a data da respectiva eleição.

Seção VI - Auditoria Interna

Art. 38. O Banco disporá de uma Auditoria Interna, vinculada ao Conselho de Administração e responsável por aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo das demonstrações financeiras, observadas, ainda, demais competências impostas pela Lei nº 13.303/2016 e seu respectivo Decreto regulamentador e demais normas aplicáveis.

§1º O titular da Auditoria Interna, escolhido dentre empregados da ativa do Banco, será nomeado e dispensado pelo Conselho de Administração, observadas as disposições do artigo 22, §3º, deste Estatuto, obedecendo as condições mínimas de elegibilidade e as vedações para o exercício da função dispostas na Política de Indicação e Sucessão de Administradores do Banco e na legislação aplicável.

§2º O titular da Auditoria Interna terá mandato de 3 (três) anos, prorrogável por igual período. Finda a prorrogação, o Conselho de Administração poderá, mediante decisão fundamentada, estendê-la por mais 365 dias.

Seção VII - Ouvidoria

Art. 39. O Banco disporá de uma Ouvidoria que terá a finalidade de atender em última instância as demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário do Banco do Brasil, e de atuar como canal de comunicação com estes clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos por meio de registro de demandas.

§1º Além de outras previstas na legislação, constituem atribuições da Ouvidoria:

I. atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços;

II. prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento das demandas, informando o prazo previsto para resposta;

III. encaminhar resposta conclusiva para a demanda no prazo previsto;

IV. propor ao Conselho de Administração medidas corretivas ou de aprimoramento dos procedimentos e rotinas da instituição e mantê-lo informado sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores da instituição para solucioná-los.

§2º A atuação da Ouvidoria será pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção, sendo dotada de condições adequadas para o seu efetivo funcionamento.

§3º A Ouvidoria terá assegurado o acesso às informações necessárias para sua atuação, podendo, para tanto, requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades, observada a legislação relativa ao sigilo bancário.

§4º O Ouvidor será empregado da ativa do Banco, detentor de função compatível com as atribuições da Ouvidoria, sendo nomeado e destituído, a qualquer tempo, pelo Conselho de Administração, obedecendo as condições mínimas de elegibilidade e as vedações para o exercício da função dispostas na Política de Indicação e Sucessão de Administradores do Banco e nas normas aplicáveis, bem como ao disposto neste Estatuto.

§5º O titular da Ouvidoria terá mandato de 36 (trinta e seis) meses, prorrogável por igual período. Finda a prorrogação, o Conselho de Administração poderá, mediante decisão fundamentada, estendê-la por mais 12 (doze) meses.

§6º O empregado nomeado para o exercício das funções de Ouvidor deverá ter habidão em temas

**Encaminhado
via e-mail**
Professora de Polícia
Mara Ines Barboza dos Santos Neto,
Chefe do setor de Conciliação
Bancária e Educação Financeira



relacionados à ética, aos direitos e defesa do consumidor e à mediação de conflitos

§7º Constituem motivos para a destituição do Ouvidor:

- I. perda do vínculo funcional com a instituição ou alteração do regime de trabalho previsto no §4º deste artigo;
- II. prática de atos que extrapolem sua competência, nos termos estabelecidos por este artigo;
- III. conduta ética incompatível com a dignidade da função;
- IV. outras práticas e condutas desabonadoras que justifiquem a destituição.

§8º No procedimento de destituição a que se referem os incisos II, III e IV do parágrafo anterior será assegurado o contraditório e o direito à ampla defesa.

§9º O empregado nomeado para o exercício das atribuições de Ouvidor não perceberá outra remuneração além daquela prevista para a comissão que originalmente ocupa.

§10 O Diretor responsável pela Ouvidoria deverá elaborar e encaminhar à Auditoria Interna, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração, nas datas base de 30 de junho e 31 de dezembro, relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria no cumprimento de suas atribuições.

Seção VIII - Gestão de Riscos e Controles Internos

Art. 40. O Banco disporá de áreas dedicadas à gestão de riscos e aos controles internos, com liderança de Vice-Presidente estatutário e independência de atuação, segundo mecanismos estabelecidos no artigo 32 deste Estatuto, e vinculação ao Presidente do Banco.

§1º São atribuições da área responsável pela gestão de riscos, além de outras previstas na legislação própria e nas instruções normativas do Banco: identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos a que estão sujeitos os negócios e processos do Banco, bem como aprimorar a gestão dos riscos.

§2º São atribuições da área responsável pelos controles internos, além de outras previstas na legislação própria e nas instruções normativas do Banco, a avaliação e o monitoramento da eficácia dos controles internos e do estado de conformidade corporativo.

§3º A área responsável pelo processo de controles internos deverá se reportar diretamente ao Conselho de Administração em situações em que se suspeite do envolvimento de integrante da Diretoria Executiva em irregularidades ou quando um membro se furtar à obrigação de adotar medidas necessárias em relação à situação de irregularidade a ele relatada.

Capítulo VI - Conselho Fiscal

Composição

Art. 41. O Conselho Fiscal, com as prerrogativas, atribuições e encargos previstos na Lei nº 6.404/1976, Lei nº 13.303/2016 e seu respectivo Decreto regulamentador, demais normas e regulamentos aplicáveis e no seu Regimento Interno, funcionará de modo permanente e será constituído por 5 (cinco) membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para um prazo de atuação de 2 (dois) anos, sendo permitidas até 2 (duas) reconduções consecutivas. Fica assegurada aos acionistas minoritários a eleição de 2 (dois) membros.

§1º Podem ser membros do Conselho Fiscal pessoas naturais, residentes no País, com formação acadêmica compatível com o exercício da função e que tenham exercido, por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de direção ou assessoramento na administração pública, de conselheiro fiscal ou de administrador de empresa, observando-se, ainda, o disposto na Lei nº 6.404/1976, na Lei nº 13.303/2016 e seu respectivo Decreto regulamentador, nas demais normas aplicáveis e na Política de Indicação e Sucessão de Administradores do Banco.

§2º Os representantes da União no Conselho Fiscal serão indicados pelo Ministro de Estado da Economia, dentre os quais um representante do Tesouro Nacional, que deverá ser servidor público com vínculo permanente com a Administração Pública Federal.

§3º A remuneração dos conselheiros fiscais será fixada pela Assembleia Geral dos acionistas que os

**Encaminhado
via e-mail**

Marilene de Paula
Machado Barbosa dos Santos Neto
Chefe do setor de Pausa
Bancária e Execução Financeira

BANCO DO BRASIL

Estatuto Social

eleger

§4º Além das pessoas a que se refere o artigo 13 deste Estatuto, não podem ser eleitos para o Conselho Fiscal membros dos órgãos de administração e empregados do Banco, ou de sociedade por este controlada, e o cônjuge ou parente, até o terceiro grau, de administrador do Banco.

§5º Os membros do Conselho Fiscal serão investidos em seus cargos independentemente da assinatura de termo de posse, desde a data da respectiva eleição, pela Assembleia Geral de Acionistas.

§6º O termo de posse mencionado no §5º deste artigo contemplará sujeição à cláusula arbitral referida no artigo 55 deste Estatuto, em conformidade com o Regulamento do Novo Mercado da B3.

§7º Atingido o prazo máximo a que se refere o caput, o retorno de membro do Conselho Fiscal só poderá ser efetuado após decorrido período equivalente a um prazo de atuação.

§8º Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos em suas ausências ou impedimentos eventuais pelos respectivos suplentes até a posse do novo titular.

§9º Na hipótese de vacância, o Presidente do Conselho Fiscal convocará o respectivo suplente, que o substituirá até a eleição do novo titular, pela Assembleia Geral de Acionistas.

Funcionamento

Art. 42. Observadas as disposições deste Estatuto, o Conselho Fiscal, por voto favorável de, no mínimo, quatro de seus membros, elegerá o seu Presidente e aprovará o seu Regimento Interno.

§1º O Conselho Fiscal reunir-se-á em sessão ordinária, 1 (uma) vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que julgado necessário por qualquer de seus membros ou por proposição da Administração do Banco.

§2º Perderá o cargo, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o membro do Conselho Fiscal que deixar de comparecer, sem justificativa, a 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 4 (quatro) reuniões ordinárias alternadas durante o prazo de atuação.

§3º Exceto nas hipóteses previstas no caput deste artigo, a aprovação das matérias submetidas à deliberação do Conselho Fiscal exige voto favorável de, no mínimo, 3 (três) de seus membros.

§4º Nas reuniões do Conselho Fiscal, anteriormente à deliberação, o membro que não seja independente em relação à matéria em discussão deve manifestar seu conflito de interesses ou interesse particular, retirando-se da reunião.

§5º Caso o estabelecido no parágrafo anterior não seja observado, qualquer outra pessoa presente à reunião poderá manifestar o conflito, caso dele tenha ciência, devendo o Conselho Fiscal, conforme o caso, deliberar sobre o conflito conforme seu Regimento Interno e a legislação aplicável.

Art. 43. Os Conselheiros Fiscais assistirão às reuniões do Conselho de Administração em que se deliberar sobre os assuntos em que devam opinar.

Parágrafo único. O Conselho Fiscal far-se-á representar por, pelo menos, um de seus membros nas reuniões da Assembleia Geral de Acionistas e responderá aos pedidos de informação formulados pelos acionistas.

Dever de informar e outras obrigações

Art. 44. Os membros do Conselho Fiscal acionistas do Banco devem observar, também, os deveres previstos no art. 17 deste Estatuto.

Capítulo VII - Exercício social, lucro, reservas e dividendos

Exercício social

Art. 45. O exercício social coincidirá com o ano civil, com término no dia 31 de dezembro de cada ano.

Demonstrações financeiras

Art. 46. Serão levantadas demonstrações financeiras ao final de cada semestre e, facultativamente, balanços intermediários em qualquer data, inclusive para pagamento de dividendos, observadas as

**Encaminhado
por e-mail**

Prefeitura Mun. de Pouca
Marta Ines Barbosa dos Santos Neto
Chefe do setor de Conciliação
Bancária e Execução Financeira

prescrições legais.

§1º As demonstrações financeiras trimestrais, semestrais e anuais, além dos requisitos legais e regulamentares, devem conter:

- I. balanço patrimonial consolidado, demonstrações do resultado consolidado e dos fluxos de caixa;
- II. demonstrações do valor adicionado;
- III. comentários acerca do desempenho consolidado;
- IV. posição adquirentia de todo aquele que detiver, direta ou indiretamente, mais de 5% (cinco por cento) do capital social do Banco;
- V. quantidade e características dos valores mobiliários de emissão do Banco de que o acionista controlador, os administradores e os membros do Conselho Fiscal sejam titulares, direta ou indiretamente;
- VI. evolução da participação das pessoas referidas no inciso anterior, em relação aos respectivos valores mobiliários, nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores; e
- VII. quantidade de ações em circulação e o seu percentual em relação ao total emitido.

§2º Nas demonstrações financeiras do exercício, serão apresentados, também, indicadores e informações sobre o desempenho socioambiental do Banco.

Art. 47. As demonstrações financeiras trimestrais, semestrais e anuais serão também elaboradas em inglês, sendo que pelo menos as demonstrações financeiras anuais serão também elaboradas de acordo com os padrões internacionais de contabilidade.

Destinação do lucro

Art. 48. Após a absorção de eventuais prejuízos acumulados e deduzida a provisão para pagamento do imposto de renda, do resultado de cada semestre serão apartadas verbas que, observados os limites e condições exigidos na legislação e demais normas aplicáveis, terão, pela ordem, a seguinte destinação:

- I. constituição de Reserva Legal;
- II. constituição, se for o caso, de Reserva de Contingência e de Reservas de Lucros a Realizar;
- III. pagamento de dividendos, observado o disposto nos artigos 49 e 50 deste Estatuto;
- IV. do saldo apurado após as destinações anteriores:
 - a) constituição das seguintes Reservas Estatutárias:
 1. Reserva para Margem Operacional, com a finalidade de garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da sociedade, constituída pela parcela de até 100% (cem por cento) do saldo do lucro líquido, até o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social;
 2. Reserva para Equalização de Remuneração do Capital, com a finalidade de assegurar recursos para o pagamento de remuneração do capital, constituída pela parcela de até 50% (cinquenta por cento) do saldo do lucro líquido, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital;
 - b) demais reservas e retenção de lucros previstas na legislação.

Parágrafo único. Na constituição de reservas serão observadas, ainda, as seguintes disposições:

- I. as reservas e retenção de lucros de que trata o inciso IV não poderão ser aprovadas em prejuízo da distribuição do dividendo mínimo obrigatório;
- II. o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social;
- III. as destinações do resultado, no curso do exercício, serão realizadas por proposta do Conselho Diretor, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral Ordinária de que trata o inciso I do artigo 9º deste Estatuto, ocasião em que serão apresentadas as justificativas dos percentuais aplicados na constituição das reservas estatutárias de que trata a alínea "a" do inciso IV do

Prefeitura Municipal de Santos
Mara Inês Barbosa de Santos
Chefe do setor de Fiscalização
Bancária e Estatística

**Encaminhado
via e-mail**

caput deste artigo.

Dividendo obrigatório

Art. 49. Aos acionistas é assegurado o recebimento semestral de dividendo mínimo e obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, como definido em lei e neste Estatuto.

§1º O dividendo correspondente aos semestres de cada exercício social será declarado por ato do Conselho Diretor, aprovado pelo Conselho de Administração.

§2º Os valores dos dividendos devidos aos acionistas sofrerão incidência de encargos financeiros na forma da legislação aplicável, a partir do encerramento do semestre ou do exercício social em que forem apurados até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios quando esse recolhimento não se verificar na data fixada em lei, pela Assembleia Geral de Acionistas ou por deliberação do Conselho Diretor.

§3º É admitida a distribuição de dividendos intermediários em períodos inferiores ao previsto no *caput* deste artigo, observado o disposto nos artigos 21, II, "a", 29, I e VII, e 49, §1º, deste Estatuto.

Juros sobre o capital próprio

Art. 50. Observada a legislação vigente e na forma da deliberação do Conselho de Administração, o Conselho Diretor poderá autorizar o pagamento ou crédito aos acionistas de juros, a título de remuneração do capital próprio, bem como a imputação do seu valor ao dividendo mínimo obrigatório.

§1º Caberá ao Conselho Diretor fixar o valor e a data do pagamento ou crédito de cada parcela dos juros, autorizado na forma do *caput* deste artigo.

§2º Os valores dos juros devidos aos acionistas, a título de remuneração sobre o capital próprio, sofrerão incidência de encargos financeiros, na forma do artigo 49, §2º, deste Estatuto.

Capítulo VIII - Relações com o mercado

Art. 51. O Banco:

I. realizará, pelo menos 1 (uma) vez por ano, reunião pública com analistas de mercado, investidores e outros interessados, para divulgar informações quanto à sua situação econômico-financeira, bem como no tocante a projetos e perspectivas;

II. realizará, em até 5 (cinco) dias úteis após a divulgação dos resultados trimestrais, apresentação pública sobre as informações divulgadas, presencialmente ou por meio de teleconferência, videoconferência ou qualquer outro meio que permita a participação a distância dos interessados;

III. enviará à Bolsa de Valores em que suas ações forem mais negociadas, além de outros documentos a que esteja obrigado por força de lei:

- o calendário anual de eventos corporativos;
- programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos de emissão do Banco, destinados aos seus empregados e administradores, se houver; e
- os documentos colocados à disposição dos acionistas para deliberação na Assembleia Geral de Acionistas.

IV. divulgará, em sua página na Internet, além de outras, as informações:

- referidas nos artigos 46 e 47 deste Estatuto;
- divulgadas nas reuniões públicas referidas nos incisos I e II deste artigo; e
- prestadas à Bolsa de Valores na forma do inciso III deste artigo.

V. adotará medidas com vistas à dispersão acionária na distribuição de novas ações, tais como:

- garantia de acesso a todos os investidores interessados; ou
- distribuição, a pessoas físicas ou a investidores não institucionais, de, no mínimo, 10% (dez por cento) das ações emitidas.

Pratetura Municipal de Popoça
Mário Inês Barbosa dos Santos Neto
Chefe do setor de Conciliação
Bancária e Financeira
Encaminhado
Via e-mail



BANCO DO BRASIL

Estatuto Social

normas aplicáveis.

Parágrafo único. O Banco poderá, ainda, contratar extensões de cobertura, cláusulas particulares e coberturas adicionais à cobertura básica do seguro de responsabilidade civil, conforme admitido pela legislação aplicável.

Contrato de Indenidade

Art. 58. O Banco poderá celebrar Contratos de Indenidade em favor de integrantes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva e dos demais órgãos de assessoramento técnicos ou consultivos criados por este Estatuto, bem como de seus empregados e prepostos que legalmente atuem por delegação dos administradores do Banco, de forma a fazer frente a determinadas despesas relacionadas a processos arbitrais, judiciais ou administrativos que envolvam atos praticados no exercício de suas atribuições ou poderes, desde a data de sua posse ou do início do vínculo contratual com o Banco.

§1º Excluem-se da cobertura do Contrato de Indenidade os seguintes atos praticados pelas pessoas identificadas no caput:

- I. considerados ilegais ou danosos ao Banco, mesmo que no exercício de suas atribuições e poderes;
- II. com má-fé, dolo, culpa grave, mediante fraude ou simulação, ou em interesse próprio ou de terceiros, ou em detrimento do interesse social do Banco, incluídos, mas não se limitando, aos de ação social prevista no art. 159 da Lei nº 6.404/1976 ou aos de ressarcimento de prejuízos de que trata o art. 11, §5º, II da Lei nº 6.385/1976, bem como os atos previstos na Lei nº 13.506/2017;
- III. fora das atribuições e poderes dos cargos para os quais foram nomeados, ou em descumprimento de seus deveres fiduciários;
- IV. que no exercício de suas atribuições e poderes usaram, em interesse próprio ou de terceiros, com ou sem prejuízo para o Banco, oportunidades negociais de que tenha conhecimento em razão do exercício de seu cargo;
- V. que no exercício das atribuições e poderes não observaram condições razoáveis ou equitativas segundo as práticas de mercado;
- VI. que não tenha havido prévia e expressa comunicação ao Banco sobre a existência de qualquer demanda judicial que possa acarretar responsabilidade da pessoa ou do Banco;
- VII. que deixaram de guardar reserva sobre os negócios e informações estratégicas e confidenciais do Banco ou de guardar sigilo sobre qualquer informação que ainda não tenha sido divulgada ao mercado, obtida em razão do cargo e capaz de influir de modo ponderável na cotação dos valores mobiliários de emissão do Banco ou a eles referenciados, na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter aqueles valores mobiliários, e na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular de valores mobiliários emitidos pelo Banco ou a eles referenciados; e
- VIII. que tenham resultado em sua condenação criminal, por decisão transitada em julgado.

§2º O Contrato de Indenidade deverá ser divulgado e prever, no mínimo:

- I. as exclusões de cobertura de que trata o §1º deste artigo;
- II. o valor limite da cobertura oferecida;
- III. o prazo de vigência;
- IV. os tipos de despesas que poderão ser pagas, adiantadas ou reembolsadas com base no contrato;
- V. as hipóteses de resolução contratual;
- VI. o procedimento decisório relativo ao pagamento da cobertura, que deverá garantir a independência das decisões e assegurar que elas sejam tomadas no interesse do Banco; e
- VII. a obrigatoriedade de devolução ao Banco dos valores adiantados, nos casos em que, após decisão final irrecurável, restar comprovado que o ato praticado pelo beneficiário não é passível de indenização, nos termos do Contrato de Indenidade firmado.

Procuradoria Marlene Poitica
Marlene Barbosa da Silva
Chefe do Setor de Conciliação
Bancária e Extrajudicial
Encaminhado via e-mail

§3º O Contrato de Indenidade de que trata o *caput* deste artigo poderá ser firmado com administradores, conselheiros fiscais e integrantes de órgãos de assessoramento técnicos ou consultivos indicados pelo Banco em suas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, administradas, patrocinadas e fundações, desde que sejam empregados ou administradores do Banco e não tenham celebrado Contrato de Indenidade específico com essas entidades.

§4º Os Contratos de Indenidade celebrados pelo Banco podem ser acionados após o término do mandato ou do vínculo contratual com os beneficiários relacionados no *caput* deste artigo, desde que envolvam atos praticados no exercício de suas atribuições ou poderes.

Capítulo X - Obrigações do acionista controlador

Alienação de controle

Art. 59. A alienação do controle acionário do Banco, direta ou indireta, tanto por meio de uma única operação, quanto por meio de operações sucessivas, somente poderá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a, observando as condições e prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado da B3, fazer oferta pública de aquisição das ações tendo por objeto as ações de emissão do Banco de titularidade dos demais acionistas, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

Parágrafo único. No caso de alienação indireta de controle, o adquirente deve divulgar o valor atribuído ao Banco para os efeitos de definição do preço da oferta pública de aquisição das ações bem como divulgá-la demonstração justificada desse valor.

Fechamento de capital

Art. 60. Na hipótese de fechamento de capital do Banco e consequente cancelamento do registro de companhia aberta, deverá ser ofertado um preço mínimo às ações, correspondente ao preço justo apurado por empresa especializada escolhida pela Assembleia Geral de Acionistas, na forma da legislação aplicável e conforme previsto no §2º do artigo 10 deste Estatuto.

§1º Os custos com a contratação da empresa especializada de que trata o *caput* deste artigo serão suportados pelo acionista controlador.

§2º O laudo de avaliação destinado a apurar o preço justo do Banco será elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão do Banco, de seus administradores e/ou do acionista controlador, além de satisfazer os requisitos do §1º, do artigo 8º, da Lei nº 6.404/1976, e conter a responsabilidade prevista no Parágrafo 6º desse mesmo artigo.

Saída do Novo Mercado

Art. 61. Observado o disposto no Regulamento do Novo Mercado, na legislação e na regulamentação em vigor, a saída do Banco do Novo Mercado pode ocorrer:

- I. de forma voluntária, em decorrência da decisão do Banco;
- II. de forma compulsória, em decorrência do descumprimento de obrigações do Regulamento do Novo Mercado; ou
- III. em decorrência do cancelamento de registro de companhia aberta do Banco ou da conversão de categoria do registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

§1º A saída do Banco do Novo Mercado somente será deferida pela B3 caso seja precedida de oferta pública de aquisição das ações que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e nas disposições do Regulamento do Novo Mercado.

§2º A saída voluntária do Banco do Novo Mercado pode ocorrer independentemente da realização da oferta pública de aquisição das ações mencionada no §1º deste artigo, na hipótese de dispensa aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas.

Reorganização societária

Art. 62. Na hipótese de reorganização societária que envolva a transferência da base societária do

Encaminhado via e-mail
Mariana Mun de Popoca
Mariana Barbosa dos Santos Rota
chefe possador de Conciliação Bancária e Execução Financeira

BANCO DO BRASIL

Estatuto Social

Banco, as sociedades resultantes devem pleitear o ingresso no Novo Mercado em até 120 (cento e vinte) dias da data da Assembleia Geral de Acionistas que deliberou a referida reorganização.

Parágrafo único. Caso a reorganização envolva sociedades resultantes que não pretendam pleitear o ingresso no Novo Mercado, a maioria dos titulares das ações em circulação da companhia presentes na Assembleia Geral de Acionistas deve anuir com essa estrutura.

Ações em circulação

Art. 63. O acionista controlador promoverá medidas tendentes a manter em circulação, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das ações de emissão do Banco.

Capítulo XI

Disposições transitórias

Art. 64. Excetua-se do disposto no artigo 24, §2º, as indicações para o cargo de Diretor que atendam os seguintes requisitos cumulativos:

I. Diretor em exercício que venha a requerer benefício de complementação de aposentadoria, inclusive antecipada, perante a Previ Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil;

II. o requerimento do benefício de complementação de aposentadoria deverá ocorrer a partir do dia 9 de dezembro de 2020, inclusive.

§1º O Diretor enquadrado na hipótese do *caput* deste artigo poderá permanecer no cargo até a conclusão do prazo de gestão para o qual foi eleito, sendo permitidas até 2 (duas) reconduções consecutivas para o cargo de Diretor, em qualquer área da Diretoria Executiva, observados os regramentos legais e estatutários aplicados aos administradores do Banco.

§2º O disposto no artigo 24, §3º, inciso I, não se aplica às reconduções previstas no §1º deste artigo.

§3º A eleição com base neste artigo é prerrogativa do Conselho de Administração, após indicação do Presidente do Banco.

§4º Este dispositivo tem validade para eleições que ocorram até 31 de julho de 2027.


Prefeitura Municipal de Pópico
Marcelino Barboza dos Santos Neto
chefe do setor de
Bancária e Educação Financeira

**Encaminhado
via e-mail**

JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/075.914-9	DFE2300131850	27/06/2023
Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
768.660.926-04	LUÍZ GUILHERME DE OLIVEIRA PROCOPIO	27/06/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas 		

VENI VENTIS

Preletora Maria Pojica
 Maria Inez Barbosa de Santo Agostinho
 Chale do Saco do Conquistado
 Bancária e Escritora Financeira

**Encaminhado
 via e-mail**

87

88

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal
Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa BANCO DO BRASIL S.A., de CNPJ 00.000.000/0001-91 e protocolado sob o número 23/075.914-9 em 27/06/2023, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 2116164, em 27/06/2023. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador MICHELLE OLIVEIRA RIBEIRO. Certifica o registro, a Secretária-Geral, Anna Cláudia Leite Mesquita Garcia. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucis.df.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPE	Nome	Data Assinatura
768.660.926-04	LUIZ GUILHERME DE OLIVEIRA PROCOPIO	27/06/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
768.660.926-04	LUIZ GUILHERME DE OLIVEIRA PROCOPIO	27/06/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 23/06/2023



Documento assinado eletronicamente por MICHELLE OLIVEIRA RIBEIRO, Servidor(a) Público(a), em 27/06/2023, às 15:07.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucisdf informando o número do protocolo 23/075.914-9.

Prefeitura de Povoado
Maritima Barão dos Santos
Berecisa de Souza da Conceição
Encaminhado
via e-mail

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL
Registro Digital

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
816.021.031-00	ANNA CLAUDIA LEITE MESQUITA GARCIA

Brasília, terça-feira, 27 de junho de 2023

Encaminhado
via e-mail

89

98



TJDFT

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS)
1ª e 2ª Instâncias**

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 04/04/2024, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

BANCO DO BRASIL SA
00.000.000/0001-91

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações civis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 04/04/2024

Selo digital de segurança: 2024.CTD.JE0Y.QANI.QJ53.86S7.TRR0

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***

Verificado a autenticidade da internet
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Instituto de Pesquisa e Registro de Certidões
Instituto de Conciliação e Execução Forçada

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 00.000.000/0001-91
Razão Social: BANCO DO BRASIL SA
Endereço: SET SBS QUADRA 1 SN / ASA SUL / BRASILIA / DF / 70070-110

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Emitido em atendimento a determinação judicial.

Validade: 16/04/2024 a 15/05/2024

Certificação Número: 2024041620494163269047

Informação obtida em 22/04/2024 08:32:57

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br

Verificado a autenticidade da Internet
Marta Inês Basso de Almeida Santos Neto
Chefe do Setor de Comunicação Bancária e Educação

ESTADO DA BAHIA
MUNICÍPIO DE POJUCA - ASSESSORIA JURÍDICA

2º - ADITIVO DE PRAZO (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS E DEMAIS RECEITAS PÚBLICAS MUNICIPAIS) - CONTRATO Nº 057/2021 - CRÉDENCIAMENTO Nº 001/2021 - EMPRESA BANCO DO BRASIL S.A.

Pelo presente instrumento particular que fazem entre si, de um lado, o **MUNICÍPIO DE POJUCA-BA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 13.806.237/0001-06, com sede no Paço Municipal Praça Almirante Vasconcelos, s/n, Centro, Pojuca, Estado da Bahia, representado neste ato por seu Prefeito, **CARLOS EDUARDO BASTOS LEITE**, doravante denominado simplesmente de **MUNICÍPIO DE POJUCA** e, de outro lado, **BANCO DO BRASIL S.A.**, sociedade de economia mista, inscrita no CNPJ nº 00.000.000/0001-91, com sede no Setor Bancário Sul, Bloco C. Lote 32, 24º andar, Brasília, Distrito Federal, neste ato representado pela Gerente Geral da Agência de Pojuca-Ba, prefixo 3268-9, senhora **LAIANA SILVA MAMONA DE JESUS**, bancária, brasileira, portadora da CNH nº 06139193237, DETRAN-BA, e inscrito no CPF sob o nº 011.914.065-98, doravante denominada simplesmente **BANCO**, têm justo e contratado o presente Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA- Do Objeto

Constitui objeto do presente aditivo a prestação de serviços bancários de recolhimento de tributos e demais receitas públicas municipais, através de DAM – Documento de Arrecadação Municipal, em padrão FEBRABAN, por intermédio de suas agências, com prestação de contas por meio magnético dos valores arrecadados.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Aditivo de prazo- Art. 57, II, Lei 8666/93

Fica prorrogado o presente contrato por mais 12 (doze) meses, a vigor de **04/05/2023** a **04/05/2024**.



Laiana M. Jesus
Gerente Geral U.N.
19/05/2023

Prefeitura Municipal de Pojuca
Agberto Pinho Barreto
OAB-BA 16409
Assessor Jurídico

CONFERE COM ORIGINAL

Prefeitura Municipal de Pojuca
Marta Alves B. Costa
Chefe do Setor de Conciliação
Bairro: 3113 - Fone: (75) 3361.11.11 - www.pojuca.ba.br

CLÁUSULA TERCEIRA – Dos Recursos Orçamentários

As despesas decorrentes do objeto da presente licitação correrão por conta de dotações orçamentárias de números:

- Órgão: 03.106.06
- Projetos/Atividade: 2013
- Natureza da Despesa: 33.90.39.00
- Fontes: 15000000

CLÁUSULA QUARTA – Da Fundamentação

O presente aditivo de prazo (serviço contínuo) está amparado no **art.57, II, da Lei 8.666/93.**

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

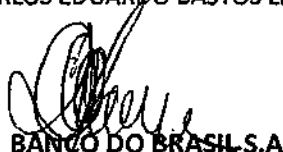
Ficam mantidos os demais termos e condições das cláusulas do pacto original.

E, por estarem ajustadas e aditadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo de prazo do contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Pojuca - BA, 27 de Abril de 2023.


MUNICÍPIO DE POJUCA

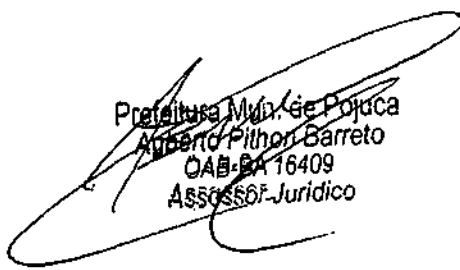
CARLOS EDUARDO BASTOS LEITE


BANCO DO BRASIL S.A

REP. Sra. LAIANA SILVA MAMONA DE JESUS

Prefeitura Municipal de Pojuca
Mara Ines Barbosa dos Santos Neto
chefe do setor de Conciliação
Bancaria e Extrajudicial

**CONFERE
COM ORIGINAL**


Prefeitura Municipal de Pojuca
Agostinho Pithon Barreto
OAB-BA 16409
Assessor Jurídico



POJUCA
PROTEÇÃO JURÍDICA

94

ESTADO DA BAHIA

MUNICÍPIO DE POJUCA - ASSESSORIA JURÍDICA

1º - ADITIVO DE PRAZO (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS E DEMAIS RECEITAS PÚBLICAS MUNICIPAIS) - CONTRATO Nº 057/2021 - CREDENCIAMENTO Nº 001/2021 - EMPRESA BANCO DO BRASIL S.A.

Pelo presente instrumento particular que fazem entre si, de um lado, o **MUNICÍPIO DE POJUCA-BA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 13.806.237/0001-06, com sede no Paço Municipal Praça Almirante Vasconcelos, s/n, Centro, Pojuca, Estado da Bahia, representado neste ato por seu Prefeito, **CARLOS EDUARDO BASTOS LEITE**, doravante denominado simplesmente de **MUNICÍPIO DE POJUCA** e, de outro lado, **BANCO DO BRASIL S.A.**, sociedade de economia mista, inscrita no CNPJ nº 00.000.000/0001-91, com sede no Setor Bancário Sul, Bloco C. Lote 32, 24º andar, Brasília, Distrito Federal, neste ato representado pelo Gerente Geral da Agência de Pojuca-Ba, prefixo 3268-9, senhor **Pablo Rodrigo Dias Calmon**, bancário, brasileiro, portador da CNH nº 01537961977, DETRAN-Ba, e inscrito no CPF sob o nº 986,149,084-15, doravante denominada simplesmente **BANCO**, têm justo e contratado o presente Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA- Do Objeto

Constitui objeto do presente aditivo a prestação de serviços bancários de recolhimento de tributos e demais receitas públicas municipais, através de DAM – Documento de Arrecadação Municipal, em padrão FEBRABAN, por intermédio de suas agências, com prestação de contas por meio magnético dos valores arrecadados.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Aditivo de prazo- Art. 57, II, Lei 8666/93

Fica prorrogado o presente contrato por mais 12 (doze) meses, a vigor de **04/05/2022** a **04/05/2023**.

Pablo Rodrigo Dias Calmon
Gerente Geral
Mat. 8.020.735-9

Prefeitura Mun. de Pojuca
Agostinho Barreto
OAB-BA 16409
Assessor Jurídico

Prefeitura Mun. de Pojuca
Mara Ines Barbosa da Silva Neto
Chefe do setor de Conciliação
Bancária e Execução Manutencão

CONFERE COM ORIGINAL

Prefeitura Mun. de Pojuca
Mara Ines Barbosa da Silva Neto
Chefe do setor de Conciliação
Bancária e Execução Manutencão
CONFERE COM ORIGINAL

CLÁUSULA TERCEIRA – Dos Recursos Orcamentários

As despesas decorrentes do objeto da presente licitação correrão por conta de dotações orçamentárias de números:

- Órgão: 03.06.06
- Projetos/Atividade: 2013
- Natureza da Despesa: 33.90.39.00
- Fontes: 0100

CLÁUSULA QUARTA – Da Fundamentação

O presente aditivo de prazo (serviço contínuo) está amparado no *art.57, II, da Lei 8.666/93.*

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Ficam mantidos os demais termos e condições das cláusulas do pacto original.

E, por estarem ajustadas e aditadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo de prazo do contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Pojuca - BA, 27 de Abril de 2022.


MUNICÍPIO DE POJUCA

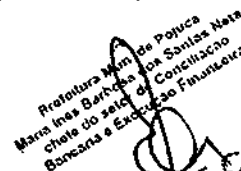
CARLOS EDUARDO BASTOS LEITE


BANCO DO BRASIL S.A

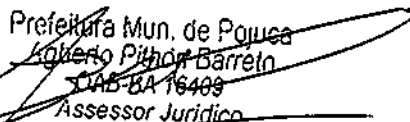
REP. SR. PABLO RODRIGO DIAS CALMON


Município de Pojuca
Maria Inês Barbosa dos Santos Neto
Chefe do setor de Conciliação
Bancária e Extrajudicial

**CONFERE
COM ORIGINAL**


Prefeitura Municipal de Pojuca
Maria Inês Barbosa dos Santos Neto
Chefe do setor de Conciliação
Bancária e Extrajudicial

**CONFERE COM
ORIGINAL**


Prefeitura Mun. de Pojuca
Roberto Pithon Barreto
OAB-BA 16409
Assessor Jurídico

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÃO
FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
BANCÁRIOS DE ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS E
DEMAIS RECEITAS MUNICIPAIS, ATRAVÉS DE DAM -
DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL.

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE POJUCA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 13.806.237/0001-06, com sede à Praça Almirante Vasconcelos, s/nº., Centro, Pojuca, neste ato representado por seu Prefeito, o Sr. **CARLOS EDUARDO BASTOS LEITE**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua JJ Seabra, nº 111, Centro, no Município de Pojuca - BA, portador da RG nº 2487695 SSP/BA e CPF nº 214.294.055-20, doravante denominado **MUNICÍPIO**, e, de outro lado, **BANCO DO BRASIL S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 00.000.000/0001-91, estabelecida na SAUN Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Norte, 16º Andar 70040-912 Brasília - DF, representada neste ato por **PABLO RODRIGO DIAS CALMON**, portador da Carteira de Identidade 498829375, inscrito no CPF sob número 986.149.084-15, residente e domiciliado em Pojuca - Ba, de ora em diante denominado, somente **CRENCIADO**, por este instrumento e na melhor forma de direito, tendo em vista o Processo Administrativo nº 063/2021, que versa sobre o Credenciamento, e, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8.666 e suas alterações, em especial o art. 25, *caput*, e ao **EDITAL DE CREDENCIAMENTO** nº 001/2021, celebram o presente **CONTRATO**, nos termos das cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente Contrato é a prestação de serviços bancários de recolhimento de tributos e demais receitas públicas municipais, através de DAM - Documento de Arrecadação Municipal, em padrão FEBRABAN, por intermédio de suas agências, com prestação de contas por meio magnético dos valores arrecadados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1 - O **MUNICÍPIO** pagará ao **CRENCIADO** pela prestação dos serviços, os valores máximos a seguir expostos:

- I - Pagamento em correspondentes bancários R\$ 2,40 (dois reais e quarenta centavos);
- II - Pagamento através de internet R\$ 2,40 (dois reais e quarenta centavos);
- III - Pagamento através de autoatendimento R\$ 2,40 (dois reais e quarenta centavos);
- IV - Pagamento em rede lotérica ou banco postal R\$ 2,40 (dois reais e quarenta centavos);
- V - Arrecadação via PIX R\$ 2,40 (dois reais e quarenta centavos).

2.2 O presente contrato tem o seu preço global estimado no valor de **R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais)**, a ser pago pelo **CONTRATANTE**, mensalmente de acordo com o efetivo recebimento dos serviços.

Prefeitura Municipal de Pojuca
Mansão Brilhosa dos Santos
Rua do Comércio, nº 100
Bancários

CONFERE COM ORIGINAL

CONFERE COM ORIGINAL

Prefeitura Municipal de Pojuca
Mansão Brilhosa dos Santos
Rua do Comércio, nº 100
Bancários e Execução Fiscal



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POJUCA
CONTRATO Nº 057/2021

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 - As despesas com o objeto do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária da Secretaria Municipal da Fazenda, observada a seguinte programação:

Unidade Orçamentária: 03.06.06
Projeto / Atividade: 2013
Elemento de Despesa: 33.90.39.00
Fonte: 0100

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

4.1 - São obrigações do CREDENCIADO:

I Receber tributos e demais receitas municipais somente através dos documentos de arrecadação (DAM), aprovados pela Secretaria Municipal da Fazenda que estejam com todos os campos de informações obrigatórios devidamente preenchidos, sem emendas ou rasuras, por qualquer modalidade pela qual se processe o pagamento, nos termos deste CONTRATO;

II Oferecer pelo menos duas formas diferentes de arrecadação dos tributos e demais receitas municipais (Guichê de caixa, autoatendimento, internet banking, terminais multibanco, postos bancários, dentre outros);

II a) Para recebimentos nos guichês de caixa, o CREDENCIADO fica autorizado a receber cheques de emissão do próprio assinante para quitação dos documentos objeto deste CONTRATO, desde que sejam de valor igual ao documento de arrecadação e com vinculação ao pagamento, mediante anotação em seu verso;

III Apresentar ao MUNICÍPIO, no ato da assinatura do presente CONTRATO, meios necessários à implementação da prestação de serviços ora contratados e os horários de funcionamento de cada unidade arrecadadora, mantendo tais condições durante todo o período de vigência do CONTRATO, sendo que a implementação de novas modalidades de pagamento deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal da Fazenda;

IV Comunicar formalmente ao MUNICÍPIO, com a maior brevidade possível, a ocorrência de avarias, danos, reparações ou modificações ocorridas no sistema de recolhimento do BANCO, que resultem em descontinuidade de arrecadação em modalidade de pagamento colocado à disposição do contribuinte, ou na modificação de qualquer processo que tenha reflexo nos serviços objetos do presente CONTRATO;

V A informação recebida nos Documentos de Arrecadação Municipal (DAM) será obtida pela leitura do código de barras padrão FEBRABAN ou pela digitação da respectiva representação numérica, ou por meio previamente aprovado pela Secretaria Municipal da Fazenda;

CONFERE COM ORIGINAL

Prefeitura Mun. de Pojuca
Maria Alves Barbosa dos Santos
Chefe do Setor de Arrecadação
Bancária e Execução Financeira

Praça Almirante Vasconcelos, s/nº, Centro, Pojuca/Bahia - CEP: 48.120-000
Tel: (0XX71) 3645-1147 - CNPJ/MF: 13.806.237/0001-06

CONFERE COM ORIGINAL
Prefeitura Mun. de Pojuca
Maria Alves Barbosa dos Santos
Chefe do Setor de Arrecadação
Bancária e Execução Financeira



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POJUCA
CONTRATO Nº 057/2021

- VI O CREDENCIADO não poderá, em hipótese alguma, cobrar qualquer taxa ou tarifa do contribuinte e/ou devedor, pela recepção, processamento e pagamento de suas obrigações;
- VII Autenticar o DAM - Documento de Arrecadação Municipal, em todas as suas vias, ou emitir um recibo da recepção do pagamento, contendo o número de autenticação caixa ou código de transação, valor e data de pagamento, além da representação numérica do código de barras. Para os recebimentos realizados através de "home/office banking", "internet" ou qualquer outra modalidade de auto-atendimento, o comprovante de pagamento deverá ser previamente aprovado pela Secretaria Municipal da Fazenda.
- VIII Manter os DAM - Documento de Arrecadação Municipal arquivados por um período de 180 (cento e oitenta dias) dias;
- IX Enviar ao MUNICÍPIO, até as 09h00min (nove) horas do dia seguinte, arquivo com o total das transações do dia anterior, sendo que o valor total da arrecadação deverá ser o mesmo do valor transmitido pelo Sistema de Pagamento Brasileiro (SPB);
- X Em caso de incorreção de dados, remeter as informações regularizadas no prazo de 01 (um) dia útil, contado a partir do horário de recebimento da comunicação de rejeição, sem prejuízo das penalidades previstas no contrato;
- XI Cumprir as normas estabelecidas na legislação específica do MUNICÍPIO, bem como nos instrumentos normativos que vierem a ser publicados para regular o procedimento concernente aos serviços de arrecadação objeto deste CONTRATO, o que dependerá de prévia ciência das partes, por escrito;
- XII Apresentar mensalmente ao MUNICÍPIO documento com a discriminação dos serviços prestados, constando a quantidade, a modalidade de recebimento dos documentos e demais informações que se fizerem necessárias à apuração da prestação dos serviços;
- XIII Fornecer ao MUNICÍPIO, sempre que solicitadas, certidões negativas de encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários;
- XIV Disponibilizar ao MUNICÍPIO os documentos e as informações necessárias para a verificação dos procedimentos de arrecadação, ficando o CREDENCIADO obrigado a resolver eventual irregularidade, inclusive reprocessando a informação contida nos arquivos auditados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias;
- XV Manter as informações de transmissão de arrecadação em meio eletrônico por um período mínimo de 05 (cinco) anos.
- XVI O CREDENCIADO repassará o produto da arrecadação a crédito da conta informada pela

CONFERE COM ORIGINAL

Prefeitura Municipal de Pojuca
Mário José Barbosa dos Santos Neto
Chefe do Setor de Conciliação
Bancária e Execução Fiscal

Praça Almirante Vasconcelos, s/nº, Centro, Pojuca/Bahia - CEP: 48.120-000
Tel: (0XX71) 3645-1147 - CNPJ/MF: 13.808.237/0001-06

CONFERE COM ORIGINAL



99

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POJUCA
CONTRATO Nº 057/2021

Secretaria Municipal da Fazenda, já descontado o valor referente às tarifas, nos prazos definidos a seguir:

- a) D + 2
- b) O arquivo bancário com as informações dos pagamentos deve ser disponibilizado ao MUNICÍPIO em D + 1. Informar os números para contato telefônico com as centrais de apoio aos serviços de transmissão dos arquivos de retorno, bem como os endereços eletrônicos também utilizados pelas mesmas, e ainda atualizá-los sempre que houver modificações destes.

XVII - É vedado ao CREDENCIADO:

- a) utilizar, revelar ou divulgar, no todo ou em parte, ainda que para uso interno, informações ou documentos vinculados à prestação de serviços para o MUNICÍPIO.
- b) cancelar ou debitar valores sem a autorização expressa do MUNICÍPIO.

XVIII - Não será considerada como repassada a arrecadação:

- a) enquanto o arquivo das transações remetido pelo CREDENCIADO não for recebido pelo MUNICÍPIO;
- b) quando o valor constante do arquivo das transações for diferente do valor registrado no extrato, e enquanto perdurar a irregularidade.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO.

5.1 - São obrigações do MUNICÍPIO:

- I expedir normas e procedimentos de verificação e controle da consistência das informações relativas à arrecadação dos tributos municipais;
- II especificar o protocolo de comunicação a ser utilizada na transmissão eletrônica de dados;
- III estabelecer as especificações técnicas para a captura e envio das informações, conforme as condições estabelecidas no padrão FEBRABAN de código de barras;
- IV remunerar o CREDENCIADO pelos serviços efetivamente prestados, mediante a apresentação de relatórios mensais determinados neste termo;
- V pôr à disposição dos contribuintes as informações necessárias para que estes possam efetuar seus pagamentos;
- VI entregar ao CREDENCIADO:
 - a) Recibo do arquivo enviado;
 - b) Mensagem de aceitação/ rejeição do arquivo enviado.
- VII Repassar, na data do crédito da arrecadação, o valor correspondente à prestação dos

Prefeitura Mun. de Pojuca
Mara Ines Barbosa dos Santos
Chefe do Dept. de Conciliação
Bancária e Extrajudicial

CONFERE COM ORIGINAL

Praça Almirante Vasconcelos, s/nº, Centro, Pojuca/Bahia - CEP: 48.120-000
Tel: (0XX71) 3845-1147 - CNPJ/MF: 13.806.237/0001-06

Prefeitura Mun. de Pojuca
Mara Ines Barbosa dos Santos
Chefe do setor de Conciliação
Bancária e Extrajudicial

CONFERE COM ORIGINAL



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POJUCA
CONTRATO Nº 057/2021

serviços constantes no item 2.1, sendo possível a dedução dos valores relativos às tarifas devidas em conta corrente do Município de Pojuca a ser informada pela Secretaria Municipal da Fazenda, ou ainda, a dedução das tarifas no valor crédito da arrecadação repassado ao Município de Pojuca.

VIII O MUNICÍPIO autoriza o CREDENCIADO a receber contas, tributos e demais receitas devidas, com cobrança de acréscimos, ficando sob a responsabilidade do CREDENCIADO o cálculo dos acréscimos previstos na legislação municipal.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO

6.1 - Os serviços contratados deverão ser executados pelo período de 12 (doze) meses, podendo o contrato ser prorrogado, mediante termo aditivo, até o limite previsto no art. 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESPONSABILIDADE SOCIAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA

7.1 - O CREDENCIADO será responsável por todas as obrigações sociais de proteção aos seus profissionais, bem como todas as despesas necessárias para a execução dos serviços contratados, incluindo despesas com deslocamentos, estadia, alimentação, salários, encargos sociais, previdenciários, comerciais, trabalhistas, equipamentos de proteção individual e quaisquer outros que se fizerem necessários ao cumprimento das obrigações decorrentes da execução dos serviços, isentando integralmente o MUNICÍPIO.

CLÁUSULA OITAVA - DA INADIMPLÊNCIA

8.1 - Em caso de inadimplemento de qualquer Cláusula do presente contrato, o CREDENCIADO estará sujeito ao pagamento de multa no valor de 10% (dez por cento) da parte inadimplida, em favor do MUNICÍPIO.

8.2 - A multa poderá ser aplicada reiterada e cumulativamente, sempre que houver causa, independentemente de quaisquer outras cominações cabíveis.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1 - Caberá rescisão do presente instrumento, sem que assista direito ao CREDENCIADO indenização de qualquer espécie quando:

I - Não cumprir as obrigações assumidas no presente instrumento, tendo a parte inadimplente o prazo de 5 (cinco) dias para alegar o que entender de direito;

II - A parte contratada transferir o presente contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem

Prefeitura Municipal de Pojuca
Márcia Inês Barbosa dos Santos Neto
Chefe do setor de Conciliação
Bancária e Execução Financeira

CONFERE COM ORIGINAL

Rua Almirante Vasconcelos, s/nº, Centro, Pojuca/Bahia - CEP 48.120-000
Tel: (0XX71) 3645-1147 - CNPJ/MF: 13.806.237/0001-06

CONFERE COM ORIGINAL
Prefeitura Mun. de Pojuca
Márcia Inês Barbosa dos Santos Neto
Chefe do setor de Conciliação
Bancária e Execução Financeira



101

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POJUCA
CONTRATO Nº 057/2021

prévia e expressa autorização do MUNICÍPIO;

III - Ocorrendo qualquer uma das hipóteses previstas nos arts. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93;

IV - Quando decorrido o prazo de vigência do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 - O CREDENCIADO, se descumprir quaisquer das cláusulas ou condições do presente instrumento ficará sujeito às penalidades previstas nos art. 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, especialmente, de:

I - Multa de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) pelo atraso injustificado, e juros de 1% (um por cento) ao mês pela permanência do atraso ou fração equivalente.

II - Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais);
- c) Suspensão temporária em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura de Pojuca (RS), por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

11.1 - A prestação de serviços de arrecadação ficará sempre sujeita à regulamentação e fiscalização do Município, através da Secretaria Municipal de Fazenda. Sendo gestores do contrato os servidores: **Alindo José Siqueira Costa Júnior – Secretário da Fazenda** e servidor **Gustavo Pereira Alves – Gerente de Tributos - Gestores do Contrato**, que relacionará em registro próprio todas as ocorrências pertinentes à sua execução, nos termos da legislação vigente..

11.2 - O MUNICÍPIO reserva-se o direito de alterar o gestor do contrato, a qualquer momento, devendo oficial ao CREDENCIADO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA TOLERÂNCIA

12.1 - A abstenção, por qualquer das partes, do exercício de direitos ou faculdades assegurados nesse contrato e/ou a tolerância com o atraso no cumprimento de qualquer obrigação, não implicará novação, nem poderá ser invocada como precedente para a repetição do fato tolerado,

CONFERE COM ORIGINAL
Prefeitura Mun. de Pojuca
Marcelo Barbosa dos Santos Neto
Chefe do Setor de Conciliação
Bancária - Execução Financeira

Prof.ª Maria do Carmo de Pojuca
Marcelo Barbosa dos Santos Neto
Chefe do Setor de Conciliação
Bancária - Execução Financeira

CONFERE
COM ORIGINAL



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POJUCA
CONTRATO Nº 057/2021

permanecendo íntegros e inalterados respectivos direitos e faculdades.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

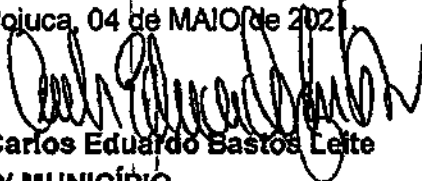
13.1 - O CREDENCIADO compromete-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na Contratação.


CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 - Fica eleito o foro do Município de Pojuca, em detrimento de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Contrato..


Assim, por estarem justas e acertadas, subscrevem as partes o presente Termo de Contrato, em 3 (três) vias, de igual teor e forma, dando-o como bom e valioso, na presença de duas testemunhas:

Pojuca, 04 de MAIO de 2021



Carlos Eduardo Bastos Leite
P/ MUNICÍPIO


Pablo Rodrigo Dias Calmon
P/ BANCO DO BRASIL S.A

Testemunha 01:


Nome: 472403803
RG:

Testemunha 02:


Nome:
RG: 0049888995

CONFERE COM ORIGINAL
Prefeitura Municipal de Pojuca
Maria Inez Barbosa dos Santos Neto
Chefe do setor de Conciliação
Banco e Administração Financeira

CONFERE COM ORIGINAL
Prefeitura Municipal de Pojuca
Maria Inez Barbosa dos Santos Neto
Chefe do setor de Conciliação
Banco e Administração Financeira



POJUCA

PREFEITURA MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

CI nº073 /2024

Pojuca , 26 de abril de 2024

Ao

SEFAZ – CONTABILIDADE

Sr. Álvaro Sierpinski

Prefeitura Municipal de Pojuca - Bahia

Assunto: Solicitação de Reserva Orçamentária para renovação do Contrato nº 057/2021

Solicitamos autorização para renovação por igual período 12(doze) meses do contrato nº 057/2021 do Banco do Brasil no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) que tem como objeto a prestação de serviços bancários de recolhimento de tributos de demais receitas municipais através do DAM em padrão FEBRABAN.O valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para o exercício financeiro de 2024 e o restante em 2025.

Sem mais para o momento,

Atenciosamente,

Arlindo José Siqueira Costa Junior

Secretário Municipal da Fazenda

ASN



PREFEITURA MUNICIPAL DE POJUCA

Praça Almirante Vasconcelos - Centro

CNPJ: 13.806.237/0001-06 - CEP: 48.120-000 - POJUCA - BA

104

RESERVA DE DOTAÇÃO

Nº: 611 / 2024

Data da Reserva

26/04/2024

Órgão Solicitante

2 - PREFEITURA MUNICIPAL DE POJUCA

Solicitante

ARLINDO JOSÉ SIQUEIRA COSTA JUNIOR

Dotação Orçamentária

Cód. Reduzido 2013.39.15000000
Unidade Orçamentária: 03.06.06 - SEC MUNICIPAL DA FAZENDA-SEFAZ
Ação 2.013 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SEC MUN DA FAZENDA-TRIBUTOS
Elemento de Despesa 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos

Saldo Anterior da Dotação

198.542,50

Valor da Reserva

20.000,00

Saldo Atual

178.542,50

Motivo

DESTINA-SE A RESERVA ORÇAMENTARIA PARA CELEBRAÇÃO DE ADITIVO DE RENOVAÇÃO DO CONTRATO Nº 057/2021 POR IGUAL PERÍODO 12 (DOZE), CUJO O OBJETO É A CONTRATAÇÃO DA EMPRESA ESPECIALIZADA PARA OS SERVIÇOS DE BANCÁRIOS DE RECOLHIMENTOS DE TRIBUTOS CONF. CI Nº 073-2024.

POJUCA, em 26 de abril de 2024

ARLINDO JOSÉ SIQUEIRA COSTA JUNIOR
Solicitante
PREFEITURA MUNICIPAL DE POJUCA

MARIA INEZ BARBOSA DOS SANTOS NETA
Responsável
CPF: 034.290.365-93



POJUCA
PREFEITURA MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

CI nº 074/2024

Pojuca, 26 DE ABRIL DE 2024.

À

Assessoria Jurídica

ASSUNTO : PARECER JURIDICO PARA RENOVAÇÃO DO CONTRATO COM O BANCO DO BRASIL S/A.

Venho por meio deste, solicitar parecer jurídico para renovação por igual período do contrato nº 057/2021 do Banco do Brasil no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) que tem como objeto a prestação de serviços bancários de recolhimento de tributos de demais receitas municipais através do DAM em padrão FEBRABAN.

O supracitado contrato tem vigência até 04 de maio de 2024, necessitando assim ser renovado por igual período para que seja mantida a continuação dos bons trabalhos prestados pela contratada.

Em consulta à contratada, esta manifestou o interesse em manter a prestação dos serviços. Assim, apresentamos a seguir as razões que nos levam a entender viável e justificada a prorrogação da vigência do supracitado contrato:

Sem mais para o momento,

Atenciosamente,

Arlindo José Siqueira Costa Junior
Secretário Municipal da Fazenda

Recebido em: ____/____/2024



EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2021

CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS E DEMAIS RECEITAS MUNICIPAIS, ATRAVÉS DE DAM - DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL.

O **MUNICÍPIO DE POJUÇA**, através da Secretaria Municipal da Fazenda, torna público e comunica aos interessados que está procedendo **CREDENCIAMENTO** de instituições financeiras para prestação de serviços bancários de recolhimento de tributos e demais receitas municipais, através da **DAM - Documento de Arrecadação Municipal**, em padrão **FEBRABAN**, por intermédio de suas agências, com prestação de contas por meio magnético de valores arrecadados, nos termos do art. 25, *caput*, da Lei Federal nº 8.666/93, regula-se, pelo presente edital constituído de partes e anexos, na seguinte sequência:

ANEXOS AO PRESENTE EDITAL, DELE FAZENDO PARTE INTEGRANTE:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

ANEXO III - MODELO SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

ANEXO IV - DECLARAÇÃO INEXISTÊNCIA EMPREGADOS MENORES

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

1 DO OBJETO

1.1 O Município de Pojuca - BA, torna público que receberá, a partir do dia **16 de ABRIL de 2021**, no horário das 8:30h às 11:30h e das 13:30h às 16h, documentação para **credenciamento de instituições financeiras para prestação de serviços bancários de recolhimento de tributos e demais receitas municipais, através de DAM - Documento de Arrecadação Municipal, em padrão FEBRABAN, por intermédio de suas agências, com prestação de contas por meio magnético de valores arrecadados.**

1.2 Os serviços contratados deverão ser executados pelo período de 12 (doze) meses, podendo o contrato ser prorrogado, mediante termo aditivo, até o limite previsto no art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.

1.3 Os serviços deverão ser prestados a partir de data estipulada em Contrato.

2 DAS CONDIÇÕES DO CREDENCIAMENTO:

2.1 Poderão participar do presente Credenciamento pessoas jurídicas, legalmente constituídas, habilitadas, com idoneidade econômico-financeira, regularidade jurídico fiscal, que



107

**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POJUCA
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

não tenham sofrido penalidade de suspensão ou declaração de idoneidade por parte do Poder Público e que satisfaçam as condições fixadas neste edital e anexos, e que aceitem as normas estabelecidas pelo Município de Pojuca - BA.

2.1.1 Podem participar deste Credenciamento:

2.1.1.1 As instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na forma de banco Múltiplo, Comercial ou Cooperativo, e Cooperativa de Crédito, que preencherem todos os requisitos exigidos neste Edital.

2.1.1.2 É vedada a qualquer pessoa física ou jurídica, a apresentação de mais de uma proposta de habilitação neste Credenciamento.

2.1.1.3 As instituições financeiras interessadas poderão protocolar inscrição para o Credenciamento, a partir da publicação resumida do presente Edital de Credenciamento, sendo sua íntegra disponível no site <https://www.pojuca.ba.gov.br/publicacoes>.

2.1.2 Não poderão participar deste Credenciamento:

2.1.2.1 Instituições financeiras que estiverem em processo de intervenção judicial ou extrajudicial, falência, insolvência ou liquidação;

2.1.2.2 Instituições financeiras que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública de qualquer Poder ou esfera de Governo;

2.1.2.3 Estiver irregular quanto a comprovação de quitação de tributos federais, estaduais ou municipais, considerada a sede ou principal estabelecimento da proponente.

2.2 Os participantes deverão apresentar os documentos de habilitação, indicados a seguir, em envelope com o nome do proponente, no qual deverá externamente conter a indicação de que se trata dos documentos de habilitação do Edital de Credenciamento nº 001/2021, para o que sugere-se a seguinte inscrição:

MUNICÍPIO DE POJUCA - BA CREDENCIAMENTO N.º 001/2021 DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO NOME DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA CNPJ N.º
--

2.2.1 O envelope deverá conter a seguinte documentação para a habilitação, em 01 (uma) via, que deverá ser a seguinte:

a) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato social em vigor e alterações subsequentes devidamente registradas, em se tratando de sociedade comercial, e no caso de sociedade por ações acompanhadas da Ata arquivada da Assembleia da última eleição da Diretoria, ou documento equivalente;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POJUCA
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

108

- b) Decreto de autorização, em se tratando de sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil ou Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente;
- c) Comprovação, através de documento expedido pelo Banco Central de que a instituição financeira está em pleno uso e gozo de suas atividades e não se encontra em processo de liquidação extrajudicial ou cópia do certificado de autorização de funcionamento expedido pelo Banco Central;
- d) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda FEDERAL (Certidão Conjunta de Débitos relativos a tributos Federais e à Dívida Ativa da União), através de certidão de tributos federais do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- f) Prova de regularidade para com a Fazenda ESTADUAL, abrangendo todos os tributos administrados pelo Estado, através de certidão de tributos estaduais relativa ao domicílio ou sede da licitante;
- g) Prova de regularidade para com a Fazenda MUNICIPAL, abrangendo todos os tributos administrados pelo Município, através de certidão de tributos municipais, relativo ao domicílio ou sede da licitante;
- h) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante certificado emitido pela Caixa Econômica Federal;
- i) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, no que se refere às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, inclusive às inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS;
- j) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (CNDT);
- k) Certidão negativa de falência e concordata, expedida a menos de 30 (trinta) dias pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- l) Declaração de que a empresa cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme Anexo IV do edital;
- m) Declaração específica, assinada por diretor ou representante legal da empresa,



109

**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POJUCA
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

devidamente identificado por carimbo ou digitado, contendo o nome e a qualificação, de que não foram declarados INIDÔNEOS para licitar ou contratar com o poder público, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93;

n) Indicação do representante legal da proponente, com a respectiva documentação (procuração ou documento equivalente, inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, inscrição no Registro Geral do Instituto de Identificação - Carteira de Identidade), para praticar todos os atos necessários em nome da instituição financeira, em todas as etapas deste Credenciamento, e para o exercício de direitos e assunção de obrigações decorrentes do Contrato de Credenciamento.

2.2.2 As certidões descritas nos itens "e" e "i" do item 2.2.1 poderão ser substituídas pela Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive os créditos tributários relativos as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

2.2.3 Os documentos necessários para o Credenciamento poderão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada em cartório, ou publicação em órgão de imprensa oficial, ou autenticada por servidor do Município de Pojuca - BA, mediante a exibição do original.

2.2.4 Ao protocolar seu pedido para o Credenciamento, a instituição financeira aceita e se obriga a cumprir todos os termos deste Edital.

2.3 Não será credenciado o prestador de serviços que deixar de apresentar os documentos acima, ou apresentá-los em desacordo com o presente Edital.

3 DA ADESÃO AO CREDENCIAMENTO:

3.1 Toma-se implícito que os proponentes, ao responderem ao Credenciamento, concordam integralmente com os termos deste Edital e seus anexos;

3.2 O Credenciamento permanecerá aberto a qualquer instituição financeira que preencha os requisitos exigidos neste termo e poderá apresentar a documentação exigida em qualquer tempo da vigência do Credenciamento.

4 DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1 O MUNICÍPIO pagará ao CREDENCIADO pela prestação dos serviços, os valores máximos de:

I - Pagamento em correspondentes bancários R\$ 2,40 (dois reais e quarenta centavos);



II - Pagamento através de internet R\$ 2,40 (dois reais e quarenta centavos);

III - Pagamento através de autoatendimento R\$ 2,40 (dois reais e quarenta centavos);

IV - Pagamento em rede lotérica ou banco postal R\$ 2,40 (dois reais e quarenta centavos);

V - Arrecadação via PIX R\$ 2,40 (dois reais e quarenta centavos).

4.2 O CREDENCIADO repassará o produto da arrecadação, já descontado o valor referente às tarifas, nos prazos definidos a seguir:

a) D + 2

b) O arquivo bancário com as informações dos pagamentos deve ser disponibilizado ao MUNICÍPIO em D + 1. Informar os números para contato telefônico com as centrais de apoio aos serviços de transmissão dos arquivos de retorno, bem como os endereços eletrônicos também utilizados pelas mesmas, e ainda atualizá-los sempre que houver modificações destes.

5 DO JULGAMENTO

5.1 Recebidos os envelopes de documentos, a Comissão Permanente de Licitação, nomeada através do Decreto Municipal nº 010, de 04 de Janeiro de 2021, fará a apreciação da documentação e encaminhará a Secretaria da Fazenda para análise e diligências necessárias, num prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento.

5.2 A Comissão decidirá sobre a habilitação do(s) interessado(s) ao Credenciamento, considerando-se automaticamente inabilitado aquele que deixar de apresentar qualquer dos documentos exigidos, que poderá recorrer administrativamente num prazo de até 5 (cinco) dias úteis após tomar ciência da decisão.

5.3 É facultado à Comissão solicitar esclarecimentos e dados técnicos subsidiários da documentação ao proponente, se assim julgar conveniente, e aceitá-los a seu exclusivo critério.

5.4 Serão consideradas habilitadas às instituições que atenderem todos os itens exigidos neste Edital.

5.5 Após a fase de habilitação, o credenciado será convocado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, celebrar o respectivo Termo de Contrato de Credenciamento.

6 DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS

6.1 Eventuais pedidos de impugnações ao presente Edital de Credenciamento deverão ser dirigidos à Comissão Permanente de Licitação e protocolados durante o horário de expediente da Administração, que se inicia às 8h e se encerra às 16h.



6.2 Da decisão relativa ao credenciamento ou descredenciamento caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, que deverá ser dirigido ao Prefeito Municipal e protocolado durante o horário de expediente, que se inicia às 8:h e se encerra às 16h.

6.3 É admitido o envio de impugnações do edital ou de recurso por e-mail, licitacao@pojuca.ba.gov.br desde que original seja protocolado no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar do recebimento do e-mail, sob pena de indeferimento.

6.4 Os recursos e prazos seguirão o disposto nos arts. 109 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações.

7- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 As despesas decorrentes das contratações oriundas deste credenciamento correrão à conta da dotação orçamentária da Secretaria Municipal da Fazenda, observada a seguinte programação:

Unidade Orçamentária: 03.06.06

Projeto / Atividade: 2013

Elemento de Despesa: 33.90.39.

Fonte: 0100

8 DAS CONDIÇÕES GERAIS:

8.1 É vedada a transferência total ou parcial, para terceiros, do objeto do presente Credenciamento.

8.2 O MUNICÍPIO poderá determinar a qualquer momento, mediante prévia comunicação ao CREDENCIADO, a realização de inspeções e levantamentos, inclusive nas agências integrantes da rede arrecadadora, para certificação dos procedimentos de processamento e repasse dos recursos arrecadados.

8.3 O MUNICÍPIO poderá, através da Secretaria Municipal da Fazenda, a qualquer tempo solicitar a alteração de rotinas operacionais previstas neste EDITAL, mediante comunicação prévia ao CREDENCIADO, desde que o interesse público assim recomendar, com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.

8.4 O MUNICÍPIO poderá, a qualquer momento, modificar as condições iniciais do presente Credenciamento e retornar, sem indenização os serviços desde que executados em desconformidade com os termos deste regulamento e do contrato, bem como aqueles que se revelarem insuficientes para o atendimento dos contribuintes municipais ou no interesse maior da administração.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POJUCA
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

112

8.5 Caberá aplicação de multa conforme determinado pela Lei Federal nº 8.666/93, bem como rescisão contratual por descumprimento de quaisquer das obrigações constantes neste termo pelo CREDENCIADO, e ainda conforme Anexo I - Termo de Referência.

8.6 O CREDENCIADO declara conhecer que, conforme as normas legais vigentes, lhe é proibido fornecer a terceiros qualquer tipo de informação que tenha obtido por ocasião da execução deste CONTRATO. Em consequência o CREDENCIADO se obriga a realizar todos os atos necessários para manter esta reserva, inclusive instruindo neste sentido os seus funcionários, agentes e representantes.

8.7 O CREDENCIADO assume a responsabilidade pelos atos praticados por seus funcionários, agentes, assessores, representantes e qualquer pessoa vinculada a sua instituição no cumprimento do presente CONTRATO que venham em prejuízo dos interesses do MUNICÍPIO.

8.8 Caso o CREDENCIADO não repasse o valor dos pagamentos realizados pelos contribuintes e/ou devedores, assumirá a responsabilidade pelo valor total não repassado, inclusive seus acréscimos.

8.9 Ao Prefeito fica assegurado o direito de, no interesse do MUNICÍPIO, revogar ou anular o presente processo de Credenciamento, sem que caiba aos interessados quaisquer direitos a reclamações ou indenizações.

8.10 O presente Edital poderá ser retirado no site do Município de Pojuca <https://www.pojuca.ba.gov.br/publicacoes> e/ou na Comissão Permanente de Licitação. Maiores informações pelo telefone: (71) 3645-1147 – Ramal: 227, no horário das 08 horas às 12 horas e das 13:30 horas às 16 horas ou no e-mail licitacao@pojuca.ba.gov.br.

Pojuca - BA, 14 de abril de 2021.

CARLOS EDUARDO BASTOS LEITE
Prefeito Municipal



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POJUCA
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

113

TERMO DE REFERÊNCIA
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 000/2021

Termo de referência para credenciamento de instituições financeiras para prestação de serviços de arrecadação de tributos e demais receitas municipais.

1.1 - O objeto do presente termo é o credenciamento de instituições financeiras para prestação de serviços bancários de recolhimento de tributos e demais receitas públicas municipais, através de DAM – Documento de Arrecadação Municipal, em padrão FEBRAN, por intermédio de suas agências, com prestação de contas por meio magnético dos valores arrecadados.

2.1 - Manutenção das atividades arrecadatórias da Secretaria Municipal da Fazenda, visando a facilitação do processo de arrecadação e melhor atendimento aos contribuintes.

2.2. - O credenciamento permite a ampliação da rede de arrecadação posta à disposição dos contribuintes, que poderão optar pela instituição que melhor lhes aprouver, o que justifica a obtenção do maior número de prestadores, que serão remunerados de acordo com os valores tabelados pela Administração Municipal.

3.1 - O prazo de duração do credenciamento será indeterminado. As inscrições poderão ser feitas a qualquer tempo, pelos interessados, junto ao Departamento de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Pojuca- BA.

3.2 - Os contratos celebrados em decorrência deste credenciamento terão a vigência do exercício fiscal do respectivo ano, podendo ser prorrogados, mantidas as condições da contratação inicial, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses.

4.1 – Podem participar deste Credenciamento todas as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na forma de banco Múltiplo, Comercial ou Cooperativo, e Cooperativa de Crédito, que preencherem todos os requisitos exigidos neste Edital.

4.2 – É vedada a apresentação de mais de uma proposta de habilitação neste Credenciamento.

4.3 – As instituições financeiras interessadas poderão protocolar inscrição para o Credenciamento, a partir da publicação do extrato deste Edital de Credenciamento.

4.4 – Não poderão participar deste Credenciamento:



(114)

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POJUCA
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

4.4.1 – Instituições financeiras que estiverem em processo de intervenção judicial ou extrajudicial, falência, insolvência ou liquidação;

4.4.2 – Instituições financeiras que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública de qualquer Poder ou esfera de Governo;

4.4.3 – Instituições que estiverem irregulares quanto à comprovação de quitação de tributos federais, estaduais ou municipais, considerada a sede ou principal estabelecimento da proponente.

5.1 – O CREDENCIADO prestará serviços de recebimento de contas, tributos e demais receitas municipais de acordo com as estipulações do presente edital e minuta do contrato. A prestação dos serviços de arrecadação, através de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, e repasse de tributos e demais receitas municipais, com respectiva prestação de contas por transmissão eletrônica de dados, em favor do Município, serão realizadas pelo CREDENCIADO, por suas subsidiárias, agências bancárias e postos de serviços, existentes ou a serem criados.

5.2 – São obrigações do CREDENCIADO:

I – Receber tributos e demais receitas municipais somente através dos documentos de arrecadação (DAM), aprovados pela Secretaria Municipal da Fazenda que estejam com todos os campos de informações obrigatórios devidamente preenchidos, sem emendas ou rasuras, por qualquer modalidade pela qual se processe o pagamento, nos termos deste CONTRATO;

II – Oferecer pelo menos duas formas diferentes de arrecadação dos tributos e demais receitas municipais (Guichê de caixa, autoatendimento, internet banking, terminais multibanco, postos bancários, dentre outros);

II a) Para recebimentos nos guichês de caixa, o CREDENCIADO fica autorizado a receber cheques de emissão do próprio assinante para quitação dos documentos objeto deste CONTRATO, desde que sejam de valor igual ao documento de arrecadação e com vinculação ao pagamento, mediante anotação em seu verso;

III – Apresentar ao Município, no ato da assinatura do presente CONTRATO, meios necessários à implementação da prestação de serviços ora contratados e os horários de funcionamento de cada unidade arrecadadora, mantendo tais condições durante todo o período de vigência do CONTRATO, sendo que a implementação de novas modalidades de pagamento deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal da Fazenda e Desenvolvimento Econômico;

IV – Comunicar formalmente ao Município, com a maior brevidade possível, a ocorrência de avarias, danos, reparações ou modificações ocorridas no sistema de recolhimento do BANCO, que resultem em descontinuidade de arrecadação em modalidade de pagamento colocado à



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POJUCA
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

AS

disposição do contribuinte, ou na modificação de qualquer processo que tenha reflexo nos serviços objetos do presente CONTRATO;

V – A informação recebida nos Documentos de Arrecadação Municipal (DAM) será obtida pela leitura do código de barras padrão FEBRABAN ou pela digitação da respectiva representação numérica, ou por meio previamente aprovado pela Secretaria Municipal da Fazenda e Desenvolvimento Econômico;

VI – O CREDENCIADO não poderá, em hipótese alguma, cobrar qualquer taxa ou tarifa do contribuinte e/ou devedor, pela recepção, processamento e pagamento de suas obrigações;

VII – Autenticar o DAM – Documento de Arrecadação Municipal, em todas as suas vias, ou emitir um recibo da recepção do pagamento, contendo o número de autenticação caixa ou código de transação, valor e data de pagamento, além da representação numérica do código de barras. Para os recebimentos realizados através de “home/office banking”, “internet” ou qualquer outra modalidade de auto-atendimento, o comprovante de pagamento deverá ser previamente aprovado pela Secretaria Municipal da Fazenda e Desenvolvimento Econômico.

VIII – Manter os DAM – Documento de Arrecadação Municipal arquivados por um período de 180 (cento e oitenta dias) dias;

IX – Enviar ao Município, até as 09h00min (nove) horas do dia seguinte, arquivo com o total das transações do dia anterior, sendo que o valor total da arrecadação deverá ser o mesmo do valor transmitido pelo Sistema de Pagamento Brasileiro (SPB);

X – Em caso de incorreção de dados, remeter as informações regularizadas no prazo de 01 (um) dia útil, contado a partir do horário de recebimento da comunicação de rejeição, sem prejuízo das penalidades previstas no contrato;

XI – Cumprir as normas estabelecidas na legislação específica do Município, bem como nos instrumentos normativos que vierem a ser publicados para regular o procedimento concernente aos serviços de arrecadação objeto deste CONTRATO, o que dependerá de prévia ciência das partes, por escrito;

XII – Apresentar mensalmente ao Município documento com a discriminação dos serviços prestados, constando a quantidade, a modalidade de recebimento dos documentos e demais informações que se fizerem necessárias à apuração da prestação dos serviços;

XIII – Fornecer ao Município, sempre que solicitadas, certidões negativas de encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários;

XIV – Disponibilizar ao Município os documentos e as informações necessárias para a verificação dos procedimentos de arrecadação, ficando o CREDENCIADO obrigado a resolver



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POJUCA
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

116

eventual irregularidade, inclusive reprocessando a informação contida nos arquivos auditados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

XV – Manter as informações de transmissão de arrecadação em meio eletrônico por um período mínimo de 05 (cinco) anos.

XVI – O CREDENCIADO repassará o produto da arrecadação a crédito da conta informada pela Secretaria Municipal da Fazenda e Desenvolvimento Econômico, já descontado o valor referente às tarifas, nos prazos definidos a seguir:

a) D + 2

b) O arquivo bancário com as informações dos pagamentos deve ser disponibilizado ao município em D + 1. Informar os números para contato telefônico com as centrais de apoio aos serviços de transmissão dos arquivos de retorno, bem como os endereços eletrônicos também utilizados pelas mesmas, e ainda atualizá-los sempre que houver modificações destes.

5.3 – É vedado ao CREDENCIADO:

I – Utilizar, revelar ou divulgar, no todo ou em parte, ainda que para uso interno, informações ou documentos vinculados à prestação de serviços para o Município.

II – Cancelar ou debitar valores sem a autorização expressa do Município.

5.4 - São obrigações do Município:

I - Expedir normas e procedimentos de verificação e controle da consistência das informações relativas à arrecadação dos tributos municipais;

II – Especificar o protocolo de comunicação a ser utilizada na transmissão eletrônica de dados;

III – Estabelecer as especificações técnicas para a captura e envio das informações, conforme as condições estabelecidas no padrão FEBRABAN de código de barras;

IV – Remunerar o CREDENCIADO pelos serviços efetivamente prestados, mediante a apresentação de relatórios mensais determinados neste termo;

V – Pôr à disposição dos contribuintes as informações necessárias para que estes possam efetuar seus pagamentos;

VI – Entregar ao CREDENCIADO:

a) Recibo do arquivo enviado;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POJUCA
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

117

b) Mensagem de aceitação/ rejeição do arquivo enviado.

VII – Repassar, na data do crédito da arrecadação, o valor correspondente à prestação dos serviços constantes no item 6, sendo possível a dedução dos valores relativos às tarifas devidas em conta corrente do Município de Pojuca- BA a ser informada pela Secretaria Municipal da Fazenda , ou, ainda, a dedução das tarifas no valor crédito da arrecadação repassado ao Município de Pojuca- BA.

5.5 - O Município autoriza o CREDENCIADO a receber contas, tributos e demais receitas devidas, com cobrança de acréscimos, ficando sob a responsabilidade da Contratada o cálculo dos acréscimos previstos na legislação municipal;

5.6 - Não será considerada como repassada a arrecadação:

I - Enquanto o arquivo das transações remetido pelo CREDENCIADO não for recebido pelo Município;

II - Quando o valor constante do arquivo das transações for diferente do valor registrado no extrato, e enquanto perdurar a irregularidade.

6.1 - O MUNICÍPIO pagará ao CREDENCIADO pela prestação dos serviços, os seguintes os valores:

I - Pagamento em correspondentes bancários R\$ 2,40 (dois reais e quarenta centavos);

II - Pagamento através de internet R\$ 2,40 (dois reais e quarenta centavos);

III - Pagamento através de autoatendimento R\$ 2,40 (dois reais e quarenta centavos);

IV - Pagamento em rede lotérica ou banco postal R\$ 2,40 (dois reais e quarenta centavos);

V – Arrecadação via PIX R\$ 2,40 (dois reais e quarenta centavos).

7.1 - Os interessados têm prazo indeterminado para manifestar seu interesse, com apresentação de documentação indicada no edital.

7.2 - Para efeito de credenciamento deverão ser apresentados, dentre os demais exigidos pela Lei Federal nº 8.666/93, os seguintes documentos:

7.7.1 Para fins de comprovação de qualificação técnica, os Interessados deverão apresentar prova de autorização, pelo Banco Central do Brasil, para funcionar como Banco Comercial ou Banco Múltiplo;

7.7.2 Os Interessados deverão comprovar dispor de capacidade técnica necessária para arrecadar



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POJUCA
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

tributos e receitas, em cobrança administrativa ou inscrita em Dívida Ativa, Ajuizados ou Não Ajuizados, por meio do Documento de Arrecadação Municipal - DAM ou outro que o substitua.

8.1 - A prestação de serviços de arrecadação ficará sempre sujeita à regulamentação e fiscalização do Município, através da Secretaria Municipal de Fazenda. Sendo gestores dos contratos os servidores: **Alindo José Siqueira Costa Júnior – Secretário da Fazenda** e servidor **Gustavo Pereira Alves – Gerente de Tributos - Gestores do Contrato**, que relacionarão em registro próprio todas as ocorrências pertinentes à sua execução, conforme determina o art. 13 da Lei Complementar 002/2017 de 28 de dezembro de 2017.

9.1 - O Município poderá determinar a qualquer momento, mediante prévia comunicação ao CREDENCIADO, a realização de inspeções e levantamentos, inclusive nas agências integrantes da rede arrecadadora, para certificação dos procedimentos de processamento e repasse dos recursos arrecadados.

9.2 - O Município, através da Secretaria Municipal da Fazenda, poderá a qualquer tempo solicitar a alteração de rotinas operacionais previstas neste CONTRATO, mediante comunicação prévia ao CREDENCIADO, desde que o interesse público assim recomendar.

9.3 - O Município poderá, a qualquer momento, modificar as condições iniciais do presente credenciamento e retornar, sem indenização os serviços desde que executados em desconformidade com os termos deste regulamento e do contrato, bem como aqueles que se revelarem insuficientes para o atendimento dos contribuintes municipais ou no interesse maior da administração;

9.4 - Caberá aplicação de multa conforme determinado pela Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, bem como rescisão contratual por descumprimento de quaisquer das obrigações constantes neste termo pela contratada.

9.5 - O CREDENCIADO declara conhecer que, conforme as normas legais vigentes, lhe é proibido fornecer a terceiros qualquer tipo de informação que tenha obtido por ocasião da execução deste CONTRATO. Em consequência o CREDENCIADO se obriga a realizar todos os atos necessários para manter esta reserva, inclusive instruindo neste sentido os seus funcionários, agentes e representantes.

9.6 - O CREDENCIADO assume a responsabilidade pelos atos praticados por seus funcionários, agentes, assessores, representantes e qualquer pessoa vinculada a sua instituição no cumprimento do presente CONTRATO que venham em prejuízo dos interesses do Município.

9.7 - Caso o CREDENCIADO não repasse o valor dos pagamentos realizados pelos contribuintes e/ou devedores, assumirá a responsabilidade pelo valor total não repassado, inclusive seus acréscimos, decorrentes de encargos naturais à espécie ou de eventuais processos administrativos ou judiciais que possuam causalidade com a ausência de repasse.

Pojuca, 14 de abril de 2021.

ARLINDO JOSÉ SIQUEIRA COSTA JÚNIOR
Secretário Municipal da Fazenda



119

ANEXO II
MINUTA DE CONTRATO
CRENCIAMENTO Nº 000/2021

CONTRATO DE CRENCIAMENTO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS E DEMAIS RECEITAS MUNICIPAIS, ATRAVÉS DE DAM - DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL.

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE POJUCA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 13.806.237/0001-06, com sede à Praça Almirante Vasconcelos, s/nº., Centro, Pojuca, neste ato representado por seu Prefeito, o Sr. CARLOS EDUARDO BASTOS LEITE, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua JJ Seabra, nº 111, Centro, no Município de Pojuca - BA, portador da RG nº 2487695 SSP/BA e CPF nº 214.294.055-20, doravante denominado **MUNICÍPIO**, e, de outro lado, **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº xxxxxxxx, estabelecida na xxxxx, xxx, xxxxx, Bairro xxxx, em xxxxx - XX, representada neste ato por xxxxx, xxxx, xxxx, xxxx, portador da Carteira de Identidade xxxxxx, inscrito no CPF sob número xxxxxx, residente e domiciliado na Rua xxxx, xxxx, Bairro xxx, em xxxx - XX, de ora em diante denominado somente **CRENCIADO**, por este instrumento e na melhor forma de direito, tendo em vista o Processo Administrativo nº 063/2021, que versa sobre o Credenciamento, e, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8.666 e suas alterações, em especial o art. 25, *caput*, e ao EDITAL DE CRENCIAMENTO nº 001/2021, celebram o presente CONTRATO, nos termos das cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente Contrato é a prestação de serviços bancários de recolhimento de tributos e demais receitas públicas municipais, através de DAM - Documento de Arrecadação Municipal, em padrão FEBRABAN, por intermédio de suas agências, com prestação de contas por meio magnético dos valores arrecadados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1 - O MUNICÍPIO pagará ao CRENCIADO pela prestação dos serviços, os valores máximos a seguir expostos:

- I - Pagamento em correspondentes bancários R\$ 2,40 (dois reais e quarenta centavos);
- II - Pagamento através de internet R\$ 2,40 (dois reais e quarenta centavos);
- III - Pagamento através de autoatendimento R\$ 2,40 (dois reais e quarenta centavos);
- IV - Pagamento em rede lotérica ou banco postal R\$ 2,40 (dois reais e quarenta centavos);



V – Arrecadação via PIX R\$ 2,40 (dois reais e quarenta centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 - As despesas com o objeto do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária da Secretaria Municipal da Fazenda, observada a seguinte programação:

Unidade Orçamentária: 03.06.06

Projeto / Atividade: 2013

Elemento de Despesa: 33.90.39.00

Fonte: 0100

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

4.1 - São obrigações do CREDENCIADO:

I Receber tributos e demais receitas municipais somente através dos documentos de arrecadação (DAM), aprovados pela Secretaria Municipal da Fazenda que estejam com todos os campos de informações obrigatórios devidamente preenchidos, sem emendas ou rasuras, por qualquer modalidade pela qual se processe o pagamento, nos termos deste CONTRATO;

II Oferecer pelo menos duas formas diferentes de arrecadação dos tributos e demais receitas municipais (Guichê de caixa, autoatendimento, internet banking, terminais multibanco, postos bancários, dentre outros);

II a) Para recebimentos nos guichês de caixa, o CREDENCIADO fica autorizado a receber cheques de emissão do próprio assinante para quitação dos documentos objeto deste CONTRATO, desde que sejam de valor igual ao documento de arrecadação e com vinculação ao pagamento, mediante anotação em seu verso;

III Apresentar ao MUNICÍPIO, no ato da assinatura do presente CONTRATO, meios necessários à implementação da prestação de serviços ora contratados e os horários de funcionamento de cada unidade arrecadadora, mantendo tais condições durante todo o período de vigência do CONTRATO, sendo que a implementação de novas modalidades de pagamento deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal da Fazenda;

IV Comunicar formalmente ao MUNICÍPIO, com a maior brevidade possível, a ocorrência de avarias, danos, reparações ou modificações ocorridas no sistema de recolhimento do BANCO, que resultem em descontinuidade de arrecadação em modalidade de pagamento colocado à disposição do contribuinte, ou na modificação de qualquer processo que tenha reflexo nos serviços objetos do presente CONTRATO;

V A informação recebida nos Documentos de Arrecadação Municipal (DAM) será obtida pela



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POJUCA
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

121

leitura do código de barras padrão FEBRABAN ou pela digitação da respectiva representação numérica, ou por meio previamente aprovado pela Secretaria Municipal da Fazenda;

VI O CREDENCIADO não poderá, em hipótese alguma, cobrar qualquer taxa ou tarifa do contribuinte e/ou devedor, pela recepção, processamento e pagamento de suas obrigações;

VII Autenticar o DAM - Documento de Arrecadação Municipal, em todas as suas vias, ou emitir um recibo da recepção do pagamento, contendo o número de autenticação caixa ou código de transação, valor e data de pagamento, além da representação numérica do código de barras. Para os recebimentos realizados através de "home/office banking", "internet" ou qualquer outra modalidade de auto-atendimento, o comprovante de pagamento deverá ser previamente aprovado pela Secretaria Municipal da Fazenda.

VIII Manter os DAM - Documento de Arrecadação Municipal arquivados por um período de 180 (cento e oitenta dias) dias;

X Enviar ao MUNICÍPIO, até as 09h00min (nove) horas do dia seguinte, arquivo com o total das transações do dia anterior, sendo que o valor total da arrecadação deverá ser o mesmo do valor transmitido pelo Sistema de Pagamento Brasileiro (SPB);

X Em caso de incorreção de dados, remeter as informações regularizadas no prazo de 01 (um) dia útil, contado a partir do horário de recebimento da comunicação de rejeição, sem prejuízo das penalidades previstas no contrato;

XI Cumprir as normas estabelecidas na legislação específica do MUNICÍPIO, bem como nos instrumentos normativos que vierem a ser publicados para regular o procedimento concernente aos serviços de arrecadação objeto deste CONTRATO, o que dependerá de prévia ciência das partes, por escrito;

XII Apresentar mensalmente ao MUNICÍPIO documento com a discriminação dos serviços prestados, constando a quantidade, a modalidade de recebimento dos documentos e demais informações que se fizerem necessárias à apuração da prestação dos serviços;

XIII Fornecer ao MUNICÍPIO, sempre que solicitadas, certidões negativas de encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários;

XIV Disponibilizar ao MUNICÍPIO os documentos e as informações necessárias para a verificação dos procedimentos de arrecadação, ficando o CREDENCIADO obrigado a resolver eventual irregularidade, inclusive reprocessando a informação contida nos arquivos auditados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

XV Manter as informações de transmissão de arrecadação em meio eletrônico por um período mínimo de 05 (cinco) anos.



XVI O CREDENCIADO repassará o produto da arrecadação a crédito da conta informada pela Secretaria Municipal da Fazenda, já descontado o valor referente às tarifas, nos prazos definidos a seguir:

a) D + 2

b) O arquivo bancário com as informações dos pagamentos deve ser disponibilizado ao MUNICÍPIO em D + 1. Informar os números para contato telefônico com as centrais de apoio aos serviços de transmissão dos arquivos de retorno, bem como os endereços eletrônicos também utilizados pelas mesmas, e ainda atualizá-los sempre que houver modificações destes.

XVII - É vedado ao CREDENCIADO:

a) utilizar, revelar ou divulgar, no todo ou em parte, ainda que para uso interno, informações ou documentos vinculados à prestação de serviços para o MUNICÍPIO.

b) cancelar ou debitar valores sem a autorização expressa do MUNICÍPIO.

XVIII - Não será considerada como repassada a arrecadação:

a) enquanto o arquivo das transações remetido pelo CREDENCIADO não for recebido pelo MUNICÍPIO;

b) quando o valor constante do arquivo das transações for diferente do valor registrado no extrato, e enquanto perdurar a irregularidade.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

5.1 - São obrigações do MUNICÍPIO:

I expedir normas e procedimentos de verificação e controle da consistência das informações relativas à arrecadação dos tributos municipais;

II especificar o protocolo de comunicação a ser utilizada na transmissão eletrônica de dados;

III estabelecer as especificações técnicas para a captura e envio das informações, conforme as condições estabelecidas no padrão FEBRABAN de código de barras;

IV remunerar o CREDENCIADO pelos serviços efetivamente prestados, mediante a apresentação de relatórios mensais determinados neste termo;

V pôr à disposição dos contribuintes as informações necessárias para que estes possam efetuar seus pagamentos;

VI entregar ao CREDENCIADO:

a) Recibo do arquivo enviado;



b) Mensagem de aceitação/ rejeição do arquivo enviado.

VII Repassar, na data do crédito da arrecadação, o valor correspondente à prestação dos serviços constantes no item 2.1, sendo possível a dedução dos valores relativos às tarifas devidas em conta corrente do Município de Pojuca a ser informada pela Secretaria Municipal da Fazenda, ou ainda, a dedução das tarifas no valor crédito da arrecadação repassado ao Município de Pojuca.

VIII O MUNICÍPIO autoriza o CREDENCIADO a receber contas, tributos e demais receitas devidas, com cobrança de acréscimos, ficando sob a responsabilidade do CREDENCIADO o cálculo dos acréscimos previstos na legislação municipal.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO

6.1 - Os serviços contratados deverão ser executados pelo período de 12 (doze) meses, podendo o contrato ser prorrogado, mediante termo aditivo, até o limite previsto no art. 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESPONSABILIDADE SOCIAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA

7.1 - O CREDENCIADO será responsável por todas as obrigações sociais de proteção aos seus profissionais, bem como todas as despesas necessárias para a execução dos serviços contratados, incluindo despesas com deslocamentos, estadia, alimentação, salários, encargos sociais, previdenciários, comerciais, trabalhistas, equipamentos de proteção individual e quaisquer outros que se fizerem necessários ao cumprimento das obrigações decorrentes da execução dos serviços, isentando integralmente o MUNICÍPIO.

CLÁUSULA OITAVA - DA INADIMPLÊNCIA

8.1 - Em caso de inadimplemento de qualquer Cláusula do presente contrato, o CREDENCIADO estará sujeito ao pagamento de multa no valor de 10% (dez por cento) da parte inadimplida, em favor do MUNICÍPIO.

8.2 - A multa poderá ser aplicada reiterada e cumulativamente, sempre que houver causa, independentemente de quaisquer outras cominações cabíveis.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1 - Caberá rescisão do presente instrumento, sem que assista direito ao CREDENCIADO indenização de qualquer espécie quando:



- I - Não cumprir as obrigações assumidas no presente instrumento, tendo a parte inadimplente o prazo de 5 (cinco) dias para alegar o que entender de direito;
- II - A parte contratada transferir o presente contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do MUNICÍPIO;
- III - Ocorrendo qualquer uma das hipóteses previstas nos arts. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93;
- IV - Quando decorrido o prazo de vigência do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 - O CREDENCIADO, se descumprir quaisquer das cláusulas ou condições do presente instrumento ficará sujeito às penalidades previstas nos art. 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, especialmente de:

- I - Multa de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) pelo atraso injustificado, e juros de 1% (um por cento) ao mês pela permanência do atraso ou fração equivalente.
- II - Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:
 - a) Advertência;
 - b) Multa de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais);
 - c) Suspensão temporária em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura de Pojuca (RS), por prazo não superior a 02 (dois) anos;
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

11.1 - A prestação de serviços de arrecadação ficará sempre sujeita à regulamentação e fiscalização do Município, através da Secretaria Municipal de Fazenda. Sendo gestores do contrato os servidores: **Alindo José Siqueira Costa Júnior – Secretário da Fazenda** e servidor **Gustavo Pereira Alves – Gerente de Tributos - Gestores do Contrato**, que relacionará em registro próprio todas as ocorrências pertinentes à sua execução, nos termos da legislação vigente..

11.2 - O MUNICÍPIO reserva-se o direito de alterar o gestor do contrato, a qualquer momento, devendo oficial ao CREDENCIADO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA TOLERÂNCIA



12.1 - A abstenção, por qualquer das partes, do exercício de direitos ou faculdades assegurados nesse contrato e/ou a tolerância com o atraso no cumprimento de qualquer obrigação, não implicará novação, nem poderá ser invocada como precedente para a repetição do fato tolerado, permanecendo íntegros e inalterados respectivos direitos e faculdades.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - O CREDENCIADO compromete-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na Contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 - Fica eleito o foro do Município de Pojuca, em detrimento de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Contrato..

Assim, por estarem justas e acertadas, subscrevem as partes o presente Termo de Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma, dando-o como bom e valioso, na presença de duas testemunhas.

Pojuca, ____ de _____ de 2021.

Carlos Eduardo Bastos Leite
P/ MUNICÍPIO

P/ CREDENCIADO

Testemunha 01:

Testemunha 02:

Nome:
RG:

Nome:
RG:



122

ANEXO III
MODELO SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO
CREDENCIAMENTO Nº 001/2021

Observação: Este modelo deverá ser copiado na forma e na íntegra em papel impresso da empresa.

CREDENCIAMENTO Nº 001/2021

A instituição financeira....., inscrita no CNPJ sob o nº
....., sediada à....., bairro, Município
de, Estado da, por seu representante legal, vem por meio
deste solicitar o **Credenciamento**, junto à Prefeitura Municipal Pojuca - BA.

XXXXXXXX, XX de XXXXXXXXX de 2021.

Assinatura do Representante Legal
CPF XXXXXX



BA

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADOS MENORES
CRENCIAMENTO Nº 001/2021

(nome da empresa), CNPJ/MF número (), sediada (endereço completo) declaro que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, conforme Decreto Federal nº 4.358/02, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos, em observância à Lei Federal nº 9.854/99, que altera a Lei Federal nº 8.666/93.

XXXXXXXX, XX de XXXXXXXXX de 2021.

Assinatura do Representante Legal

CPF XXXXXX

OBS.:

- 1) Esta declaração deverá carimbada com o número do CNPJ.
- 2) Se a empresa licitante possuir menores de 14 (catorze) anos aprendizes devera declarar essa condição.



ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE
CRENCIAMENTO Nº 001/2021

Declaro, para os fins de direito, na qualidade de Proponente do Cadastramento de Profissionais do Edital de Credenciamento nº. 001/2021, instaurado pela Prefeitura Municipal Pojuca - BA, que não fui declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

XXXXXXXX-XX, _____ de _____ de 2021.

ESTADO DA BAHIA - MUNICÍPIO DE POJUCA - ASSESSORIA JURÍDICA

Pojuca, 29 de abril de 2024.

Parécer AJUR

Consulente: Secretaria Municipal da Fazenda-

Consultado: Assessor Jurídico - Assunto: **Aditivo de prazo** do Contrato 057/2021 da Empresa **BANCO DO BRASIL**.

Ementa: *Prorrogação de prazo. Credenciamento nº 001/2021. Prestação de serviços bancários de recolhimento de tributos e demais receitas públicas municipais, através de DAM – Documento de Arrecadação Municipal, em padrão FEBRABAN, por intermédio de suas agências, com prestação de contas por meio magnético dos valores arrecadados. Serviços contínuos. Certidões válidas. Previsão Legal. Art. 57, II, da Lei 8.666/93. Pelo deferimento.*

I- Da retrospecção fática

Chega a esta Assessoria Jurídica solicitação da Secretaria Municipal da Fazenda acerca da legalidade e possibilidade de se efetuar aditivo de prazo, por doze meses, a Contrato nº 057/2021, onde figura como contratada a empresa **BANCO DO BRASIL**, tendo por objeto a prestação de serviços bancários de recolhimento de tributos e demais receitas públicas municipais, através de DAM – Documento de Arrecadação Municipal, em padrão FEBRABAN, por intermédio de suas agências, com prestação de contas por meio magnético dos valores arrecadados.

Aduz o Secretário que o termo de vigência do contrato vencerá no próximo dia 04 de Maio do corrente ano pelo que necessita de mais prazo para dar continuidade aos serviços prestados. Salaria ainda a importância do serviço, esse necessário para garantir a realização de serviços bancários de recolhimento de tributos e demais receitas públicas municipais, através de DAM, em padrão FEBRABAN.

Sendo esses os fatos, analisemos.

Alberto Edson Barreto
Prefeitura Municipal de Pojuca
OAB/BA 17.409
Assessor Jurídico

II- Do Direito

A matéria submetida à análise é corriqueira e não guarda maiores complexidades.

Trata-se, sem sombra de dúvidas, de **pedido de prorrogação de prazo**, cuja legislação autoriza a sua prorrogação. O objeto do pleito do diligente Secretário é, em resumo, formalizar a prorrogação do contrato dentro dos limites do tempo permitido em lei, *in casu*, por mais **doze meses**, a vigor de **04/05/2024 a 04/05/2025**, uma vez que ainda existe muito serviço a ser executado.

No campo do Direito Administrativo Público a Lei Federal nº 8.666/93 estabelece as normas gerais que disciplinam a licitação e os contratos administrativos.

Nesse diapasão, os contratos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, cujo núcleo central de seu objeto consiste numa obrigação de fazer, podem ter sua duração prorrogada com vista à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, contudo limitado ao prazo máximo de **60 (sessenta) meses**, conforme a regra do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

É fato que o objeto envolvido no contrato, que aqui se busca aditivo, é de serviço, o qual perpassa pela realização por prestação de serviços bancários de recolhimento de tributos e demais receitas públicas municipais, através de DAM – Documento de Arrecadação Municipal, em padrão FEBRABAN, por intermédio de suas agências, com prestação de contas por meio magnético dos valores arrecadados, atividade essa desenvolvida a fim de se obter utilidade de interesse para a administração e usuários da rede pública.

Sobre o tema de serviços contínuos, leciona **LEON FREJDA SZKLAROWSKY** :

"(...) o contrato de prestação de serviço de forma contínua caracteriza-se pela impossibilidade de sua interrupção ou suspensão, sob pena de acarretar prejuízos ou danos irreparáveis."

Na mesma esteira de entendimento assevera **RENATO GERALDO MENDES**, em sua obra, quando faz observar que: "Serviços contínuos são aqueles serviços auxiliares, necessários a Administração para o desempenho de suas atribuições, cuja interrupção possa comprometer a continuidade de suas atividades e cuja contratação deva estender-se por mais de um exercício".

Outro grande doutrinador, **MARÇAL JUSTEN FILHO**, afirma quais são os contratos que podem ser considerados como de natureza continuada. Diz o professor:

"Aqueles que impõem à parte o dever de realizar uma conduta que se renova ou se mantém no decurso do tempo. Não há uma conduta específica e definida cuja execução libere o devedor (excluídas as hipóteses de vícios redibitórios, evicção, etc.). Assim se passa, por exemplo, com o contrato de locação. O locador deve entregar o bem locado ao locatário e assegurar-lhe a integridade da posse durante o prazo previsto". (grifamos)

Referida modalidade de contratos administrativos são cumpridos sem descontinuidade, máxime quando trata-se de prestação de serviços bancários de recolhimento de tributos e demais receitas públicas municipais, através de DAM – Documento de Arrecadação Municipal, em padrão FEBRABAN, por intermédio de suas agências, com prestação de contas por meio magnético dos valores arrecadados. Por tais motivos esses prazos se protraem no tempo, caracterizando-se pela prática de atos reiterados num período mais ou menos longo.

No caso sub examine é inconteste que não se pode paralisar os serviços de compensação bancária, oriundo do Credenciamento. Por isso a prorrogação deve ser deferida.

ii.a - Dos prazos nos Contratos de Execução Continuada

Nesta modalidade de contrato, cuja característica de continuidade fora acima transcrita por meio do entendimento de doutrinadores de escol, o prazo é condição essencial, *maxime* que existe um objeto específico e de extrema relevância às atividades da gestão, restando à Administração Pública observar o lapso máximo de 60 meses.

Some-se à natureza do serviço envolvido a justificativa e os documentos que lastreiam o pedido, os quais fazem atender as exigências da Lei.

Ao sentir desta assessoria, em que pese eventual debate na doutrina se a contratação de serviços pela Administração, para adquirir o caráter de continuidade, deva ser do tipo serviço essencial, resta, *in casu*, mais do que demonstrado a **especificidade e essencialidade** do tipo aqui envolvido.

Assim, o objeto que aqui se busca aditar, verdadeiramente de natureza continuada, pode ser prorrogada com a Administração Pública nos moldes e exigência do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 vez que este dispositivo do gênero legal encartado no art. 57, caput e, a teor da Cláusula 6ª do contrato, prevista na Lei 8.666/93.

ii.b - Duração dos contratos: regra geral (art. 57 da lei nº 8.666/93)

No que pertine a duração dos contratos administrativos, regra geral estes, nos exatos termos do art. 57, da Lei 8.666/93, têm sua vigência adstrita ao exercício do crédito orçamentário ou financeiro.

No presente caso está sendo respeitado tal comando pois, mesmo que saído não houvesse neste corrente ano, poderia ser prorrogado o prazo, como de fato está sendo, uma vez que tal modalidade é justamente exceção à regra, tal qual previsto na parte final do caput do art. 57.

Nesse sentido, dispõem o art. 57 e incisos da Lei 8.666/93:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos: (grifo nosso)

II - à prestação de serviços a serem executada de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistos a obtenção de preços e condições mais vantajosas a administração, limitadas 60 (sessenta meses);

Como se vê a lei excepcionalmente permite, através do instituto da prorrogação, a extensão da vigência desses contratos para além do exercício financeiro, não havendo obrigatoriedade de respeito ao princípio da anualidade orçamentária.

Nessa linha, trazemos a doutrina de HELY LOPES MEIRELLES :

"O prazo máximo de vigência dos contratos administrativos deve ficar adstrito à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas de Plano Plurianual e desde que haja previsão no ato convocatório; aos referentes à prestação de serviços continuados, cuja duração é limitada a sessenta meses; e aos de aluguel de equipamentos e de utilização de programas de informática, podendo



POJUCA
PREFEITURA MUNICIPAL

133

a duração estender-se pelo prazo de até quarenta e oito meses após o início da vigência do contrato". (grifamos)

Observamos, por ser imperioso tal entendimento, que a desvinculação do prazo de duração dos contratos desta natureza, em relação à vigência dos créditos orçamentários respectivos, permite que, em vista do interesse público e como ato discricionário da Administração, o contrato seja celebrado com prazo superior ao exercício financeiro (inciso I) ou, mesmo que pactuado para vigor durante o mesmo, possa ser prorrogado sucessivas vezes até o limite de 60 meses (inciso II), ou até quarenta e oito meses, em casos específicos (inciso IV).

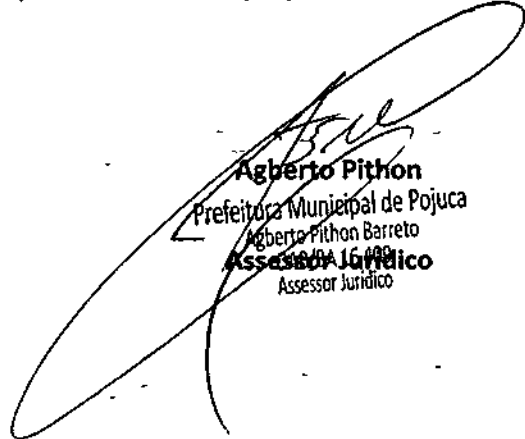
iii c- Das Certidões –

Analisando o processo, para efeito de manter-se no presente aditivo as condições de habilitação, percebe-se a validade das certidões juntadas aos autos.

III - Conclusão.

Ante ao todo exposto, opinamos, com arrimo no art. 57, II, da Lei 8.666/93 aplicáveis ao Credenciamento de nº 001/2021, pelo deferimento da prorrogação de prazo requerido, por mais **12 (doze) meses, a iniciar-se em 04/05/2024 e findar em 04/05/2025.**

É o opinativo, s.m.j


Agberto Pithon
Prefeitura Municipal de Pojuca
Agberto Pithon Barreto
Assessor Jurídico
Assessor Jurídico

ESTADO DA BAHIA
MUNICÍPIO DE POJUCA - ASSESSORIA JURÍDICA

3º - ADITIVO DE PRAZO (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS E DEMAIS RECEITAS PÚBLICAS MUNICIPAIS) - CONTRATO Nº 057/2021 - CREDENCIAMENTO Nº 001/2021 - EMPRESA BANCO DO BRASIL S.A.

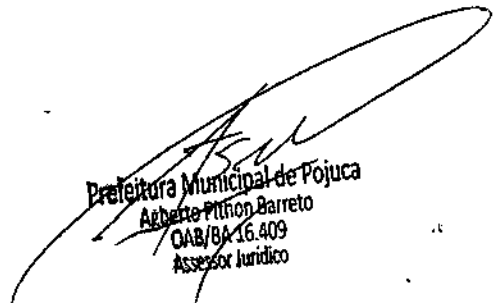
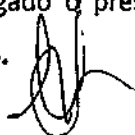
Pelo presente instrumento particular que fazem entre si, de um lado, o **MUNICÍPIO DE POJUCA-BA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 13.806.237/0001-06, com sede no Paço Municipal Praça Almirante Vasconcelos, s/n, Centro, Pojuca, Estado da Bahia, representado neste ato por seu Prefeito, **CARLOS EDUARDO BASTOS LEITE**, doravante denominado simplesmente de **MUNICÍPIO DE POJUCA** e, de outro lado, **BANCO DO BRASIL S.A.**, sociedade de economia mista, inscrita no CNPJ nº 00.000.000/0001-91, com sede no Setor Bancário Sul, Bloco C. Lote 32, 24º andar, Brasília, Distrito Federal, neste ato representado pela Gerente Geral da Agência de Pojuca-Ba, prefixo 3268-9, senhora **LAIANA SILVA MAMONA DE JESUS**, bancária, brasileira, portadora da CNH nº 06139193237, DETRAN-BA, e inscrito no CPF sob o nº 011.914.065-98, doravante denominada simplesmente **BANCO**, têm justo e contratado o presente Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA- Do Objeto

Constitui objeto do presente aditivo a prestação de serviços bancários de recolhimento de tributos e demais receitas públicas municipais, através de DAM – Documento de Arrecadação Municipal, em padrão FEBRABAN, por intermédio de suas agências, com prestação de contas por meio magnético dos valores arrecadados.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Aditivo de prazo- Art. 57, II, Lei 8666/93

Fica prorrogado o presente contrato por mais 12 (doze) meses, a vigor de **04/05/2024** a **04/05/2025**.



Prefeitura Municipal de Pojuca
Aberto Pithon Barreto
OAB/BA 16.409
Assessor Jurídico

CLÁUSULA TERCEIRA – Dos Recursos Orçamentários

As despesas decorrentes do objeto da presente licitação correrão por conta de dotações orçamentárias de números:

- Órgão: 03.06.06
- Projetos/Atividade: 2013
- Natureza da Despesa: 33.90.39.00
- Fontes: 15000000

CLÁUSULA QUARTA – Da Fundamentação

O presente aditivo de prazo (serviço contínuo) está amparado no **art.57, II, da Lei 8.666/93.**

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Ficam mantidos os demais termos e condições das cláusulas do pacto original.

E, por estarem ajustadas e aditadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo de prazo do contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Pojuca - BA, 02 de maio de 2024.



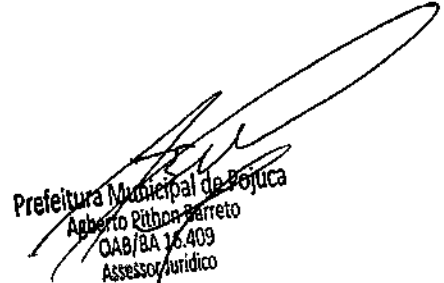
MUNICÍPIO DE POJUCA

CARLOS EDUARDO BASTOS LEITE



Laiana M. Jesus
BARTON BRASIL S.A

REP. Sra. LAIANA SILVA MAMONA DE JESUS



Prefeitura Municipal de Pojuca
Agberto Pitton Barreto
CAB/BA 16.409
Assessor Jurídico

PREFEITURA MUNICIPAL DE POJUCA - BA

**EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO
Nº. 057/2021**

CREDENCIAMENTO Nº. 001/2021

Objeto + Prestação de serviços bancários de recolhimento de tributos e demais receitas públicas municipais, através de DAM – Documento de Arrecadação Municipal, em padrão FEBRABAN, por intermédio de suas agências, com prestação de contas por meio magnético dos valores arrecadados.

Contratada – BANCO DO BRASIL S.A.

Embasamento Legal - Art. 57, II, da Lei 8.666/93

Vigência - a vigor de 04/05/2024 a 04/05/2025

Pojuca, 02 de Maio de 2024.

Arinaldo José Siqueira Costa Jr.
Prefeitura Mun. de Pojuca
Secretário Municipal da Fazenda

ARLINDO JOSÉ SIQUEIRA COSTA JÚNIOR
Secretário Municipal da Fazenda

Termos Aditivos



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POJUCA

Prefeitura Mun. de Pojuca
PUBLICADO EM
02 / 05 / 24
Arildo Costa
Funcionária

PREFEITURA MUNICIPAL DE POJUCA - BA

**EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO
Nº. 057/2021**

CREENCIAMENTO Nº. 001/2021

Objeto - Prestação de serviços bancários de recolhimento de tributos e demais receitas públicas municipais, através de DAM - Documento de Arrecadação Municipal, em padrão FEBRABAN, por intermédio de suas agências, com prestação de contas por meio magnético dos valores arrecadados.

Contratada - BANCO DO BRASIL S.A.

Embasamento Legal - Art. 57, II, da Lei 8.666/93

Vigência - a vigor de 04/05/2024 a 04/05/2025

Pojuca, 02 de Maio de 2024.

Prefeitura Municipal de Pojuca
Arildo José Siqueira Costa
Secretário Municipal da Fazenda

ARLINDO JOSÉ SIQUEIRA COSTA JÚNIOR
Secretário Municipal da Fazenda

Praça Almirante Vasconcelos, s/nº, Centro, Pojuca/Bahia - CEP: 48.120-000
CNPJ nº: 13.806.237/0001-08

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: NKYXOTEZNTDEREY4MJGRD

Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE POJUCA

FOLHA DE INFORMAÇÃO COGEM – CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO Folha 00138

Deu firme por ser juridico anexo aos autos do processo

Mariana Bonfim
MARIANA DA SILVA BONFIM SANTOS
SUBGERENTE DE ANÁLISE DE LICITAÇÃO DE
DESPESA DE CONTRATOS E LICITAÇÕES

A Secretária da Fazenda

Pojuca, 02 de maio de 2011

Ultrapassado

Ms. Raimunda Alves Pereira
Secretária da Fazenda